

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**George Rocha Menezes**

LUTAS POLÍTICAS E CRISE SOCIAL:  
A ELITE POLÍTICA CEARENSE NA DÉCADA DE 1870

Fortaleza, março de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PRGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**George Rocha Menezes**

LUTAS POLÍTICAS E CRISE SOCIAL:  
A ELITE POLÍTICA CEARENSE NA DÉCADA DE 1870

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, linha de pesquisa Cultura e Poder, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves**

Fortaleza, março de 2006

M512L

MENEZES, George Rocha

Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870 – George Rocha Menezes. – Fortaleza, 2006.  
193 p.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Frederico de Castro Neves.

Inclui bibliografia.

1. Ceará – História – 1871-1880. 2. Ceará – Política e governo, 1871-1880. 3. Elites políticas – Ceará. I. Neves, Frederico de Castro. II. Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social. III. Título.

**George Rocha Menezes**

LUTAS POLÍTICAS E CRISE SOCIAL:  
A ELITE POLÍTICA CEARENSE NA DÉCADA DE 1870

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, linha de pesquisa Cultura e Poder, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Banca examinadora

---

---

---

---

Dedico este trabalho às pessoas que mais amo no mundo e que me deram força e inspiração para terminá-lo:

À minha amada Rachel;

Aos meus lindos filhos Olga e Samuel;

Aos meus batalhadores pais Epifânio e Aldênia.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo conforto espiritual.

À minha amada Rachel, por ser sempre uma grande companheira.

Aos meus filhos Olga e Samuel, que me mostraram uma nova face do amor. Quando eu estava muito cansado era neles que pensava e me fortalecia.

Aos meus pais Epifânio e Aldênia, pelas lições de vida e pelo amor incondicional.

Aos meus irmãos Epifânio Terceiro, Eric e Erle, pelo incentivo e infância feliz.

Aos meus sogros João Licínio e Simone, pela preocupação e apoio constantes.

Às minhas cunhadas Débora, Leiliane e Carolina e ao meu cunhado Felipe, pelo apoio.

Ao meu querido sobrinho e afilhado Levi, pelo carinho.

Aos amigos e familiares, pelos momentos felizes.

Ao meu estimado orientador Frederico de Castro Neves (Fred), pela paciência e habilidade intelectual.

À Maria do Céu de Lima, pela iniciação científica.

Aos colegas de mestrado, pela troca de experiências.

Ao amigo Robério Américo, pelo incentivo e pelos conselhos.

Aos amigos Aloísio, Yuri e Cristina, pelo compartilhamento das angústias que antecedem a seleção de um mestrado.

À colega Ana Carla, pela gentil introdução ao mundo dos periódicos políticos.

Aos professores de graduação e pós-graduação, pela dedicação a arte de ensinar.

À Ivone Cordeiro Barbosa, ex-coordenadora do mestrado em História Social, pelo exemplo de dedicação aos alunos e à produção do conhecimento.

À Regina e Sílvia, pela hábil condução do secretariado do mestrado em História.

À Gertrudes e Gerônimo (microfilmagem da Biblioteca Governador Menezes Pimentel), pelo apoio à pesquisa e pela paciência.

À direção das EEFM José de Alencar, João Nogueira Jucá e Pe. Marcelino Champagnat, pela compreensão sincera e apoio à qualificação docente.

Ao Pibic-Cnpq, pelo incentivo à pesquisa e apoio financeiro.

## RESUMO

A elite política cearense, na década de 1870, passa por mudanças em sua composição e representação como também muda em termos de discurso e ação. Ela é parte ativa de um processo que marca significativamente esse período, que pode ser representado pela expansão agrícola do algodão, pela proximidade da província com o mercado internacional, pela discussão acerca da Lei do Ventre Livre e pelas provações provocadas pela política-crise e pela seca-crise. A elite política cearense acomodava-se nos cargos eletivos de maior importância e nos altos cargos do executivo, e travava uma batalha aguerrida optando pela hoste liberal ou conservadora. A batalha tinha uma arena privilegiada, a imprensa. Os assuntos preferidos dos debates eram a política, o governo e a associação imprópria do público com o privado. Ao final da década de 1870, os debates políticos se voltaram para a política-crise e para a seca-crise que durante três anos, 1877-79, assolou a província do Ceará e outras do norte do Império. A seca provocou uma relação diferenciada entre a província do Ceará e o governo imperial. Devido a essa proximidade diferenciada entre o nacional e o provincial, imagens e espaços começaram a ser definidos, marcando a elite, o povo e suas relações sociais, políticas e econômicas. A elite política cearense, para orientar suas ações, articula-se e opta por um discurso estratégico que ressaltava a crise.

**PALAVRAS-CHAVES:** Elite Política, Ceará Provincial, Crise Social e Lutas Políticas.

## **ABSTRACT**

The political elite of Ceará, in the decade of 1870, suffer changes in its composition and representation and changes in terms of speech and action as well. It is an active part of a process that marks significantly this period, that can be represented by the agricultural expansion of cotton, by the proximity of the province with the international market, by the quarrel concerning the Law of the Free Belly and by the trials provoked by the politics-crisis and the drought-crisis. The political elite of Ceará was accommodated in the most important elective posts and in the high posts of the executive, and joined a warlike battle choosing the liberal or the conservative troop. The battle had a privileged stage, the press. The favorite subjects of the debates were politics, the government and the unsuitable association of the public thing with the private one. At the end of the decade of 1870, the political discussions turned on the politics-crisis and the drought-crisis that during three years, 1877-79, devastated the province of Ceará and others of the north of the Empire. The drought provoked a differentiated relationship between the province of Ceará and the imperial government. Due to this differentiated proximity between the national thing and the provincial, images and spaces begun to be defined, marking the social elite, the people and its social, economical and political relations. The political elite of Ceará, to guide its action, articulates itself and chooses a strategic speech that emphasized the crisis.

**KEY-WORDS:** Political elite, Provincial Ceará, Social Crisis and Political fights.

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 – A elite política em (re)organização	
1.1 – A década de 1870.....	19
1.2 – A elite política do Ceará Provincial.....	32
1.3 – A imprensa da política e do poder.....	48
Capítulo 2 – A elite política em disputa	
2.1 – A política.....	64
2.2 – O governo.....	86
2.3 – O público e o privado.....	111
Capítulo 3 – A elite política em (re)ação	
3.1 – A crise.....	126
3.2 – A solução da crise.....	150
3.3 – O provincial e o nacional.....	169
Considerações finais.....	183
Referências bibliográficas.....	189
Fontes.....	193

## INTRODUÇÃO

A introdução desta dissertação foi pensada como o resultado de uma experiência enquanto historiador, vivenciada no meio acadêmico e fora dele.

Ao entrar na Universidade Federal do Ceará (UFC), como aluno do curso de História, em 1995, a História ainda se revelava misteriosa, assim como a própria universidade. Eram muitas as dúvidas e as incertezas sobre essa área do conhecimento. As revoluções precisavam ser entendidas minuciosamente e as “verdades” conhecidas. Mas, para quem pensava que ia encontrar um ponto final para questões tão complexas, encontrou um ponto de interrogação, pedindo para ser observado e analisado pela ótica da crítica. A certeza da imparcialidade das opiniões se desmanchou com certa relutância e era preciso agora ter consciência da parcialidade, mas com critérios bem definidos pela pesquisa e pela análise.

Disciplina após disciplina o amadurecimento intelectual foi sendo construído, até chegar à primeira experiência de pesquisa mais concreta, como bolsista do programa de iniciação científica Pibic-Cnpq, primeiro pelo Departamento de Geografia, orientado pela Profa. Dra. Maria do Céu de Lima (pesquisa: Fortaleza das Favelas e dos Mutirões) e depois pelo Departamento de História, orientado pelo Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (pesquisa: “A Capital de um Pavoroso Reino: Fortaleza e a seca de 1877”). Questões sobre o espaço e o planejamento urbano foram discutidas à luz da História; por sua vez, as experiências sociais da seca de 1877-79 foram analisadas em meio aos discursos naturalistas do final do século XIX. Essa experiência de pesquisa foi complementada ainda por mais quatro meses como bolsista de iniciação científica da UFC, dando continuidade à temática da seca de 1877.

Veio a graduação e logo em seguida o início do bacharelado, que precisou ser interrompido para dar início a uma nova etapa acadêmica, agora como professor substituto do Departamento de História da UFC. Nessa etapa, grandes perspectivas de análise da História iam sendo descobertas, à medida que cada disciplina era organizada e desenvolvida.

Como professor substituto, uma das muitas discussões empreendidas me chamou a atenção de forma particular – aquela que abordava a região Nordeste em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. O Nordeste começou a ser avaliado dentro de uma problemática histórica e verificou-se muitas vezes que os discursos tradicionais sobre a região eram aceitos sem muitos critérios de análise, eram dados prontos e acabados, que levavam a uma assimilação mecânica da região.

A região “naturalmente” pobre e miserável foi sendo investigada como produto de experiências sociais, que aconteciam e acontecem no cotidiano, a partir de um embate entre os interesses da elite, do Estado, dos intelectuais e do povo. Nesse campo de batalha, pela “justa interpretação” da região Nordeste, um conceito foi tratado com relevância: o de regionalismo. Junto com ele, outras idéias vieram, como a de identidade, elite, planejamento estatal e cultura.

O discurso regionalista, tal qual se apresentava nos estudos desenvolvidos, mostrou-se com várias vertentes, que iam da elitista, passando pela intelectual, até chegar à estatal. Esse discurso, fortemente marcado pela ideologia dominante, teve um resultado muito eficiente do ponto de vista da dominação e do efetivo exercício do poder pelas elites da região Nordeste. Nesse contexto, Rosa Maria Godoy da Silveira, que empreendeu um significativo estudo sobre o regionalismo nordestino, a partir da região açucareira de Pernambuco e da Paraíba, diz que:

A ideologia regionalista ainda não passou pelo crivo de análises sistemáticas, à semelhança, aliás, de muitos outros temas da historiografia nordestina, a despeito de o Nordeste ser a “região brasileira sobre a qual mais amplamente se escreveu. (...).

Ao apontar as carências temáticas de que padece a historiografia do Nordeste, a profa. Suely Robles Reis de Queiroz adverte para a necessidade de elaborar-se uma historiografia da crise, isto é, sobre o processo de perda da primazia econômica e política no conjunto da formação social brasileira. (...).

(...) Concernentes com a concepção de que a ideologia regionalista foi produzida como resposta ao processo de intervenção do Estado no espaço regional, (...).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984, p.20-21. Silveira cita as palavras de QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Historiografia do Nordeste*. São

As elites da região nordestina defenderam a idéia de crise como a marca principal da região e de sua atuação junto ao Estado e ao povo. Silveira aborda a questão da crise regional levando em consideração esses três temas: elites, Estado e povo. Embora seu estudo seja sobre a região açucareira de Pernambuco e da Paraíba, o Ceará pode ser abordado de maneira semelhante, mas guardando especificidades. No caso cearense (espaço pecuária-algodão-seca) a crise, as elites, o Estado e o povo, assumem uma configuração diferenciada do espaço açucareiro, devido à importância desses dois espaços na política imperial.

A discussão sobre o regionalismo nos remeteu ao final do século XIX, especificamente à década de 1870, quando em 1876 ocorreu o Congresso Agrícola do Recife. Esse encontro das elites regionais, proprietárias de terras, principalmente ligadas ao açúcar, é considerado como o início da discussão sistemática sobre a crise do norte do Império.

Estava em curso, mesmo sem eu saber, uma proposta de pesquisa que se materializou em um projeto de mestrado. Mas como inserir o Ceará nesse momento, final do século XIX/década de 1870? Como abordar de fato a crise, se é que essa idéia é tão pertinente para a região cearense? Como analisar a relação das elites, do Estado e do povo na província do Ceará? E o que fazer com a referência dada ao espaço açucareiro, assim como à idéia de momento inaugural do discurso regionalista?

As dúvidas citadas consumiram algumas noites de sono, mas nada que uma nova etapa da experiência acadêmica, o ingresso no Programa de Mestrado em História Social, do Departamento de História, da UFC, não conseguisse encaminhar adequadamente as soluções.

No mestrado, foi preciso reavaliar uma série de questões a partir das quais o espaço açucareiro se mostrou apenas como uma motivação para a pesquisa, podendo a crise ter vários significados e intensidades e a idéia de momento inaugural foi-se dissipando, como uma possibilidade futura de investigação.

---

Paulo: Secretaria de Cultura e divisão de arquivos do estado, 1979. Devemos considerar que muito já se escreveu sobre esse tema, de 1984 para cá, mas que ele ainda é muito relevante para a análise da região Nordeste, pois os antigos problemas ainda persistem, como também os discursos elitistas que denunciam a crise “eterna” da região, que ao longo de sua História foi “desprezada” em detrimento de outras.

Contudo, foi preciso definir melhor o tempo, as elites, o Estado e o povo, temas que deveriam ser investigados. Mas de que forma?

As disciplinas cursadas, as indicações do orientador e a troca de experiências com os colegas de mestrado e de outros meios acadêmicos foram de fundamental importância para que a pesquisa se concentrasse em três eixos: no final do século XIX-década de 1870, na elite política e no Estado. O povo foi progressivamente aparecendo nos vários materiais pesquisados, mas suas ações não foram priorizadas diretamente.

Então, estava definido como a pesquisa iria ocorrer: relacionando a década de 1870, as ações elite política e a atuação do Estado Imperial. Outros temas foram surgindo: a imprensa, a política partidária, a ação governamental, a relação entre público e privado, a seca e a relação entre o nacional e o provincial.

Devemos ressaltar que a definição de uma proposta de pesquisa e de um caminho a ser seguido por esta pesquisa é fruto de várias leituras e nesse caso destacamos: Sebastião Ponte, Celeste Cordeiro, Denise Takeya, Ana Carla S. Fernandes, Gleudson P. Cardoso, Almir L. Oliveira e Maria Auxiliadora Lemenhe, que analisaram as mudanças no final do século XIX, na Província do Ceará. Citamos ainda: Maria Arair P. Paiva, José Murilo de Carvalho e Abelardo F. Montenegro, pelas interpretações esclarecedoras sobre a elite política, a política e sobre o Estado, na época imperial. E por último, mas com igual importância, destacamos Rosa Maria Godoy Silveira, Maura Penna, Amélia Cohn e Gilberto Freyre, que tão bem abordaram as experiências políticas, econômicas e sociais do Nordeste.

As obras de Maria Paiva e de José Carvalho foram muito importantes para o estudo da elite política provincial e imperial, respectivamente. Eles mostraram, por meio de propostas diferenciadas, ela pelo campo do Direito e ele pelo campo da História, quanto o estudo da elite política é significativo para a compreensão da História do Brasil e da História Provincial. A elite política, definida por eles, mostrou-se com um alto nível educacional (curso superior), com concentração na área jurídica e tendo profissões semelhantes (magistratura ou advocacia)<sup>2</sup>. Do estudo de Carvalho e de Paiva, destaca-se também, o fato de a elite política imperial ter sido pouco representativa da sociedade, devido à exclusão e às arbitrariedades que norteavam o processo político. Destacamos, ainda, a mudança progressiva dessa elite ao longo do Império e de forma mais contundente a partir de 1870.

Devem ser destacadas também, como leituras de extrema relevância, as interpretações históricas de Michel de Certeau, de E. P. Thompson e de Peter Burke.

Em Michel de Certeau encontramos uma referência para o andamento geral da pesquisa, o que deveríamos procurar nas fontes: as ações estratégicas da elite política, que em alguns momentos se revelaram também ações táticas. Certeau investiga o mundo das práticas de consumo, em que, com frequência, a própria lógica do consumo é subvertida pelo uso cotidiano, pela necessidade, pela circunstância. Ele se mostra preocupado em investigar os consumidores “comuns”, que muitas vezes reinventam o consumo à sua maneira, ou como diria, se dedicam à “liberdade gazeteira das práticas”<sup>3</sup>. É essa relação de consumo que se dá entre dominantes (os que “mandam”, os produtores) e dominados (os que “obedecem”, os consumidores), entendendo o consumo como algo amplo, que vai do produto industrial ao produto cultural que ele investiga, estabelecendo meios próprios de atuação para um e outro, onde os dominados se dedicariam às “artes

---

<sup>2</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979; e CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 18-19.

de fazer”, por meio da tática, e os dominantes às artes de impor, por meio da estratégia.

A idéia de estratégia vai ser valorizada por pressupor uma articulação entre a elite política, no sentido de estabelecerem um lugar próprio de atuação e mando. Sendo assim, a elite política teve que se posicionar frente às mudanças ocorridas na década de 1870: Lei do Ventre Livre, nova legislação eleitoral, aumento das trocas comerciais internacionais, acirramento das disputas políticas e a seca-crise. Era preciso orientar o processo de mudanças adequadamente e preservar o poder.

O jornal Cearense nos oferece uma idéia dessas mudanças e de como elas devem ser tratadas.

A riqueza publica esta em proporção com a riqueza individual, e esta tem sua fonte nas industrias a que mais se presta o paiz.

Na Provincia do Ceará a industria creadora conta com a mesma antiguidade que pode contar a agricultura, logo que a ella aportarao colonos europeos; mas estamos, hoje sem duvida, mais atrasados neste ramo, do que nao estivemos a meio século (...)

(...) há decadência (...) o gado bovino não abastece o consumo (...)

(...) mais ainda um reparo, que nos ocorre, e é que as melhores fortunas que si contavão na provincia tinhão sua origem na criação, e estas hoje nos fallecem e vão apparecendo no commercio e agricultura.

Reconhecida a decadencia, deve-se procurar a sua origem e cuidar de removel-a.

(...)<sup>4</sup>

Nota-se que a mudança na origem das fortunas é precedida da crise na pecuária, mas mudanças são identificadas em várias áreas e as respostas devem vir com rapidez, pois elas indicam alterações políticas, econômicas e sociais e podem representar crise. É preciso estudar e elaborar uma ação estratégica.

Expostos alguns critérios básicos da dissertação, é preciso estabelecer seus objetivos: 1) identificar as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no final do século XIX-década de 1870 e analisar as repercussões disso sobre o discurso e comportamento da elite política; 2) analisar o universo da elite

---

<sup>4</sup> Jornal Cearense, 15/08/1871, coluna Comunicado (A industria creadora).

política: partido, eleição e governo; 3) analisar a idéia de mudança e crise, levando-se em consideração a política na década de 1870 e a seca de 1877-79, e 4) problematizar o posicionamento da elite política provincial, frente à definição dos espaços provincial, regional e nacional, algo bastante explorado nessa época de mudança e crise.

As fontes utilizadas para atender tamanhas demandas são as periódicas, mais especificamente o jornal liberal Cearense (1846-1891) e o Constituição, conservador (1863-1889). O primeiro, o principal jornal liberal e o segundo, o principal jornal conservador.

Os jornais mostraram-se soberanos para os propósitos levantados nos objetivos, haja vista a diversidade dos temas abordados por eles; falava-se sobre tudo e sobre todos e até mesmo os pronunciamentos parlamentares e os despachos do governo provincial eram publicados. Esses jornais mostravam “as pugnas dos pugiles dos ergastulos”<sup>5</sup>, ou seja, os debates ferrenhos travados por liberais e conservadores em época de eleição. Nesse momento, década de 1870, todos queriam mostrar a mais verdadeira interpretação sobre o progresso, a civilização, as qualidades da imprensa e sobre o exercício da política. Esses jornais têm uma qualidade que reforçam a preferência pela imprensa: a quase exclusiva identificação entre ela e política partidária durante o Império. Boa parte dos jornalistas era, também, membros da elite política<sup>6</sup>.

Fernandes descreve a importância da imprensa deixando evidente que:

(...) por ter possibilitado dialogar com os discursos missionários da imprensa, no jornal liberal e nos conservadores cearenses, do final do século XIX, à medida que percebi que os feitos desses jornais, nas falas de seus sujeitos, estavam, intimamente, ligados à sua representação social e às apropriações que a sociedade, de forma explícita e

---

<sup>5</sup> FERNANDES, Ana Carla S. *A Imprensa em Pauta: entre as contendas e as paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2004. Esse é parte do título do item 2.1 - As pugnas dos “pugiles dos ergastulos”: a propaganda política eleitoral dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição, onde Fernandes explora os debates políticos em torno das eleições.

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 44.

implícita, fazia deles, como órgãos sugestivos de poder e verdade (...).<sup>7</sup>

Os jornais faziam questão de reforçar o papel da imprensa como fórum de debates, onde as grandes questões da política e da sociedade deveriam ser tratadas, com o certificado da verdade, da dignidade, da imparcialidade e da missão civilizadora, como mostra o Constituição:

Nas grandes lutas do raciocínio por meio da palavra e da imprensa confrange-se-nos o coração por vermos que a nefasta política envolve destintos lidadores e os faz definhar em questões estereis, saturadas de fel, visando mais a pessoa do que a utilidade publica.

No vasto campo onde pode o pensamento expandir-se brilhante, e preparar o futuro das gerações, se procura infelizmente conquistar, de preferencia afeições partidarias, dando-se cores impuras aos factos que a autoridade publica põe em execusao para profligar o crime e capturar os criminosos.<sup>8</sup>

Recebendo o título de: Lutas Políticas e Crise Social: A Elite Política Cearense na Década de 1870, esta dissertação foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo – A elite política em (re)organização teve como objetivo situar historicamente e problematizar a elite política cearense na década de 1870, em relação às transformações pelas quais passava a província do Ceará na área econômica, política, social e cultural. Esse primeiro capítulo foi dividido em três itens. No item 1.1 – A década de 1870, foi analisado o impacto das mais diversas transformações ocorridas na década de 1870, sobre a província do Ceará, tendo como referência maior o desenvolvimento do comércio algodoeiro e a seca de 1877-79. No item 1.2 – A elite política provincial, definiu-se os parâmetros que qualificaram a elite política provincial e a importância desse grupo frente às mudanças dos anos de 1870. Foi ressaltado o caráter de exclusão que cercava a representatividade da elite política cearense. No item 1.3 – A imprensa da política e do poder, foi explorada a ligação estreita da elite política com a imprensa, por se tratar de uma forma eficiente dessa elite se mostrar e dominar. Foi discutida

---

<sup>7</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. Op. Cit., p. 22.

<sup>8</sup> Jornal Constituição, 28/04/1872, coluna Constituição.

também, a transformação intelectual mais geral dessa época e a importância da imprensa como uma fonte privilegiada para essa dissertação.

O segundo capítulo – A elite política em disputa teve por objetivo investigar como a política e governo são entendidos por liberais e conservadores. No item 2.1 – A política, foi desenvolvida a análise da política em três dimensões: ela em si, em relação ao partido e nos momentos de eleição. No item 2.2 – O governo, foi destacada a atuação dos presidentes da província e a importância da centralização do poder junto à elite política. No item 2.3 – O público e o privado, foi tratada a relação promíscua do público com o privado, que se expressava constantemente nas ações da elite política.

O terceiro capítulo – A elite política em (re)ação teve como determinação discutir como a elite política cearense definiu, estrategicamente, suas relações e seus espaços de poder, por meio da idéia de crise e da aproximação diferenciada com o governo central, em que a política-crise e a seca-crise mereceram destaque. Aqui se trata de mostrar como essa atuação da elite política é conseguida, no relacionamento com outros grupos da elite e com a sociedade em geral. No item 3.1 – A crise, foi analisada a idéia de crise, a partir da política em 1870 e da seca em 1877-79, para pensarmos sobre o comportamento da elite política frente à reorganização das relações de poder, desestabilizadas em momentos de crise. No item 3.2 – A solução da crise, abordamos as propostas da elite política acerca do combate à crise; destacamos especialmente a necessidade que a elite política vai ter do governo central, para a condução da solução da crise. No item 3.3 – O provincial e o nacional, foi privilegiada a análise da construção estratégica que a elite política cearense fez do seu espaço, do Norte e da Nação, em meio à política-crise e à seca-crise.

Esse relato de uma experiência, que demos o nome de introdução, talvez possa ser aplicado em toda a dissertação, que não deixa de ser, também, uma experiência.

## CAPÍTULO 1 – A ELITE POLÍTICA EM RE(ORGANIZAÇÃO)

### 1.1 – A DÉCADA DE 1870

A partir de 1850, a abolição do tráfico e a conseqüente liberação de capitais para outros setores produtivos inauguram uma fase de prosperidade econômica...e os anos de 1870 a 1880 “constituiriam um dos períodos de maior prosperidade nacional”, no dizer de Caio Prado Júnior (...)<sup>9</sup>

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos o século XIX constituíram a nossa vida espiritual”. Sílvia Romero, ao expressar-se assim (apud Cruz Costa, 1967:97), assinala principalmente o abalo sofrido, nessa década, pelos mais firmes pilares de nosso pensamento até então: catolicismo, espiritualismo, instituição monárquica e servil (...).<sup>10</sup>

---

O Brasil foi marcado, desde 1850, por um conjunto de intensas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. No início da segunda metade do século XIX as mudanças já apontavam para um patamar elevado, ao ser possível a abolição do tráfico de escravos, fato que interferiu em vários setores e não só no produtivo. Era o fim anunciado de um sistema que girava em torno do trabalho escravo.

O processo de transformação iniciado com a abolição do tráfico de escravos prossegue de tal forma e com tamanha repercussão nacional que ao final do século XIX a monarquia e o sistema

---

<sup>9</sup> CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 33.

<sup>10</sup> Id. *Ibidem.*, p. 64.

escravista chegam ao fim. Um novo arranjo na classe dominante, portanto, se fez necessário para a manutenção da grande propriedade, voltada para a produção cafeeira e para a apropriação do Estado nos moldes republicanos. Se a segunda metade do século XIX apresenta esse grau de transformação, conservador na prática, onde encontramos a concentração desse turbilhão de acontecimentos que vai impor à elite brasileira um novo arranjo político? A resposta a essa pergunta parece estar na década de 1870.

Na década de 1870 a novidade toma conta do país: o manifesto republicano e a conseqüente formação do partido republicano, a plantação de café no oeste paulista e a força política e econômica desses cafeicultores, a crise do espaço açucareiro, a Lei do Ventre Livre, a politização do exército ao final da Guerra do Paraguai, a Questão Religiosa, o movimento abolicionista, a urbanização e formação de grupos médios urbanos, a imigração estrangeira, a difusão de novas idéias (positivismo, cientificismo, evolucionismo, materialismo e crítica religiosa), o aprofundamento das relações capitalistas de produção, e – para garantir a repercussão e sustentação desse quadro de novidades – a força indiscutível da imprensa, com sua liberdade e formação de opinião<sup>11</sup>. Celeste Cordeiro corrobora essa situação eletrizante destacando, por exemplo, que desde o fim do tráfico de escravos existia capital disponível para ser investido em outras áreas; os anos de 1870 a 1880, no dizer de Caio Prado Júnior,

---

<sup>11</sup> Id. Ibidem., p. 31-72.

(...) constituíram um dos períodos de maior prosperidade nacional (...).<sup>12</sup>

e ainda nas palavras de Sergio Buarque de Holanda,

(...) às crises de 1857 e 1864 seguiu-se – com o interregno da guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) – uma nova fase expansiva do ciclo de acumulação. Este, já naquela época, ativado pelo Estado e diretamente ligado ao financiamento externo...especialmente do capitalismo inglês, propiciou, por um lado, o avanço das instalações de infra-estrutura da economia agro-exportadora...por outro, permitiu a instalação de fábricas de produtos consumidos internamente (alimentação e tecelagem) e certa expansão de setores urbanos de serviços.<sup>13</sup>

Observa-se que nessa década houve uma etapa importante e decisiva de um processo de mudança que contribuiu para a modificação da elite como um todo e da elite política em particular, devido a sua proximidade com o poder estatal. Tudo indica que começou a existir uma nova relação discursiva e de poder dessa elite política com o Estado e a sociedade que, estando à frente do governo, comandou parte significativa dos novos processos em andamento. As frações da elite política disputaram espaço entre si para garantir sua sobrevivência no Estado e a partir dele. Se no início do Império

---

<sup>12</sup> PRADO JR. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1945. In: Id. Ibidem., p. 33.

<sup>13</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II: O Brasil Monárquico, 5º volume: Do Império à República”. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. In: Id. Ibidem., p. 33-34.

predominavam os magistrados e no final os advogados, como elite política, Carvalho mostra que

(...) Havia duas razões principais para distingui-los (...) A primeira é que foram, os advogados (grifo nosso), quase todos educados no Brasil e não em Coimbra como os magistrados (...). A segunda é que o advogado tem uma relação com o Estado muito distinta da do magistrado. O último é um empregado público, encarregado de aplicar a lei e defender os interesses da ordem. O advogado é um instrumento de interesses individuais ou de grupos, e como tal pode tornar-se porta-voz de oposições tanto quanto do poder público (...).<sup>14</sup>

Não estamos dizendo que a composição social da elite política mudou significativamente, tendo o processo de sua seleção abandonado a discriminação, ou mesmo, que ela resolveu optar pelo benefício da maioria, mas sim que seu discurso para seguir como grupo dominante expressivo e dominar o Estado estava mudando, embora o resultado obtido tenha sido conservador, como a proclamação da República mostrou. Analisaremos, então, as ações da elite política em relação a si, à sociedade, à imprensa, à política, ao governo e à nação, na década de 1870.

---

<sup>14</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 128-138 e CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 79. Tanto em Paiva como em Carvalho observamos uma mudança na composição da elite política ao final do século XIX. O predomínio do grupo governos (magistrados, militares, funcionários públicos, diplomatas e "políticos") no início do Império, destacando-se os magistrados, é substituído pelo grupo profissões (professores, advogados, jornalistas, médicos e engenheiros), com destaque para os advogados. Essa divisão foi feita por Carvalho, mas pode ser aplicada também a Paiva, pelo tipo de informação que ela disponibiliza.

Sobre esse novo momento da elite política na década de 1870, devemos considerar que as disputas em que ela se envolveu, para garantir o comando do processo de mudanças e a permanência nos espaços de poder, estavam em parte absorvidas, sem maiores traumas, pois a supremacia dos profissionais liberais, como representantes majoritários da nova cena política, reflete sem dúvida os interesses mercantis de então.<sup>15</sup>

A pertinência da década de 1870 pode ser observada também nos trabalhos de Celeste Cordeiro e de José Murilo de Carvalho, na divisão que eles fazem do Império, colocando a década como um momento de declínio e queda do Segundo Reinado<sup>16</sup>. No meio de uma certa instabilidade política e social, é preciso uma nova postura frente ao Estado e à sociedade; a elite política não vacilou e entendeu o momento, assimilou as transformações e mudou o discurso de dominação. Era preciso agir de forma diferenciada para manter o mando, mediante nova articulação de forças. Carvalho diz que

(...). Por essa época desapareceriam de cena os principais líderes formados nas lutas da Regência e nova geração iria ocupar as posições de poder. (...).

---

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 73-92. Unificação da elite: o domínio dos magistrados. Carvalho usa esse argumento para os magistrados em tempos de organização e consolidação de Estado Imperial. Os magistrados como representantes dos Estados e da sociedade (elite política) ao mesmo tempo possibilitavam a absorção das disputas sem grandes traumas, mas com certeza a um custo muito alto para a representatividade.

<sup>16</sup> Id. Ibidem., p. 48-49. Carvalho divide o Império em cinco fases: Primeiro Reinado (1822-1831), Regência (1831-1840), Consolidação (1840-1853), Apogeu (1853-1871) e Declínio e Queda (1871-1889). CELESTE, Cordeiro. Op. Cit., p. 37-38. Cordeiro, apoiada em CÁCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Moderna, 1994., divide o Segundo Reinado em três fases: Consolidação (1840-1850), Estabilidade (1850-1870) e Declínio (1870-1889). Embora ela não cite, tacitamente, os períodos anteriores, não pesa muita dúvida sobre eles, Primeiro Reinado (1822-1831) e Regência (1831-1840).

## E complementa essa idéia ao afirmar que

(...). No período 1871-1889 não encontramos um só ministro remanescente dos três primeiros períodos e somente 28% dos do período anterior ainda estão presentes. As mudanças na educação, ocupação e mobilidade geográfica são acompanhadas pelo aumento na circulação à medida que o Império vai se aproximando do final. Menos magistrados, menos militares, mais advogados, mais profissionais liberais, menos treinamento, mais circulação: o sistema político estava dando sinais de mudanças. (...).<sup>17</sup>

Analisadas as transformações em nível nacional, é preciso agora investigá-las em nível provincial. Por isso, abordar o Ceará na segunda metade do século XIX, e principalmente na década de 1870, é perceber as transformações pelas quais passou sua capital, Fortaleza, transformações essas que permitiram a ela a condição de principal cidade do Ceará a partir de 1850, aproximadamente.

Na primeira metade do século XIX é clássica a disputa pela primazia *urbana* na província entre Fortaleza e Aracati – a primeira voltada para a insurgente economia agrícola, impulsionada pelo algodão, que marca a virada do século XVIII para o XIX e começa a modificar a economia da província como um todo, e a segunda voltada principalmente para a pecuária, desde o tempo da colônia. Mesmo com essas modificações em curso na economia provincial, Aracati

---

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 100.

segue sólida e ainda é o principal núcleo urbano no fim do período colonial, conservando o título de principal vila da província, mas

A despeito da manutenção da hegemonia de Aracati ainda ao findar o período colonial, as modificações ocorridas entre fins do século XVIII e começo do seguinte no Ceará - desenvolvimento da agricultura para exportação e a separação administrativa da capitania de Pernambuco, associadas, - assinalaram a emergência de Fortaleza no contexto da economia do Ceará.<sup>18</sup>

Durante o Primeiro Reinado observamos um refluxo da agricultura de exportação (algodão) e da pecuária, seguindo a tendência da economia brasileira, que passa por uma crise (1820-1840), devido à concorrência internacional. No caso do Ceará, ainda temos que contar com seca (1824-1826) e com a Confederação do Equador (1824), que reforçam os problemas locais. Mas a despeito disso, a política centralizadora do Primeiro Reinado privilegiou Fortaleza, a capital, em detrimento às outras localidades do Ceará, e a dotou cada vez mais de infra-estrutura e poder governamental. Isso pode ser percebido pelo fato de Fortaleza ter conseguido implementar de forma mais efetiva o “controle da ordem política” e a “concentração do excedente econômico” da província sobre as vilas do interior.<sup>19</sup>

No Segundo Reinado, Fortaleza continua a ser privilegiada com o revigoramento da política centralizadora do Estado e transforma-se num núcleo que atrai pessoas e comércio, destacando-se no contexto

<sup>18</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade. conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991., p. 65.

<sup>19</sup> Id. Ibidem., p. 66-96.

provincial. Segundo Lemenhe, é o período de consolidação da hegemonia de Fortaleza, que foi também beneficiada à medida que o Ceará seguia o quadro geral de desenvolvimento da economia brasileira, aumentando a ligação com o mercado internacional, como produtora de matéria-prima e diversificando a pauta de produção e exportação. Segundo Lemenhe, na economia cearense

(...). Ocorre a ampliação dos ramos tradicionais, da pecuária e da cultura algodoeira. Diversifica-se a agricultura com o desenvolvimento da cultura do café, exploração da borracha e cera de carnaúba (...).

O açúcar (...) teve sua produção ampliada, permitindo gerar excedentes para o mercado externo.

Assinala-se o aumento dos produtos de subsistência (...) que chegaram a ser vendidos para o exterior e outras províncias.<sup>20</sup>

Nesse quadro de crescimento e diversificação da economia cearense, na segunda metade do século XIX, o destaque incontestável foi para a cotonicultura. Essa cultura muda a província e a cidade de Fortaleza, ao ser grande parte dela escoada pelo seu porto em direção ao exterior, principalmente. Posto o produto à mercê do capital externo, foi possível o levantamento de uma crescente infraestrutura urbana, que atraía as mais diversas pessoas e mudava os costumes da população. Essa orientação econômica do processo de transformação concentrou excedente financeiro na cidade e aprofundou as relações capitalistas de produção, de vida e de

---

<sup>20</sup> Id. Ibidem., p. 100.

consumo. A elite fortalezense e a população de um modo geral ficam atentas ao frenético movimento de coisas e seres, que anunciam mudanças e novos tempos.

Mesmo conhecendo momentos de alta e baixa em seu preço, o algodão torna constante o fluxo de rendas para a província e figura como o principal produto da pauta de exportação nas décadas de 1860 e 1870. Entre 1870 e 1875, o algodão representa 59,7% das exportações (quilos exportados) e entre 1875 e 1880 representa 32%.

No primeiro período, representando quase 60% das exportações, reflete um excelente desempenho, sem, no entanto, a arrecadação ser maior que o período entre 1865 e 1870, onde a quantidade de quilos exportados é menor, 52,5% do total, mas a arrecadação é maior<sup>21</sup>. O início e o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América (1861-1865), ou seja, a interrupção e a retomada da produção algodoeira neste país e as variações na demanda e no preço do produto no mercado internacional, explicam tanto um período como o outro (1865-70 e 1870-75). A partir de 1871/72, a crise tomou conta do setor algodoeiro e a área cultivada é aumentada para compensar a queda do preço do produto no mercado internacional. No segundo período, de 1875 a 1880, a crise da produção algodoeira é agravada pela seca de 1877-79, que afetou praticamente todos os setores da economia, escapando apenas o setor de comércio de alimentos, como mostra Denise Takeya, a partir da atuação da Casa Boris- Frères.

Raimundo Girão, citando palavras de Rodolfo Teófilo, diz que:

---

<sup>21</sup> Id. Ibidem., p. 101. Lemenhe aborda uma tabela a partir do estudo de GUABIRABA, Maria Célia. *Ceará: a crise permanente do modelo exportador*. Fortaleza: Instituto de Memória do Povo Cearense, 1989.

(...) Em 1871, reestabelecida a paz nos EUA, começou a baixar o algodão. Negociantes e lavradores tentam arcar coma crise, abrindo novas e imensas lavras que produzem 7.906.944 quilos, e o preço a baixar sempre. Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O riqueza de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salários. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência, que durou tão pouco (...).<sup>22</sup>

A seca de 1877-79 marcará profundamente a década de 1870, como també toda a Historia do Ceará, e as suas conseqüências vão impor duros testes – de controle social e estatal ao governo provincial e à elite política que o administra, e de sobrevivência à sociedade como um todo, principalmente aos pobres, pela falta de assistência adequada. Nesse momento trágico, observamos uma interrupção desse clima de transformação urbana, como vinha sendo planejado pelos grupos dominantes, e o caos se instala.

Mesmo levando em conta os problemas enfrentados pelo algodão por conta da concorrência com os EUA e a seca de 1877-79, a Província do Ceará evidencia um grande crescimento comercial na década de 1870, que vai ter em Fortaleza seu foco. Apesar desse fato já ter sido indicado anteriormente, devemos agora levar em

---

<sup>22</sup> TEÓFILO, Rodolfo. Historia da Seca do Ceará. Rio de Janeiro, 1922. In: GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

consideração a figura dos comerciantes, principalmente os estrangeiros, à frente de suas casas de exportação-importação.

Esses eficazes “senhores do progresso” aparecem com mais força em Fortaleza a partir da década de 1860, quando a economia cearense viveu a expansão do modelo agroexportador. No entanto, eles estabelecem suas teias de relações mais efetivamente na década de 1870. Exemplo disso foi a instalação da Casa Boris-Frères em 1872, na Província do Ceará.

A Boris-Frères, antes da sua instalação definitiva em 1872, sondou, na figura de seu sócio fundador, Théodore Boris, no final da década de 1860, as possibilidades comerciais da província, possivelmente ao ler os relatórios consulares do governo francês sobre o Brasil e as províncias do Norte<sup>23</sup>. Essa casa funcionava com o esquema matriz-filial, que viabilizava o comércio de exportação-importação, tendo de um lado o envio de algodão para o exterior e do outro a importação de tecidos. Esse era o esquema básico da firma, apesar de exportar outros produtos locais e importar outros não só franceses.

Nos anos de 1870, outras casas francesas se instalam no Ceará, mostrando a importância dessa época: Gradwohl Frères, Levy Frères, WEILL & Cia, Hasbisreutinger & Cia e a Casa Brurmschiveiberg. Dessas casas, as quatro últimas optaram por Aracati; a primeira, após a opção inicial por Aracati, transferiu-se para Fortaleza, juntando-se à Boris Frères, que ao chegar no Ceará se instalou logo em Fortaleza.

Segundo Takeya,

---

<sup>23</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995., p. 116-135

A opção diferenciada da Boris Frères pela capital iria possibilitar-lhe, paulatinamente, a conquista de uma posição privilegiada frente às novas casas francesas que com ele se instalavam. (...). Essa opção colocou-os próximos aos círculos das decisões político-administrativas da província, o que se revelaria, mais tarde, numa decisão acertada e fecunda, em função de seus interesses no Ceará.<sup>24</sup>

A posição assumida pela Boris Frères na economia cearense revela uma faceta extremamente interessante de sua atuação: a complementariedade de seus interesses com a elite local. Os proprietários, que em grande parte atuavam na política compondo sua elite, possuíam relações de interesses com os comerciantes estrangeiros de um modo geral e não só com a Casa Boris, a qual obteve o maior destaque<sup>25</sup> pela posição que assumiu no meio econômico da província. Mesmo com essa expansão da atividade comercial, poucos membros desse grupo se elegiam, preferindo apoiar os políticos.<sup>26</sup>

Os Boris, uma vez formada uma base de relações extremamente eficiente e funcional, no contexto da seca de 1877-79 –

---

<sup>24</sup> Id. Ibidem. p. 137. Essas vantagens de se estabelecer em Fortaleza ficariam mais evidentes durante a seca de 1877-79, quando as ligações de amizade foram fundamentais para que a Casa Boris reforçasse seus lucros com o comércio de alimentos e garantisse as bases para a consolidação e expansão nas décadas posteriores.

<sup>25</sup> Id. Ibidem. p. 167-168. Takeya, ao abordar essa questão da complementariedade de interesses, entre os comerciantes estrangeiros e os proprietários locais, tem como referência as obras de STEIN, Stanley J. e STEIN, Bárbara H. *A Herança Colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; COSTA, E. Viotti. *Da Monarquia à República. momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985 e GIRÃO, Raimundo. *Historia Econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

<sup>26</sup> Essa informação é pertinente tanto no trabalho de Paiva como no de Carvalho.

e Takeya reconhece que seu crescimento nas décadas posteriores liga-se diretamente a esse fato – , atuam de forma cada vez mais próxima dos grandes proprietários locais. Era o poder econômico assumindo as configurações de influência política, embora os grandes comerciantes e banqueiros, durante o Império, preferissem mais apoiar os políticos e tratar de assuntos de seus interesses a se transformar políticos.<sup>27</sup> Essa teia de relações foi materializada pelos esforços da Casa em melhorar a produção de algodão, pelos empréstimos que intermediava ou fazia ao governo provincial, pela compra antecipada da safra aos proprietários e pela atuação que tinha fora do Ceará. Esse era o ambiente de atuação da Casa Boris Frères

e

---

Se não podemos aferir com precisão o prestígio dos irmãos Boris na Paris onde se localizava a matriz de sua Casa, é possível rastreá-lo nas alianças que estabeleceram no Ceará. Essas alianças, sem dúvida, reforçaram seu poder econômico e abriram espaço para o exercício da influência política dele decorrente. Seus antecedentes encontram-se ainda na década de 70, quando as relações de caráter pessoal foram importantes, senão decisivas, no contexto da seca de 77-79, para o crescimento comercial da Boris Frères, então ocorrido.<sup>28</sup>

A província do Ceará e a cidade de *Fortaleza* (de Nossa Senhora da Assunção) estavam passando por transformações significativas na

---

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 43.

<sup>28</sup> TAKEYA, Denise. Op. Cit., p. 167.

década de 1870 ao se inserir de forma decisiva e irrevogável na Divisão Internacional do Trabalho. Era o progresso capitalista que chegava e a repercussão disso se deu na cidade, um espaço de uso e controle.

A elite cearense, empolgada com o desenvolvimento econômico e o progresso material dele decorrente, que foi marcante na década de 1870, passou a atuar de forma estratégica sobre a cidade, a planejar-lhe um novo modo de vida. Para tanto, foram necessários alguns passos iniciais para que a cidade se tornasse bela, organizada e vigiada. Era o preço a se pagar pelo novo, pela civilização, em que o grande modelo era a Europa. Foi implementada, então, a remodelação urbana, com a Planta de Fortaleza e Subúrbios, de Adolfo Herbster (1875), o início da construção da ferrovia Fortaleza-Baturité (1870) e da ferrovia Camocim-sobral (1872), a construção da Assembléia Legislativa (1871), um contrato para a instalação de trilhos urbanos (1872), a inauguração do telégrafo (1878), um controle social mais insistente – derivado dos saberes médico-científicos e do Estado –, e novos hábitos, com o afrancesamento dos costumes e a discussão de novas idéias.<sup>29</sup> Ponte corrobora essas transformações ao afirmar que

Essas elites intelectuais, importa sublinhar, desempenharam papel fundamental na construção de uma nova ordem urbana. Assinaladas pela racionalidade cientificista em voga na Europa, formaram instituições de saber, (...), e colaboraram estreitamente com o Estado ao conferir a competência técnica que o poder então carecia. Ao mesmo tempo que galgavam prestígio científico e político, os

---

<sup>29</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque. reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993, p. 27-36.

grupos de letrados pretendiam instaurar novos conhecimentos e representações sobre a cidade, fazendo circular um campo de diversificadas verdades e medidas voltadas para o ajustamento da população às novas regras de vida e trabalho urbanos<sup>30</sup>.

Embora esse projeto elitista tenha começado um pouco antes (na década de 1860) e se intensificado depois da Proclamação da República, como mostra Ponte, e que a década de 1870 não tenha concentrado, aparentemente, um grande número de transformações físicas da cidade, verifica-se que as transformações pelas quais passava o Brasil, nessa década, repercutem no Ceará, somando-se aí as modificações internas, que dão possibilidades de discussão e realização dos projetos da elite política cearense em relação à sociedade e ao Estado, marcando decisivamente a história política cearense e o efetivo controle dessas elites, nas décadas seguintes, sobre o social e o estatal.

A política cearense na década de 1870 foi marcada pelo acirramento da violência contra o eleitor e contra o próprio processo eleitoral, fato esse facilmente comprovado nos jornal conservador A Constituição e no jornal liberal Cearense, que relatam as arbitrariedades em época de eleição: prisões, assassinatos, recrutamentos para a Guarda Nacional, roubo de urnas e alteração de atas eleitorais. Esses dois jornais vão mostrar e discutir essas mudanças em curso e serão os espaços privilegiados dos debates

---

<sup>30</sup> Id.Ibidem., p. 18-19. Essas palavras de Ponte mostram o projeto estratégico em curso por parte das elites, mas devemos levar em consideração, como abordada por Carvalho, a elevada identificação entre intelectuais, elite política e burocracia.

entre liberais e conservadores, sobre o processo de mudança. Frente às transformações, conservadores e liberais, vão mudar as estratégias e a forma de dominar a sociedade e o Estado. Isso indica o início de um novo discurso político para preservar o mando. Muda o discurso teórico, mas a prática nem tanto. Esse espaço-poder que a imprensa tem será mais aprofundado no item 1.3 desta dissertação.

O exercício da política não é só a eleição; é também toda a preparação de idéias que antecede um pleito eleitoral e a própria convivência, ou melhor, a luta diária dos partidos, dos políticos e eleitores. Fortaleza, na década de 1870, vivia uma intensa discussão de novas idéias, novas não só porque estão sendo discutidas pela primeira vez, mas principalmente porque é diferente a importância dadas nesse momento aos itens: educação e religião, liberdade e progresso, escravidão e propriedade, reforma e educação constitucional, política partidária e administração pública, república e monarquia, soberania popular e governo pessoal, atuação repressora e liberdades individuais, desenvolvimento material e crença religiosa, revolução ou ordem, reforma eleitoral e violência, centralização e descentralização administrativa, seca e administração pública.<sup>31</sup> A importância dessas novas idéias pode ainda ser percebida nas palavras de Celeste Cordeiro, que fazem referência a observação de Djacir Menezes sobre os anos de 1870:

Como faz notar Djacir Menezes, a história cearense no último quartel do século XIX oferece o melhor repertório de idéias e a mais vigorosa geração de intelectuais. Afirma que, principalmente nos anos 70, “pulsa aqui um centro autônomo,

---

<sup>31</sup> CELESTE, Cordeiro. Op. Cit.,

ressonância dos centros europeus, com líderes dotados daquela pensée agissante... Literatura viva, em choque com a tradição, ansiosa de novos horizontes políticos e filosóficos.<sup>32</sup>

Na década de 1860, alguns desses assuntos já são discutidos (progresso, fim da escravidão, ordem, descentralização e centralização), mas o aprofundamento acontece a partir da década de 1870. Tudo indica que quanto mais transformações estiverem em curso mais a elite política deve tomar posição e se preparar para se manter no poder.

As novas idéias são defendidas por liberais e conservadores, principalmente, já que nos anos de 1870 os republicanos se organizam em um partido (algo novo e até certo ponto radical para a época), uma alternativa para a monarquia parlamentarista.

A intenção até agora em mostrar esse quadro de mudanças, não só no Brasil como no Ceará, nos “agisantes anos de 1870”, foi destacar que as transformações foram muitas e analisá-las com detalhes para ver seus efeitos sobre os discursos da elite política ainda não se tornou pertinente, mas o simples fato de destacá-las já nos induz para um novo ambiente político, econômico, social e cultural.

## 1.2 – A ELITE POLÍTICA DO CEARÁ PROVINCIAL<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Id. *Ibidem.*, p. 90.

<sup>33</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. Esse é o mesmo título do livro onde a autora aborda a elite política de todo o Período Imperial, pelo enfoque do Direito, destacando a Constituição de 1824 e suas leis eleitorais e as características políticas, econômicas e sociais que influenciaram a formação da elite provincial. Essa obra foi de grande relevância para a presente dissertação.

(...) Esses senhores se sentam à mesa, decidem por nós, negociações, estúpidos idiotas da política. Dólares, tanques e mísseis, meu coração tropical não agüenta e o cruzeiro do sul que não nos orienta (...) (Belchior – No maior jazz).

A elite política do Ceará provincial podia ser definida a partir de alguns critérios básicos, privilegiando algo de comum no momento da seleção para a sua composição. Era preciso ser preferencialmente cearense, com destaque para Fortaleza e Aracati, ter qualidades morais e renda comprovada, ser, se possível, de família tradicional, ter aproximadamente quarenta anos e nível superior de preferência em direito e ter emprego de magistrado ou de advogado<sup>34</sup>. Pertencer à elite política da Província do Ceará, com certeza, não era seguir uma receita detalhada – já que existiam muitas variantes a cada nova eleição ou indicação de cargo: as mudanças ministeriais e de presidência da província, o apoio dos “donos dos partidos” ou dos “donos das facções” desses partidos, os altos índices de recrutamento (sujeitos que se elegiam pela primeira vez) e, em algumas situações, os efeitos da seca –, mas era necessário preencher ao máximo os pré-requisitos citados para que um novo sujeito ingressasse na elite política cearense.

O que caracterizava uma eleição ou em uma nomeação relaciona-se não só com o “perfil” dos parlamentares ou dos responsáveis pelo executivo, mas também com a análise do quadro jurídico-institucional em vigor durante o Regime Imperial, que expunha as condições para quem quisesse participar de um pleito eleitoral, como eleitor ou como candidato. Maria Arair Pinto Paiva mostra que, segundo a Constituição de vinte e cinco de março de mil oitocentos e vinte e quatro (25/03/1824), outorgada por D. Pedro I, “que com algumas modificações vigeu até o fim da monarquia”, para ser:

---

<sup>34</sup> Id. Ibidem., p. 82-201.

- A) Eleitor de primeiro grau ou das assembleias paroquiais (votantes) – era preciso ser brasileiro nato ou naturalizado, estar em pleno gozo de seus direitos políticos, ter renda anual de 100\$000 réis, ser maior de vinte e cinco anos;
- B) Eleitor de segundo grau ou de província (eleitores) – era necessário que fosse votante, participasse das eleições paroquiais e ainda tivesse renda anual de 200\$000 réis;
- C) Vereador – era preciso ser eleito pelos votantes, exigindo a lei dois anos de domicílio no Termo;
- D) Deputado Provincial – era preciso atender a exigências semelhantes e dos deputados gerais;
- E) Deputado Geral - era necessário ser eleitor, brasileiro nato, ter religião católica e renda anual de 400\$000 réis;
- F) Senador - era preciso ser cidadão brasileiro, estar no gozo de seus direitos políticos, ter quarenta anos ou mais, ser pessoa de saber, capacidade e virtudes, ter servido à pátria, de preferência, e ter renda anual de 800\$000 réis; e
- G) Presidente de Província – a nomeação para esse cargo era de competência do Imperador, mas era imprescindível certa condição moral, intelectual e de amizade, já que a responsabilidade era grandiosa.

Essas condições jurídico-institucionais, que enquadravam todo o processo eleitoral, da qualificação do votante à eleição e depois a escolha pelo imperador do senador, mais a nomeação do presidente de província, também pelo imperador, deixavam muito bem expostos os limites restritivos à participação dos habitantes da nação ao efetivo exercício da democracia, ou então, o caráter elitista da sociedade

pela reafirmação de um status: quem podia ou não votar e ser votado ou cair nas graças do patronato. Além disso, Maria Paiva discorre ainda sobre as características próprias da política cearense, ou seja, sobre a “natureza elitista do sub-sistema político do Ceará”, que associava três elementos básicos: a fazenda, o fazendeiro e a seca. A elite urbana está aparentemente fora desse subsistema, mas ela era egressa das fazendas e ligada às famílias tradicionais, na maioria das vezes.

A fazenda representava a posse do latifúndio e o poder econômico dele decorrente; o fazendeiro materializava a primazia da influência eleitoral, e a seca representava um fator que facilitava a barganha política e o desvio de recursos por parte da elite política, em época de eleição ou não. A seca revela-nos ainda uma outra dimensão desse caráter restritivo do processo eleitoral – a necessidade de estar ligado a alguém, em época normal por precaução e em época de seca por penúria. As várias dimensões da seca e sua associação com a elite política serão abordadas com mais detalhes no último capítulo desta dissertação.

São muitas as condições legais e as qualidades pessoais para se chegar à condição de elite política na Província do Ceará, mas alguns privilegiados chegaram a essa condição no decorrer dos sessenta e sete (67) anos de Império no Brasil e durante a década de mil oitocentos e setenta (1870), que é o foco da dissertação. Para representar a elite política cearense, alguns números merecem destaque e podem ilustrar o caráter restritivo do sistema eleitoral e a conseqüente exclusão que esse seletivo grupo portava. Os números nesse momento, como certamente em outros, nunca serão analisados apenas sob o ponto de vista da estatística, das equações, das proporções e das probabilidades, pois os números por si só não dizem muito se eles não forem cercados de tempo, de espaço, de problemas, de perguntas e certamente de pessoas em situações cotidianas. A História, assim como outras áreas do conhecimento, necessita de dados estatísticos, mas principalmente de “cheiro de gente”, de experiências vividas, individual ou coletivamente, no fazer cotidiano.

TABELA I – Número\* de deputados provinciais, deputados gerais, senadores, presidentes de província, legislaturas e de mandatos na década de 1870 e em todo o Período Imperial.<sup>35</sup> Os números

---

<sup>35</sup> Id. *Ibidem.*, p. 82 e 113. Paiva chegou a esses dados sobre deputados provinciais e gerais, senadores e presidentes de província entre 1823 e 1889, tendo como referência os trabalhos de: GUIMARÃES, Hugo Victor. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Fortaleza: Editora Jurídica Ltda, 1952; ANONIMO. *Nominata dos Deputados Brasileiros, desde as Côrtes Portuguezas de Lisbôa, de 1821, até a 20<sup>a</sup> legislatura do 2<sup>o</sup> Império (1886 – 1889)*. Rio de Janeiro: Empreza Brazil Editora Limitada, 1926. In: *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826 – 1926)*. Rio de Janeiro: Empreza Brazil Editora Limitada, 1926; BRIGIDO, João. *Eleições Senatoriais do Ceará*. Fortaleza: Typographia Econômica, 1884; CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970; NOGUEIRA, Paulino. *Presidentes do Ceará Durante a Monarquia*. Fortaleza: Typographia Studart, 1889 (Nogueira publicou ainda mais três volumes com esse mesmo título, dois em 1889 e um em 1905, que são citados pela autora); STUDART, (Guilherme) Barão de. *Geographia do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1924; MONTENEGRO, Abelardo F.

referentes ao período da pesquisa e a todo o período Imperial são separados por uma barra transversal (/).

	<u>Nº de políticos</u>	<u>Nº de eleitos mais de uma vez</u>	<u>Nº de eleitos uma vez</u>	<u>Nº de mandatos****</u>	<u>Nº de legislaturas*****</u>
<u>Dep. Provinciais</u>	<u>119 / 423</u>	<u>056 / 220</u>	<u>063 / 223</u>	<u>192 / 820</u>	<u>06 / 27</u>
<u>Dep. Gerais</u>	<u>025 / 100**</u>	<u>006 / 048</u>	<u>019 / 052</u>	<u>032 / 168</u>	<u>04 / 21</u>
<u>Senadores</u>	<u>004 / 019</u>	<u>_****</u>	<u>_****</u>	<u>004 / 019</u>	<u>-</u>
<u>Presidentes de Província</u>	<u>012 / 053***</u>	<u>_****</u>	<u>_****</u>	<u>_******</u>	<u>-</u>
<u>TOTAL</u>	<u>160 / 595</u>	<u>062 / 268</u>	<u>82 / 275</u>	<u>228 / 1007</u>	<u>-</u>

\* O número de deputados provinciais e gerais foi computado incluindo os suplentes que tomaram assento em uma das câmaras. Os que foram reeleitos, consecutivamente ou não, foram contados apenas uma vez.

\*\* Os 100 deputados gerais incluem também os deputados constituintes de 1823, que para efeito de análise serão considerados apenas como gerais.

\*\*\* Das 54 nomeações para a presidência da Província do Ceará, José Martiniano de Alencar foi nomeado duas vezes.

\*\*\*\* Pela peculiaridade das ocupações, vitaliciedade do senado e nomeação para presidente de província não foram considerados nesses itens.

\*\*\*\*\* Para deputado provincial da 1ª a 11ª legislaturas foram computados 28 mandatos por legislatura e da 12ª até a 27ª, 32 mandatos por legislatura. Para deputado geral foram computados 8 mandatos por legislatura, incluindo a Assembléia Constituinte de 1823.

\*\*\*\*\*Pelo fato de serem nomeados pelo Imperador não foram contabilizados no total de mandatos

---

*História dos Partidos Políticos Cearenses.* Fortaleza: Edição do Autor, 1965; GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 3ª ed. (revista), 1971 e SERRANO, Jonathas. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 2ª ed. (revista e ampliada), 1968. Os dados referentes à década de 1870 foram elaborados a partir dos dados de Maria Paiva para todo o Período Monárquico, dando destaque apenas para os aspectos relevantes para esta dissertação. Os dados para todo o Período Monárquico serviram de importante balizamento para os dados pertinentes à década de 1870 e sempre virão depois da barra, como está exposto na Tabela I.

\*\*\*\*\*As 6 legislaturas de deputado provincial, que serão o foco da dissertação, são as de número 18, 19, 20, 21, 22 e 23. A legislatura de número 23 começa em 1880 e termina em 1881. As 4 legislaturas de deputado geral, consideradas para a dissertação, são as de número 14, 15, 16 e 17. A de número 14 começa em 1869 e termina em 1872, e a de número 17 começa em 1879 e termina em 1881.

A Tabela I mostra como elite política do Ceará na década de 1870 e durante todo o período monárquico 160 e 595 pessoas, respectivamente<sup>36</sup>. Esses números da representatividade política são restritos desde a origem, já que a legislação eleitoral se encarregava disso por meio de seus rigorosos e discriminatórios artigos, que selecionavam os candidatos e os eleitores pela renda, entre outros fatores. Devemos considerar, ainda, a vitaliciedade do senado e o fato de o presidente de província ser nomeado, condições que incidem negativamente sobre a representação política, pois no senado poucos chegavam e na presidência da província, apesar de muitos ocuparem esse cargo, existia uma dependência exagerada da “direção do vento”, se em direção liberal ou em direção conservadora, o que marca seu caráter eminentemente político.

A situação da representatividade política, exposta na Tabela I, pode ficar mais grave, pois das 160 pessoas que pertenciam à elite política, na década de 1870, 16 dos 25 deputados gerais, os 4 senadores e 1 dos 12 presidentes de província foram antes deputados provinciais e ou gerais. Temos então um total de 139 pessoas que efetivamente fizeram parte da elite política cearense de 1870 a 1880.

---

<sup>36</sup> Id. *Ibidem.*, p. 145 e 173-182. Os parâmetros de referência para as discussões dos dados sobre a elite política cearense, na década de 1870 (número de membros da elite, relação mandato-deputado, índices de reeleição e recrutamento, nível de escolaridade, representação profissional e outros), são em parte os mesmos desenvolvidos por Paiva e por CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

São poucos representantes para uma população de muitos sujeitos, ou melhor, são muitos representantes para uma pequena parcela de uma população de muitos sujeitos. Devemos lembrar que mulheres não votavam e nem podiam ser votadas, assim como os que não tinham um mínimo de renda comprovada. A alfabetização era um outro motivo de restrição política; apesar de exigida por lei, era um fato sem muitos questionamentos no processo eleitoral para deputados, senadores e presidentes, pois praticamente todos esses sujeitos tinham nível superior, mas no caso da qualificação como votante ou eleitor a alfabetização era freqüentemente motivo de controvérsias.

O caráter restrito da representação política pode ser avaliado ainda pela relação feita entre o número de mandatos e aqueles que se enquadravam como elite política, nos anos de 1870. Fazendo essa relação, apenas com deputados provinciais e gerais, temos a proporção de 224 mandatos para um total de 144 membros de câmaras temporárias (1,55 mandatos por deputado). Esse número poderia ser maior se descontássemos aqueles deputados gerais que foram antes deputados provinciais (1,75 mandatos por deputado). Para todo o período, a proporção é ainda maior a favor da limitada representação política porque temos 2,08 mandatos para cada deputado.

A relação mandato-deputado mostra uma tendência geral de persistência dos deputados da assembléia provincial por mais de um mandato. Essa tendência pode ser confirmada se observarmos os dados de reeleição da Tabela I, onde aproximadamente 50% desses deputados conseguem se reeleger (os dados são semelhantes para todo o período). Já para deputados gerais o índice de reeleição é de

aproximadamente 25% (para todo o período é de 50% aproximadamente). Se para deputado provincial há tendência à reeleição, para deputado geral não. Isso pode nos sugerir que, ao final do século XIX, em meio às mudanças já discutidas, os eleitores preferiam confirmar boa parte dos deputados provinciais a cada nova eleição como uma forma de preservar o acesso aos seus interlocutores com o poder em bases mais palpáveis, mais próximas. Era melhor reeleger um deputado provincial, como uma forma de garantir segurança frente a possíveis intempéries: falta de recursos alimentares e financeiros, violência, seca, etc. Para os deputados gerais, como também para os senadores, era reservada a primazia da discussão em nível nacional<sup>37</sup>. Parece que a incumbência dos deputados gerais estava em um certo patamar de distância, onde era mais facilitada a eleição de novos membros. É como se um certo vínculo de proximidade e dependência não se completasse a contento para os eleitores, ficando eles, por isso, mais indecisos na sua escolha, embora as pressões fossem muito fortes na hora de votar. Devemos destacar ainda os debates anteriores ao processo eleitoral e durante ele, dado o pouco número de vagas e certamente o grande número de disputas e conchavos. Deputados provinciais e senadores, gozavam de situação e importância semelhantes, como foi dito anteriormente, mas os últimos, por conta da vitaliciedade de seus

---

<sup>37</sup> Essa questão, de que níveis de interesses representam os deputados gerais e os senadores, pode ser observada de um ponto de vista legal, pois esses membros do legislativo têm uma função definida constitucionalmente, que é a representação das províncias na Assembléia Geral do Império, e também notada por um ângulo do reconhecimento da competência de direito, já que nos jornais pesquisados (Cearense e A Constituição) todos os assuntos de relevância nacional, como a Lei do Ventre Livre (1871), por exemplo, apesar de interessarem também aos parlamentares provinciais, são quase que exclusivamente discutidos em nível nacional, quando observamos a transcrição dos debates da Assembléia Geral do Império e praticamente nenhuma referência à Assembléia Provincial.

mandatos, dificultavam a análise de uma opção pela mudança ou continuidade da representação.

Os índices de eleitos pela primeira vez, ou, como diria Maria Paiva, de recrutamento, revela algo interessante ao mostrar uma significativa inclusão e saída de novos sujeitos na elite política cearense, não só no período da pesquisa mas em todo o Período Imperial. Nos anos de 1870, o índice de recrutamento para deputado provincial é de pouco mais de 50% e para deputado geral aproximadamente 75%. Entre 1822 e 1889 o índice de eleitos pela primeira vez é de aproximadamente 50% para ambas as situações, deputados provinciais ou gerais. Essa movimentação para dentro e para fora da elite política, a cada nova legislatura, mostra-nos, em certo sentido, renovação da elite política e atritos dentro dos grupos dominantes, e ainda está aquém de representar as demandas da população como um todo, já que isso acontece entre poucas opções de candidatos e com a limitação dos eleitores. Contudo, ao acontecer a incorporação de novos sujeitos à elite política, de forma equilibrada, o sistema político como um todo garantiu a sua própria sobrevivência, pois permitiu que novas demandas sociais fossem representadas e assimiladas lentamente, que suas características restritivas permanecessem, e que o perigo de uma mudança radical fosse afastado. Os “novos sujeitos” ao se relacionarem com os “velhos sujeitos” não eram tão distantes e nem tão opostos assim. Maria

Paiva afirma o seguinte:

Como a circulação da elite se operou de forma permanente e equilibrada, a classe política e sua elite não se desbarataram por ocasião da mudança do regime monárquico para a

República. A História do Brasil confirma a teoria da circulação das elites, quando se vê vultos ilustres do Império continuaram a brilhar na República.<sup>38</sup>

A continuidade dos interesses da elite política provincial e nacional (unidade nacional, posse ilimitada da terra e manutenção de privilégios) ao longo de todo o Período Imperial foi fruto de um recrutamento bem sucedido dos novos membros que iam ocupar esse posto. Não dizemos aqui que os caminhos percorridos pela elite para conseguir isso foram os mesmos, como também os discursos que os ilustravam; eles mudam entre 1822 e 1889, e principalmente, a partir da década de 1870. Mas além da forma de recrutamento privilegiada, que reforça os limites da representatividade política, econômica e social da elite política, podemos destacar outros fatores discriminatórios como as influências familiares, a instrução superior, o tipo de ocupação profissional, a naturalidade e o restrito círculo de

---

<sup>38</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 202-203. Paiva afirma ainda que a ação do governo central contribuía para o recrutamento e a circulação das elites, por meio da ação dos presidentes de Província, juizes e polícia na ocasião das eleições e do expediente de dissolução da Câmara dos Deputados e que a circulação das elites se deu de três formas: a circulação produzida entre seus próprios membros, a circulação efetuada entre a elite e outros membros da classe política e a circulação operada entre a elite e os membros estranhos à classe política. Essas conclusões de Paiva divergem em alguns pontos das de CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 177-183. Para ele, na República os vultos do Império foram reduzidos, a argumentação reside no número de ministros do Império que participaram da República, apenas três, e a circularidade não era só política, de deputado provincial a senador, mas principalmente administrativa, de presidente de Província a membro do Conselho de Ministros. Portanto, ainda segundo Carvalho, a elite política se preservou no poder ao longo do Período Imperial e conseguiu manter a ordem com o advento da República, não só às custas da incorporação de novos sujeitos aos seus quadros, mas fundamentalmente por intermédio da unificação ideológica que ela promoveu fortemente por meiodo Estado, sendo subsidiada pelo treino administrativo, pela educação superior (direito) e pelo exercício profissional (magistratura).

decisões do poder, que apesar de não estarem expressamente garantidos na Constituição, eram valorizados.<sup>39</sup>

Até agora discutimos os vários aspectos da pouca representatividade da elite política provincial, mas quem mesmo é definido neste trabalho como elite? Na Tabela I, isso vai ficar agora evidente, se ainda não ficou. É definido como elite política provincial nesta dissertação os deputados provinciais, os deputados gerais, os senadores e os presidentes de província, e todas as argumentações serão desenvolvidas no sentido de mostrar não só esses sujeitos que mandam mas como eles mandam, pois, segundo Carvalho,

(...) Parece-nos razoável supor que as decisões de política

(...)

eram tomadas realmente pelas pessoas que ocupavam os

cargos do

executivo e do legislativo (...)<sup>40</sup>

Em relação a esses sujeitos que vão ser considerados como a elite política do Ceará provincial, devemos fazer algumas

---

<sup>39</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. José Murilo de Carvalho desenvolve em seu livro, no capítulo três (Unificação da elite: ilha de letrados), quatro (Unificação da elite: o domínio dos magistrados) e cinco (Unificação da elite: a caminho do clube) a argumentação que envolve esses aspectos de recrutamento da elite, mas com o intuito de mostrar sua tese central, a unificação ideológica da elite política e seus desdobramentos para o Estado e para a sociedade. PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit. Paiva aborda em seu estudo essas argumentações no capítulo quatro (A elite política do Ceará Provincial), mais especificamente no item 4.2 (Discussão), sem usar da mesma forma e com as mesmas intenções de Carvalho. Ela releva esses três aspectos para justificar a identificação e organização da elite política.

<sup>40</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 41. Embora as argumentações de Carvalho sejam feitas em relação à elite política imperial (Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados gerais), elas se aplicam em muitos casos à elite política provincial. Carvalho mostra ainda que a influência sobre o poder político, mas não tanto, podia vir de sociedades políticas, literárias, científicas, comerciais, industriais e religiosas, de instituições como o Exército, a Marinha e a Igreja. e ainda da imprensa; essa é uma influência à parte sobre o poder político.

considerações sobre os trabalhos de Maria Paiva e José Carvalho, já citados até agora. Maria Paiva considera como elite política do Ceará provincial apenas os deputados provinciais, os deputados gerais e os senadores, deixando de fora os presidentes de províncias. Essa opção se justifica, muito provavelmente, pelas condições que circundavam o representante do executivo provincial: ele era nomeado normalmente por pouco tempo e em quase todas as vezes o presidente era de fora da Província do Ceará, daí deixando a desejar um envolvimento mais comprometido e duradouro com os outros representantes da elite política local e com a política na província. Outro fator que deve ser considerado é a escassez de informações mais detalhadas sobre os sujeitos que ocupavam tão difícil função. José Carvalho, por sua vez, ao abordar a elite política imperial, cita como membros o Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados gerais e os presidentes de província, deixando de fora os deputados provinciais, devido a sua representação política mais restrita à província. Sobre os presidentes provinciais, Carvalho discorda de  
Maria Paiva ao afirmar que

(...) Quanto aos presidentes, estão em boa parte incluídos na elite nacional como a definimos, pois a presidência era um passo na carreira do político. Os presidentes que não conseguiram chegar ao Congresso ou ao Ministério simplesmente não atingiram a política nacional e caberiam melhor num estudo de elites locais (...)<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Id. Ibidem., p. 46.

Embora Carvalho não chegue a abordar nenhum dado mais detalhado sobre os presidentes de província, apenas aqueles que dizem respeito à elite nacional como um todo, se considerado para todo o império, podemos afirmar que esses membros da elite política – de projeção provincial ou nacional, não importa para o fato em questão –, uma vez em uma província, estavam dispostos a desempenhar um papel, por um lado de prepostos do governo central, representando seus fiéis interesses, e por outro de fomentadores e reguladores das disputas políticas locais, dadas as suas extensas e diversificadas funções, como comandante máximo do executivo provincial. Das funções dos presidentes de província podemos destacar como principal a dependência da vitória do governo nas eleições. Outras funções e o detalhamento maior de sua importância serão abordados no segundo capítulo.

O privilégio dado à elite política nesta dissertação é respaldado pela influência que esse grupo da elite tem sobre certas opções políticas, que vão ter repercussão para a própria política, economia, sociedade e para a cultura, que servem de base e estruturam os discursos de sujeitos (individual ou coletivamente), que detêm, de alguma forma, um tipo de poder dentro da sociedade, além de orientarem, de um modo geral, os sentimentos e expectativas de uma nação. Essa elite, como “depositária legítima”<sup>42</sup> da confiança e

---

<sup>42</sup> Essa legitimidade pode ser questionada, como já foi discutido anteriormente, em relação aos elementos discriminatórios, institucionais ou sociais, que faziam parte do processo eleitoral no século XIX, mas tanto lá como agora podemos levantar uma questão: delegar poder a um político não é perder poder ou se afastar demasiadamente dele? Independentemente da resposta ou da validade do questionamento, o que devemos reforçar são os meios institucionais e até sociais de se cobrar uma legítima representação, sem uma extrema burocratização das ações.

representação da sociedade, do povo, dos cidadãos, está sempre envolvida com a decisão sobre muitos destinos.

A importância dada à elite política pode ser confirmada também porque ela não age só no efetivo exercício do poder, sempre fica em contato com outros segmentos da elite e da sociedade, sendo a portavoz de muitos interesses para si, para um segmento ou para todos, que não só os políticos. Por isso, o controle político exercido por essa elite, apenas uma de suas atribuições mas a principal, sem dúvida, deve ser considerado como o ponto de partida da análise dos seus interesses e influência sobre as decisões que afetam o poder e conseqüentemente toda a sociedade. Contudo, apostamos que

(...) o fato de ser contra o monopólio de decisões por grupos minoritários, e creio que todos o somos, não deve obscurecer o outro fato de que existem grupos minoritários que realmente tem influência decisiva em certos acontecimentos (...)<sup>43</sup>

A elite política brasileira reproduziu ao longo de sua formação histórica e a partir de algumas demandas específicas as principais características de sua genitora, a elite política portuguesa, merecendo destaque o peso da burocracia central no exercício do poder e a unidade ideológica construída entre a elite.<sup>44</sup> A elite política nacional

---

<sup>43</sup> Id. Ibidem., p. 20-21. Nesse contexto de definição da elite política, Carvalho argumenta ainda que aqueles que pertencem a esse grupo não devem ser entendidos como seres supremos, em que tudo, inclusive a História, não ocorre sem a sua atuação, mas apenas como um grupo especial de elite. Ele afirma também que “em nenhum momento se dirá que esses elementos por si só pode dar conta da explicação de fenômenos complexos”.

<sup>44</sup> Id. Ibidem., p. 25, 26 e 35. José Murilo de Carvalho afirma que existiu uma importância decisiva e imperiosa da política colonial portuguesa sobre a formação de nossa elite. No Estado português

optou, então, pela continuidade da situação pré-independência, quando quis gerir de forma autônoma os destinos da nova nação em formação, ao se manter coesa, limitar a mobilidade social e ao fazer do Estado um meio de ascensão. Portanto, diz Carvalho, que o estudo da elite é fundamental porque,

(...) Parte-se da idéia de que a decisão de fazer a independência com monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, etc., foram opções políticas entre outras na época (...) Sendo decisões políticas, escolhas entre alternativas, elas sugerem que se busque possível explicação no estudo daqueles que as tomaram, isto é, na elite política.<sup>45</sup>

Mesmo o peso da burocracia central sendo muito relevante, para que se possa entender a formação e atuação da elite política nacional junto ao governo e a sociedade, já que a burocracia praticamente se

---

podemos destacar duas características que agiram diretamente, como influências predominantes, sobre a formação da nossa elite política: a importância da burocracia central, onde os seus elementos de maior importância se confundiram “em parte ou totalmente com a elite política dominando os postos ministeriais e fazendo-se representar nos parlamentos” e a unificação ideológica desenvolvida pelo Estado, entre essa elite, a partir da educação superior, da ocupação e da carreira política. Contudo, a despeito dessas influências, na colônia portuguesa aqui na América existem outros problemas: o processo curto de formação do Estado e os seus limites, a interferência estrangeira, a circulação de várias tendências políticas, o poder dos latifundiários, a extensão territorial e a pouca quantidade de gente. O Estado português ao abortar sua revolução burguesa e ao assumir certas escolhas transmitiu isso para o Brasil.

<sup>45</sup> Id. Ibidem., p. 20. Carvalho ao fazer essa afirmação ele leva em conta todo o Período Imperial e pretende analisar as diferenças existentes entre a colonização portuguesa e a espanhola na América, assim como as nações que se formaram nessas áreas. Essa é a questão central do seu livro, que ele responde a partir da importância da elite política aqui no Brasil. Portanto, analisar as questões que levaram à independência brasileira e as características do Estado recém-formado, como a opção por um governo civil e a centralização das rendas, é de certa forma secundário para os propósitos desta dissertação, mas contribuem para ressaltar a validade de se estudar a elite política e suas relações de poder na década de 1870.

identificou com a elite política, deve-se entender que o fator de maior destaque deixado pelo Estado português e por sua elite política, a característica mais marcante herdada da política portuguesa e plenamente desenvolvida no Brasil, com vida muito duradoura, foi a unidade ideológica da elite política nacional, na qual o Estado tem participação decisiva. Esse fator, mais que qualquer outro, foi o responsável pela manutenção da unidade territorial e pelos limitados atritos dentro e fora da elite, no contexto pós-independência. A elite política brasileira resolvia suas questões internas muito rapidamente; as externas, ela se unia para enfrentar o inimigo comum.

A unidade ideológica, propiciada pela educação superior (direito), pela ocupação (burocracia/magistratura) e pela carreira política, afinou interesses, possibilitou o estabelecimento de limites máximos para as discordâncias e assimilou dentro do Estado, praticamente, os interesses divergentes, que apesar da homogeneidade ideológica<sup>46</sup>, sempre existiram. Essa ideologia compartilhada de maneira uniforme reforçou a identificação entre burocracia e elite política e foi de vital importância para que a elite dominasse e se fizesse legítima perante a sociedade imperial.

A uniformidade ideológica da nossa elite política manteve o Estado atuando de forma excludente e pouco representativa, dentro de um contexto social marcado pela discriminação. Esse espírito homogêneo presidiu as ações de governo e é fundamental para que possamos entender como a elite política se tornou tão legitimamente

---

<sup>46</sup> Id. Ibidem., p. 30. Carvalho defende que a homogeneidade ideológica propiciada pelo Estado, muito mais que a social, foi a grande aglutinadora de interesses entre a elite política no Império, já que em certas e importantes situações que afetaram os grupos dominantes, como a Lei do Ventre Livre, o que falou mais alto foi o ponto de vista ideológico e não o social.

reconhecida dentro da sociedade imperial marcada por tantos problemas. Não só legitimamente aceita pela sociedade como também pelos seus próprios membros, pois ao colocar pré-requisitos como moral, honra e posses para os que quisessem participar do processo eleitoral, a crença em uma superioridade natural estava sendo considerada de forma relevante. Só os melhores deveriam ter a honra e a grandiosidade de representar os interesses de uma nação.

A forma de entender a elite política brasileira, na qual a cearense se insere, tem, neste trabalho, uma referência maior em José Murilo de Carvalho, no momento em que ele aborda a elite política para além de sua identificação ou natureza<sup>47</sup>. Ele aborda a elite para entender “o sentido de atuação e a natureza do governo” que decorre dessa atuação. Em sua obra é dada à elite política um peso distintivo, mas não exclusivo, sobre certas ações e opções durante a vigência do Império. Isso deve ser marcante, segundo Carvalho, para que a hegemonia do econômico seja questionada.

Apesar da obra de José Murilo de Carvalho ser decisiva para a feitura desta dissertação, pela abordagem diferenciada que ela faz da elite política, atrelando-a a um contexto de ações governamentais e de planejamento estratégico para a organização do Estado, da sociedade

---

<sup>47</sup> O trabalho de Maria Arair Pinto Paiva foi também de fundamental importância para essa dissertação, haja vista o esforço monumental que ela empreendeu para identificar e detalhar, legislatura a legislatura, a elite política cearense no Império, com dados sobre escolaridade, profissão, naturalidade, idade etc. Mas o propósito dela é voltado para a área do Direito, e mesmo ressaltando aspectos históricos interessantes, ela insere a elite política, principalmente, dentro de um contexto da legislação imperial. Deve ser ressaltado, ainda, que ela aborda o caráter pouco representativo da elite política cearense e não só nesse, mas como em outros aspectos, ela se aproxima do trabalho de José Murilo de Carvalho, como por exemplo, quando ela aborda a idéia de que durante o Império, aqui no Ceará, existiam os donos dos lugares (Cap. 4 – A elite política do Ceará Provincial), aqueles sujeitos que se distinguiam dentro da própria elite política ao se eleger várias vezes; Carvalho aborda a idéia de que a elite política imperial tinha um clube, onde poucos chegavam e só depois de uma longa combinação de experiência político-administrativa e patronato (Cap. 5 – A unificação da elite: a caminho do clube).

e do próprio governo, não é um objetivo central desta dissertação fazer um extenso e aprofundado levantamento, e uma igual comparação, da vasta produção historiográfica sobre a elite política/burocracia. Contudo, alguns autores merecem destaque nessas temáticas como Nestor Duarte, Raymundo Faoro, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gilberto Freyre.<sup>48</sup>

As formulações de Carvalho, que aproximam a elite política da burocracia e que segundo ele causam muitos problemas de definição entre um e outro, vão de encontro principalmente à idéia de Faoro e de Duarte, que são semelhantes às de Queiroz. Com Faoro, o debate gira em torno da idéia principal de que a burocracia representaria um estamento que governaria o destino do país, quase que a despeito do restante da sociedade. Carvalho refuta a hipótese de Faoro a partir de cinco argumentos principais, que questionam a definição de estamento burocrático e o sentido de sua ação<sup>49</sup>: 1) burocracia e elite política identificam-se profundamente, por isso estaríamos falando praticamente dos mesmos sujeitos; 2) o que dava unidade a esse estamento burocrático não era o status do nascimento e sim o treinamento ideológico uniforme. Portanto, pessoas de fora dos grupos dominantes, de fora da burocracia, poderiam chegar ao estamento burocrático; 3) o estamento burocrático não conseguiria legitimidade em suas ações alheio ao restante da sociedade, nem mesmo a força propiciaria isso; é preciso um consentimento social, um controle sobre

---

<sup>48</sup> DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939; FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira". Anhembi, vol. XXIV-XXV, 1956-57; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*.- 34<sup>a</sup> ed.- Rio de Janeiro: Record, 1998; \_\_\_\_\_ *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

<sup>49</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., Cap. 6 – A Burocracia, vocação de todos.

uma característica marcante da sociedade; 4) a burocracia imperial era diversa, compreendendo distintos patamares de cargos e salários e era representada igualmente em todos os níveis administrativos, não existindo assim um sentimento de corporação, e 5) a elite política/burocracia vivia uma ambigüidade básica<sup>50</sup> ao incorporar certos sujeitos, dinâmicos e qualificados, que vinham da própria classe dominante, mas dos setores decadentes como o do açúcar e do algodão-pecuária, que muitas vezes defendiam o Estado, o patrão, contra o seu grupo de origem. Seria possível acrescentar uma outra argumentação, em relação a Faoro, que Carvalho aborda muito discretamente, mas que tem a ver com a ambigüidade básica da elite: é a interferência das influências regionais sobre as atitudes desse estamento burocrático. A província do Ceará, por exemplo, na década de 1870, passa por transformações e tem certas necessidades que balizam o discurso de sua elite política, sendo um bom exemplo disso os debates em torno da Lei do Ventre Livre e da seca de 1877-79.

José Murilo de Carvalho, ao criticar a argumentação de Duarte, que valoriza a elite política como representante dos grandes proprietários e executora, no Estado, de seus projetos, mostra que cerca de 45% dos ministros, entre 1822 e 1889, descendem desse grupo. Isso não é uma maioria incontestável, existiam outros interesses na elite política. Sem falar da ambigüidade da elite, pois nem todos que descendiam dos proprietários defendiam sempre seus interesses. Manter o Estado protegido e coeso era o fundamental para sua elite política, principalmente para os funcionários públicos, mesmo que isso interferisse em assuntos que afetassem os proprietários.

---

<sup>50</sup> Id. Ibidem., p. 131.

Em relação a Gilberto Freyre, Carvalho não estabelece nenhum diálogo em particular no seu livro, mas é possível que tenha acontecido, já que ambos comentam a importância das elites para a constituição do Brasil. Freyre mostra de forma extensiva e caracterizada a influência portuguesa sobre a organização econômico-social do Brasil colonial e seus desdobramentos no Império e na República, privilegiando o espaço açucareiro. Embora Freyre valorize, principalmente, em sua vastíssima produção intelectual, o tema da miscigenação racial, fato que Carvalho não aborda, ele mostra também, de forma primorosa, a construção de uma sociedade marcada pela discriminação, em que a superioridade do português se impôs “naturalmente”, de forma quase harmônica e patriarcal/paternal, ao africano e ao índio, questão que os descendentes dos portugueses souberam dar continuidade. Uma elite proprietária e apaixonada pela terra e consciente de seus deveres patrióticos e administrativos, que ele sempre mostrou como muito educada, com tempo para as discussões políticas e detentora de uma honra superior, enfim, a criadora de uma *Civilização dos Trópicos*. Carvalho aproxima-se de algumas dessas argumentações quando mostra a pouca representatividade da elite a partir do aspecto educacional e a importância que os políticos do Norte, principalmente da Bahia e de Pernambuco (o *habitat* de Freyre), tiveram na organização do Estado pós-independência e na aprovação da Lei do Ventre Livre. A circunstância foi diferente nesses momentos, mas a importância foi a mesma. Não que essas ações fossem revestidas só de interesses cívicos ou que as “qualidades superiores” da elite do norte determinassem, mas sua experiência política e administrativa, fruto de

uma situação de privilegio no período colonial e em parte do Império, sempre os habilitou para as grandes discussões e deu de fato destaque para esses sujeitos. Carvalho mostra que durante o Império a maior parte dos ministros vinha do Rio de Janeiro, da Bahia ou de Pernambuco. O ponto de divergência entre os dois autores gira em função desse predomínio absoluto dos grandes proprietários na cena política nacional, não só no aspecto social como no político.

A discussão feita sobre a elite política, seja em sua abordagem nacional ou provincial, serviu para mostrar a importância desse grupo especial da elite, além de defini-lo, dentro do contexto sócio-político, onde as decisões que afetavam o poder eram construídas.

Estudar a História, destacando o papel da elite política, não é supervalorizar a ação de grupos minoritários transformando-os em heróis, mas é valorizar principalmente as ações políticas que construíram o império da ordem no Brasil.

### 1.3 – A IMPRENSA DA POLÍTICA E DO PODER

Resta, desse modo, (...) apreender “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Ou melhor, faz-se necessário analisar os artigos (...) à medida que essas análises possibilitaram compreender um pouco da essência dos debates marcados pela máxima de que, nas lutas pela imprensa, em nome dos partidos liberal e/ou conservador, “a verdade não vale mais que a mentira”.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> FERNANDES, Ana Carla S. *A Imprensa em Pauta: entre as contendas e as paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 59.

O processo de mudança desencadeado pelo comércio algodoeiro na década de 1870 e reforçado ao final dessa década com as demandas da seca de 1877-1879 modificou a urbanidade da cidade de Fortaleza e a elite política local, ao aprofundar as relações capitalistas de produção e inserir com mais veemência a província do Ceará na Divisão Internacional do Trabalho. Esse conjunto de mudanças e o contato mais estreito com os países europeus precisavam ser anunciados e, principalmente, controlados, por um meio eficiente de divulgação de idéias: a Imprensa. Os ideais de progresso, civilização, modernidade e liberdade, segundo a elite política provincial, precisavam ter uma justa e correta interpretação, para que a população pudesse aproveitá-los sem desvirtuamentos. Era preciso manter a ordem e a elite política cearense vai se esforçar nesse sentido.

A imprensa desse final de século XIX corrobora sua importância como veículo de comunicação, na medida em que representa o único “meio de divulgação em massa” dessas transformações, mesmo levando-se em consideração o preço de alguns jornais, que não eram tão baixos, e o elevado índice de analfabetismo da província<sup>52</sup>.

O jornal era o meio mais usado e acessível quando se queria falar e saber algo, e mesmo com os condicionantes do preço e do analfabetismo ele era mais “democrático”, se comparado a outras formas de promoção de idéias como revistas, livros e almanaques – mais restritos e mais caros. Isso sem falar ainda do potencial de tiragem, custo de produção, formas de distribuição e condução dos leitores, ou melhor, “(e)leitores”.

Os periódicos foram tratados nesta dissertação como fonte principal; no entanto, não foi nossa intenção fazer um estudo aprofundado sobre a origem dos jornais tratados, sobre os redatores, os tipógrafos, os donos, e nem mesmo um

---

<sup>52</sup> Id. *Ibidem.*, p. 39. Fernandes mostra um limite para essa informação devido ao fato de alguns jornais, como o Cearense, custarem mais que certos tipos de tecido. OLIVEIRA, Almir Leal de. O Universo Letrado de Fortaleza na Década de 1870. In SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 24. Segundo Oliveira, no Ceará, “em 1872, 88,46% da população era analfabeta (85,84% deduzindo a população menor que 5 anos de idade)”.

levantamento criterioso sobre a organização e difusão da imprensa na província do Ceará. Eles, os periódicos, estão sendo considerados como um dos meios mais importantes, senão o mais importante, para que possamos ver essa elite política atuando, pensando, gerando valores e traçando estratégias para se comportar diante do quadro de mudanças existente na década de 1870. Daí ser necessário abordar a importância da imprensa para a elite política do Ceará Provincial.

A valorização desse tipo de fonte se dá ainda pela associação quase que exclusiva entre imprensa e política durante todo o período Imperial. Essa associação é identificada não porque todos os jornais, de alguma forma, expressavam opiniões políticas, mas o que se ressalta aqui é a política partidária, que se misturava com a atividade jornalística estabelecendo uma relação umbilical. Por isso, os periódicos representam um meio muito profícuo para analisarmos a elite política cearense nos anos de 1870. Segundo Ana Carla S.

Fernandes:

O jornal demonstrava ser mecanismo de comunicação, de apresentação social, política e partidária, de defesa às críticas da oposição, de associação e de divergência. Quando ocorriam cisões entre partidos, tratava-se logo de criar outro periódico (...).<sup>53</sup>

O pode ser considerado, também, para reforçar a preferência pelos jornais como fonte principal para este trabalho, é a amplitude e a diversidade com que os periódicos abordam a arena política, não só discorrendo sobre os vários entraves entre liberais e conservadores, mas fazendo isso de maneira abrangente, mostrando as querelas na capital, no interior, nas outras províncias e na corte. Além de mostrar os embates políticos em diversos níveis de poder, o jornal era

---

<sup>53</sup> Id. Ibidem., p. 32.

usado para fundamentar esses embates, para transcrever pronunciamentos parlamentares e pareceres de comissões locais e nacionais e para publicar artigos editoriais, cartas de “(e)leitores” e matérias de correspondentes.

Essa questão da identificação entre imprensa e política partidária, ou melhor, da identificação entre formas eficientes de expressão do poder e elite política, merece destaque também em José Murilo de Carvalho, no seu trabalho sobre a elite política imperial. Carvalho diz que:

(...) O Império foi certamente o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não se constituía em poder independente do governo ou da organização partidária. Havia certamente algumas folhas livres (...) Mas eram poucos e com raras exceções não duravam muito. A grande maioria era vinculada mesmo a partidos ou mesmo a políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. (...) A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara. (...) A imprensa era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não pareciam constituir um grupo de elite à parte da elite política.<sup>54</sup>

O rico proprietário, o bacharel, o burocrata, o intelectual, o jornalista, enfim, o membro da elite política, podia com muita facilidade ser encontrado na mesma pessoa, reforçando mais ainda o caráter excludente da elite política cearense.

Para além das questões de ordem estritamente política, os jornais mostravam um lado “mundano”, com a atuação dos clubes, das sociedades, agremiações e associações, que agitavam o meio elitista da capital e do interior, com suas festas e banquetes e um lado econômico, anunciando os vapores recém-chegados e saídos e suas mercadorias, símbolos do refinamento, do progresso e da civilização, que estavam chegando pelos lados de cá, com cada

---

<sup>54</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 44.

vez mais freqüência. O comércio fervia de novidades: manteiga inglesa, charutos finos, vinhos superiores, queijos franceses, etc.<sup>55</sup>

Com a valorização dos jornais, exposta até agora, é preciso ressaltar que

Nas relações da História com a Imprensa destacamos dois grandes campos de estudo. O primeiro que chamamos de História da Imprensa, busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de Imprensa e levantar suas principais características para um determinado período. O segundo campo-objeto do presente artigo – é a História Através da Imprensa, englobando os trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica. (...)

Partimos da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita – mas antes o que chamamos História Através da Imprensa – está-se sempre esbarrando nela, pela necessidade de historicizar os jornais.<sup>56</sup>

A folha liberal, Cearense, começou a ser impressa em outubro de 1846 e teve seu último número publicado em 25/02/1891. Outros dois jornais liberais o antecederam, o Vinte e três de Julho (1840) e o A Fidelidade (1844), e serviram de base para ele. Foram Frederico Augusto Pamplona (Frederico Pamplona), Tristão de Alencar Araripe (Tristão Araripe) e Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (senador Pompeu), que redigiram e dirigiram o A Fidelidade, e fundaram o Cearense, com a participação dos redatores Miguel Ayres, João Brígido dos Santos (João Brígido), Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (Dr. José Pompeu), Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (Conselheiro Rodrigues Júnior) e João Eduardo Torres Câmara (João Câmara), que atuou como gerente até 1880”. Ele sempre foi impresso em Fortaleza, no início em tipografia contratada e depois em tipografia

---

<sup>55</sup> A relação dos produtos comercializados, durante a década de 1870, pode ser encontrada com muita facilidade em qualquer um dos jornais pesquisados, Cearense ou Constituição, na parte dos anúncios comerciais.

<sup>56</sup> ZICMAM, Renée Barata. História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. Revista Projeto História. São Paulo: Editora da PUC/SP, n.º 4, p. 89 e 90, junho/1985. In FERNANDES, Ana Carla Sabino. Op. Cit., p. 49 e 50. Essas considerações de Zicmam e o preciso destaque e desenvolvimento que Fernandes lhes atribuiu foram fundamentais para que nós pudéssemos desenvolver uma História Através da Imprensa, mesmo que de forma modesta.

própria. Seus exemplares começaram a sair uma vez ou mais por semana, dependendo da necessidade e dos imprevistos, e depois passaram a ser diários e eram vendidos avulsos ou por assinaturas na capital, no interior e no exterior, à medida que os anúncios aumentavam e os (e) leitores o respaldavam como um periódico que tinha “o desejo de estima e de boa opinião”.<sup>57</sup>

Mas nem tudo foi tão uniforme no “reino dos liberais”. Em 1877, por ocasião da morte do senador Pompeu, os liberais dividem-se em duas alas: a dos liberais pompeus e a dos liberais paulas<sup>58</sup>. Essa divisão influencia na administração do jornal, que em 1880 passa a ter como gerente Vicente Alves de Paula Pessoa (Dr. Paula Pessoa). Também por conta da divisão dos liberais surge um outro jornal chamado Gazeta do Norte (1880-1892), órgão dos liberais pompeus, fundado por João Câmara, com a participação de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho (Dr. Thomaz Pompeu Filho), filho do senador Pompeu, e outro importante político liberal, que atuou na direção do Cearense junto com o pai, de 1871 até 1880. Antes, quando acadêmico de Direito em Recife, ele era correspondente do jornal. Participaram ainda da fundação da Gazeta do Norte João Brígido, João Lopes, Julio César e mais alguns colaboradores.

Um fato comum e interessante marca praticamente todos os nomes envolvidos com os jornais liberais: os jornalistas foram também políticos, bacharéis, intelectuais e estavam ligados a famílias de ricos proprietários, quando

---

<sup>57</sup> FERNENDES, Ana Carla Sabino. Op. Ci., p. 36-39. As informações trabalhadas sobre o jornal Cearense podem ser encontradas, com muito bom trato, na obra de Fernandes, que por sua vez cita como referência, para aqueles que querem se aprofundar no estudo do jornalismo cearense, as obras de STUDART, Guilherme. *Os Jornaes do Ceará nos Primeiros 40 Anos 1824 -1864*. Tomo Especial da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo Especial, p. 48-118, 1924; e do mesmo autor: *Para a História do Jornalismo Cearense*. 1824-1924. Fortaleza: Typographia Moderna, 1924, p. 62 e 75; OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *A Imprensa no Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typographia Studart, Tomo 11, 12, 14, 21. Ano 1897, 1898, 1900, 1907, respectivamente; e do mesmo autor: *Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Ceará. 1824-1904*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typ. Guarany, Tomo 19, 1905; SOUZA, Eusébio de. *A Imprensa do Ceará dos Primeiros Dias aos Atuais*. Fortaleza: Gadelha, 1933; Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará. Fortaleza: Typ. Odorico Colas, 1870 e 1873/Almanaque do Ceará, 1899; ARAUJO, J. Oswaldo. *Imprensa do passado. 1868-1918, 1869-1819, 1870-1920, 1871-1921, 1873-1923, 1874-1924*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typ. Studart, Tomos 82, 83, 84, 85, 87 e 88; ano 1968, 1969, 1970, 1971, 1974 e 1983, respectivamente; GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson. (orgs). *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora UFC, 2000.

<sup>58</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 56.

não eram eles próprios donos de terras. Dentro dos termos qualificados nesta dissertação, eles faziam parte da elite política do Ceará Provincial e por meio dos jornais iriam comandar o processo de transformação e atacar os adversários políticos. Mais uma vez fica evidente, assim como foi abordado no item 1.2, um exemplo de como essa elite política possuía várias faces de atuação; independentemente da circunstância, seja por meio da concentração de poderes ou de virtudes, como pensavam, dificilmente perdiam de vista a unidade de sua atuação e mando, mesmo que ferrenhamente discutida entre eles, que precisava ser entendida, assimilada e mantida nesses momentos de mudança. Apesar das mudanças identificadas por Carvalho e Paiva<sup>59</sup> na elite política nacional e provincial, respectivamente, havia algo de constante na atuação dessas elites: a necessidade de preservação, a todo custo, dos seus espaços de poder.

O outro jornal analisado para esta dissertação foi o conservador *Constituição*, publicado de 1863 até 1889. O *Constituição* surgiu de um racha dos conservadores na província do Ceará, que acompanhou disputas dos conservadores em nível nacional, e colocou em lados opostos Domingos Nogueira Jaguaribe (Visconde de Jaguaribe) e Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapina), líderes dos conservadores graúdos, e os Fernandes Vieira, do Pedro II, que tinham à frente Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), líder dos conservadores miúdos<sup>60</sup>.

O *Constituição* teve importantes destaques em sua direção e redação como Justiniano de Serpa, Antonio Moreira de Souza, Gonçalo de Almeida Souto, Manoel Soares da Silva Bezerra, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Antônio Pinto de Mendonça, Praxedes Theodulo da Silva, Frederico Augusto Borges, Martinho Rodrigues e Padre Bellarmino de Souza<sup>61</sup>. Muitos desses se envolveram com as demandas da política e abraçaram a carreira.

Assim como o *Cearense*, o *Constituição* era vendido avulso e por assinatura, mas somente na capital e no interior. Foi impresso em tipografias que

---

<sup>59</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 177-184 e Id. *Ibidem.*, p. 202-204.

<sup>60</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 58.

<sup>61</sup> STUDART, Guilherme. Para a História do Jornalismo Cearense. 1824-1924. Op. Cit. p. 55. In FERNANDES, Ana Carla Sabino. Op. Cit., p. 85.

prestavam serviços do tipo até ser impresso em sua própria tipografia no ano de 1887.

Uma característica desse periódico que deve ser ressaltada é que durante boa parte da década de 1870, como tivemos o predomínio das administrações conservadoras na Província, ele publicava despachos oficiais, nomeações, demissões, transferências e outros assuntos da Presidência da Província, reforçando mais ainda a importância dos jornais para essa dissertação e o seu privilégio sobre outras fontes (relatórios de presidente de província e pronunciamentos parlamentares).

Os senhores do Constituição, tal qual os do Cearense, representaram a elite política do Ceará, na década de 1870, e reuniram para tanto todas as condições intelectuais, financeiras e morais exigidas por lei e enaltecidas por eles. Em 02/07/1871 o exemplar do Constituição saúda o novo presidente da província, o Exmo. Sr. João Calazans Rodrigues, Barão de Taquary (29/06/1871-09/01/1872)<sup>62</sup>, por ocasião de sua posse:

(...) Cercado de tão nobres títulos, S. Exc. possui ainda um, que não mencionamos, sem dúvida o mais importante: - é a gravidade natural com que honra todos esses.

Na idade de 66 anos, quando já tem desaparecido todos esses prejuízos e ilusões da mocidade, coberto de honras, cheio de ilustração e experiência que ha adquirido nos negocios publicos, espírito profundamente religioso, dotado de bons desejos; é de esperar que com tais predicados S. Exc. corresponda perfeitamente a expectativa dos cearenses, desenvolvendo um governo, digno de si e da província (...)<sup>63</sup>

Nota-se, nesses elogios feitos ao Sr. Barão de Taquary, o que se espera de um gestor público: experiência, ilustração, serenidade, honra, enfim, toda sorte de predicados dignos daqueles que exercem essa função com uma naturalidade

---

<sup>62</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 112. Ela cita nominalmente todos os presidentes de província do Ceará e o período de suas administrações.

<sup>63</sup> Jornal Constituição, 02/07/1871, Coluna Constituição.

típica dos que foram escolhidos para as grandes obras. É como se as qualidades adquiridas falassem por si, a sua existência não é um acaso.

A mesma edição do Constituição citada anteriormente traz o discurso de posse, possivelmente parte dele, do Sr. Barão de Taquary no paço da Assembléia Provincial, feito “com todas as formalidades”, onde vemos as qualidades atribuídas a sua pessoa ser confirmadas por ele mesmo. Calazans Rodrigues diz:

Que o programa de sua administração estava no juramento que ele acabara de prestar, o qual, longe de ser uma vã formalidade, havia de ser religiosamente observado.

Que se fosse á attender somente a seus próprios interesses, não teria acordado ao apello que o governo imperial tinha feito ainda uma vez ao seu petriotismo;

Que, ao contrario, acceitando-o, vinha convencido se poder, durante o seu governo, manter a fiel obsservancia da lei, promover a prosperidade da provincia, quanto em si coubesse, e respeitar e fazer respeitara religião do Estado e do Imperador;

Que, finalmente, nestes desejos e empenhos esperava encontrar da parte dos bons cearenses toda coadjuvação e apoio.<sup>64</sup>

No discurso de posse está descartada a prevaricação no trato com a coisa pública, reafirmada a idéia de missão a ser cumprida – patriotismo, confirmada a defesa da religião e também reforçada a necessidade do bom uso da lei. Para tudo isso acontecer era preciso o apoio dos “bons cearenses”, com certeza dos bons conservadores, já que nem todos comungavam plenamente com as mesmas idéias.

O que pode ser observado na imprensa liberal e conservadora do final do século XIX é a discussão de uma diversidade de temas (progresso, civilização, ética, verdade, ações governamentais, missão da imprensa, etc), que fomentam os debates políticos. Essa variedade é típica dos jornais e vemos ressaltadas as

---

<sup>64</sup> Jornal Constituição, 02/07/1871, Coluna Noticiario.

mais nobres características da imprensa, da política e do ser humano, como também as menores e mais baixas considerações sobre um assunto qualquer.

Os temas tratados giram basicamente em torno de dois grandes eixos: da ligação entre imprensa e política partidária, com as variações sobre as ações do governo e sobre as ofensas entre liberais e conservadores e em torno das considerações sobre a imprensa em si, ressaltando sua missão de promotora do progresso e da civilidade, e, claro, sobre o poder próprio dos que escrevem sobre idéias. Deve ser observado que esses dois eixos de abordagem da imprensa, com muita freqüência se misturam nas páginas do jornal, mas podem e devem ser considerados separadamente porque a imprensa não é só política e partido, ela trata de economia e de cultura.

O Constituição aborda da seguinte forma a imprensa:

Ha nas sociedades modernas um poder excentrico, illimitado e irresponsavel acima de todos os poderes, de toda a soberania, uma dictadura immensa sobre todas as dictaduras conhecidas. Quereis saber quem é. É a imprensa.

Mas qualquer, (...) pode, sem delegação alguma, constituir-se por si só director de todos os poderes sociais, e representante da nação, sabendo fazer frases gramaticais ainda sem logica, desde o momento em que tiver a velleidade de assenhoriar-se de uma imprensa (...).<sup>65</sup>

Percebe-se a responsabilidade elevada que o Constituição atribui à imprensa, que possui um poder tão forte que, se mal usado, pode transformar-se na pior das ditaduras; e mais, a imprensa dá a aqueles que se aventuram em sua seara, a prerrogativa de diretores de “todos os poderes sociais, e representante da nação”. Por trás dessa opinião sobre a imprensa está sua missão inerente de organizar a sociedade e encaminhá-la rumo ao progresso. Mas como ela não se faz a si mesma, é preciso sujeitos à altura de suas superiores qualidades, para que ela aconteça; a elite política tratou de privatizá-la e de se mostrar como a única capaz de organizá-la.

---

<sup>65</sup> Jornal Constituição, 24/08/1871, coluna Constituição. Essa é uma resposta do Constituição ao Jornal da Fortaleza (liberal, 1868-1870), pelos seus ataques impróprios; mesmo relacionando imprensa e política, podemos identificar a importância dada à imprensa em si.

A imprensa liberal, representada aqui pelo jornal Cearense, também emitiu opiniões sobre o papel a ser desempenhado pela imprensa, e em artigo publicado, do redator do jornal Tribuna do Povo, Julio Cezar da Fonseca Filho, há uma concordância com esse redator quando ele diz que:

(...) Apareci de pé e com a cabeça descoberta na Imprensa, no amphiteatro dos gladiadores da palavra escrita, (...) para defender unicamente a causa sagrada do povo, explicando o decalogo politico do seculo e pregando a causa do progresso e da civilização.

(...) A missão da Imprensa (...) é fertilizar o esteril: do toxico tirar – balsamo (...) do egoismo – abnegação(...) é ser laço de fraternidade e não pomo de discórdia (...).<sup>66</sup>

A imprensa novamente aparece imbuída de certas missões elevadas, que fazem parte de sua natureza “nobre”, assim como aqueles que se dedicam a sua atividade, ao optarem pela atividade de imprensa, revelam em si essas mesmas missões dignas de fomentar “a causa do progresso e da civilização”, a fraternidade e a defesa do povo. Embora isso seja ressaltado pelo Cearense, assim como pelo Constituição, nem sempre todas essas missões se confirmavam no “amphiteatro dos gladiadores da palavra escrita”, já que muitas vezes as discussões acabavam em disputas politicas<sup>67</sup>.

Esse foi, por exemplo, o caso do coronel Luiz Alves Pequeno Junior, importante potentado e liberal da região do Cariri, no sul do Ceará, que ao ter sua honra difamada pelo Constituição teve uma imediata defesa publicada pelo Cearense, onde vemos novamente os abusos e missões da imprensa sendo expostos, de modo a garantir a disputa justa e honesta entre liberais e

---

<sup>66</sup> Jornal Cearense, 28/05/1871, coluna Comunicado. A publicação desse artigo, do redator do Jornal Tribuna do Povo, Julio César da Fonseca Filho, se deu, talvez, por solidariedade a este, que ao se recusar a publicar um artigo do dono da tipografia em que imprimia seu jornal foi proibido de usá-la e com certeza por concordar com suas idéias sobre a imprensa.

<sup>67</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. Op. Cit., p. 105-106. Fernandes faz referência a essa comparação da atividade jornalística com os jogos de gladiadores das arenas romanas, onde os gladiadores eram os jornalistas e os espectadores eram os (e)leitores. Mas a esse lado combativo do jornalismo podemos acrescentar outro, o do pão e circo, pois a imprensa se prestava a muitos papéis.

conservadores e a valorização digna da liberdade de imprensa, “essa poderosa alavanca da moralização dos povos e difusão benéfica das luzes”.

Segundo o Cearense:

A licença incompreensível de nossa imprensa, a legião de testas de ferro e de lacaios, tem convertido os jornais em pelourinho da reputação.

Deplorável e contristador é o uso que se está fazendo n'este país do grande e importantíssimo direito da liberdade de imprensa, essa poderosa alavanca da moralização dos povos e difusão benéfica das luzes.

Não há homem honesto, político sincero e desinteressado, magistrado severo no cumprimento de seus difíceis e perigosos deveres, que escape ao vanifício das armas d'esses sicários, que, em vez do rosto apresentam a máscara, em vez da prova e da discussão calma, a calúnia torpe, e a injúria, e cobardia em vez de lealdade.

Por esse modo vive o homem público em um martírio constante: sempre a difamação, sempre a calúnia (...).<sup>68</sup>

A relação entre imprensa, política e partido é, sem dúvida, o que mais suscita as “paixões partidárias” e “virulência” dos discursos, algo tão combatido pelo Cearense e pela Constituição, mas que ambos são “obrigados” a fazer, como uma forma de defesa, mediante as infâmias propagadas por um e por outro.

O debate político-partidário é renhido e as farpas dessa discussão recaem sobre praticamente tudo; é como se nada devesse escapar ao campo político ou se misturasse, necessariamente, com ele. Lembrando que o jornalista, o intelectual, o proprietário de terras, o bacharel e o político se encontram, com muita frequência, na mesma pessoa, é mais fácil compreender essa abrangência interpretativa da área política, pois, afinal de contas, é dessa proximidade que a política partidária tem com o Estado e, fundamentalmente com o governo, que os favores são distribuídos. Antes de tudo, o que deve ser investigado por trás do debate político são as articulações que levam liberais e conservadores à defesa ou à conquista do governo, já que a conquista do Estado foi consolidada pela elite como um todo e pela elite política em particular.

---

<sup>68</sup> Jornal Cearense.,

Um fato interessante nesses debates político-partidários feitos por meio da imprensa é a necessidade constante que os jornais têm de saber quem é quem na arena da política. Muitas das matérias partem do princípio da qualificação política dos sujeitos e isso muitas vezes já diz tudo sobre ele; se um desvio é cometido é porque o infrator é liberal ou conservador. Raros são os casos onde um liberal age corretamente, para um conservador e vice-versa. A impressão que pode ser apreendida dos debates é que muitas vezes a liberdade de imprensa é substituída pelo comprometimento com a imprensa partidária. Apenas uma contradição de outras tantas.

O Cearense, como órgão liberal, é que mais se arvora na defesa dos bons princípios, ou, como muito bem identificou Fernandes, “no desejo de estima e de boa opinião”. Na defesa de seu principal combatente, o senador Pompeu, o Cearense expressa a seguinte opinião:

(...) Que os gladiadores ordinários, que não se estimam e nem sabem avaliar a estima alheia, insultem o caráter privado e apedrejem os homens como o Senador Pompeo nascidos do trabalho, é cousa que se compreende e se deplora; mas que um redactor de um órgão, que se diz folha de um partido, desça á injuria pessoal para poder elevar o seu idolo de hoje (...) é cousa que envergonha e não se perdoa (...)

Para defenderdes vosso idolo, apedrejaes o trabalho, ridicularisaes a inteligencia, e demolistes o caracter privado, que está isento de discussão, ate mesmo pelas nossas leis.  
(...).<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Jornal Cearense, 02/08/1871, coluna Cearense.

Em outras situações, o Cearense prefere defender os bons princípios dizendo que a imprensa sofre atentados não só com o uso da força, mas pelos “meios da sedução, tantas vezes empregados, quantas se pretende chegar aos fins sem o aparato da força”<sup>70</sup> ; isso leva à mentira e provoca a má informação, se não for bem usado. Evidencia-se ainda, em casos de violência, que a apuração do governo, quando conservador, só acontece “quando se tornou demasiado forte a pressão exercida pela opinião pública”.<sup>71</sup> Percebemos que existe uma diferença muito grande entre o ideal e o real, mas isso parece não importar aos liberais do Cearense, pois cometem o mesmo erro de “usar mal” o poder de sedução das palavras.

Para Ana Carla Sabino Fernandes, “os articulistas do Cearense projetavam, para a sociedade cearense, algumas reformas urbanas e sociais”<sup>72</sup>, típicas do final do século XIX e início do século XX, que foram fruto da europeização, vinda nos porões dos navios, disfarçadas de mercadorias. Essas reformas queriam não só modificar as ruas, alinhando-as e embelezando-as, mas também os comportamentos, difundindo a moda e as leituras científicas; era preciso que a elite política ficasse na linha de frente, servindo de filtro, para que somente as “boas idéias” passassem.

Para os conservadores graúdos do Constituição, a relação imprensa e política partidária era vista de uma forma, em que só nas idéias podia haver entrelaçamento, sendo isso espontâneo, não havendo nenhum tipo de interferência direta por parte da presidência da província nos destinos práticos do jornal, receitas e despesas. Para os graúdos,

(...) A Constituição ate hoje ha defendido com critério e  
lealdade as administrações amigas, quer no poder quer fora

---

<sup>70</sup> Jornal Cearense, 20/08/1871, coluna Cearense.

<sup>71</sup> Jornal Cearense, 09/08/1871, coluna Cearense.

<sup>72</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. Op. Cit., p. 44.

delle; e d'hai a unica vantagem que tem tirado é cumprir com um dever de honra, e de consciencia como jornal politico.

Os nossos escriptos são inspirados nos verdadeiros interesses do partido, e as nossas paginas francas a todos os amigo, de preferêcia os de mais merecimento.

Para a defesa ter merito é preciso que seja livre e franca. É por isso que escrevemos sinão por nossa conta e risco

Assim não é licito ao governo interferir na direção e economia do nosso jornal, que é soberano (...)

Somos governistas sem licensa de ninguem e sem condições.

As primeiras autoridades das províncias nao são, pois, responsáveis pela direção política do nosso jornal: 1<sup>o</sup> porque não devem; 2<sup>o</sup> porque não podem (...).<sup>73</sup>

Agora são os conservadores que não ajustam muito bem a diferença entre o real e o ideal, repudiando essa suposta interferência do governo nos rumos do jornal, "porque não devem e porque não podem".

As contradições de conservadores e liberais mostram quanto era complicada a disputa política, sendo mais melindrosa ainda sua análise na versão escrita, a imprensa. Contradições à parte, mesmo assim eles tinham que dar conta de um processo de transformação que estava em andamento. Como mostrar a verdade dos fatos, como dar as melhores interpretações, como manter o povo sob controle e como manter a aura de superioridade dos letrados? Eram esses os desafios para a elite política, que tinha na imprensa uma arma poderosa.

A imprensa era uma das versões impressas de como essa elite política podia se expressar; a área intelectual era muito mais ampla e envolvia literatura, publicações científicas, manifestos de agremiações, revistas e almanaques. Essa diversidade da expressão intelectual da elite política acompanhou o crescimento econômico da cidade de Fortaleza na década de 1870,

---

<sup>73</sup> Jornal Constituição, 21/07/1871, coluna Constituição.

De forma que o porto de Fortaleza tinha movimento nacional e internacional garantidos todos os dias 05, 11, 18, 20, 21, 25 e 30. (...).

(...). Pelos malotes do correio marítimo que eram desembarcados na Alfândega da cidade chegavam os livros de Taine, Spencer, Darwin, Buckle e outros.<sup>74</sup>

Nota-se que essa movimentação cultural facilitou o surgimento de várias associações intelectuais: a Fênix Estudantal (1870), a Academia Francesa (1873-1875) e a Escola Popular e o Gabinete Cearense de Leitura (1875). Para Oliveira:

É no início da década de 1870 que observamos, portanto, a introdução de novos elementos de leituras formadores e norteadores dos repertórios intelectuais da geração atuante na vida pública cearense a partir dos anos de 1880. (...).<sup>75</sup>

O destaque dessa década foi, indiscutivelmente, a Academia Francesa, que reuniu intelectuais como Thomás Pompeu Filho, Capistrano de Abreu, Tristão de Alencar Araripe Júnior, Domingos Olímpio, Xilderico de Faria e Raimundo da Rocha Lima, muitos dos quais jornalistas e ligados à política. Segundo Gleudson Passos Cardoso:

(...), a Academia Francesa foi (...) a primeira experiência de grêmio filosófico e literário da Mocidade Cearense. Entre 1873 e 1875, o grupo combateu veementemente os setores mais tradicionais da sociedade local como a Igreja Católica (...) Nas páginas do órgão maçônico Fraternidade, esses jovens pensadores defenderam apaixonadamente as legendas

---

<sup>74</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo Letrado de Fortaleza na Década de 1870. In SOUZA, Simone de NEVES, Frederico de Castro (orgs.). Op. Cit., p. 16-17. Oliveira cita ainda o nome dos navios com os itinerários e a tonelagem que chegava nos navios, assim como faz referência à circulação dos estudantes de curso superior que iam e vinham nesses navios, divulgando, possivelmente, as novidades das últimas leituras.

<sup>75</sup> Id. Ibidem., p. 25.

da sociedade industrial-civilizatória como progresso, tecnologia e ciência, (...).<sup>76</sup>

Nesse contexto, a produção intelectual se aproximava muito da arena política e da imprensa, pois:

(...) a disputa passava também pela crítica da produção intelectual, mesmo quando não de natureza política. Retrucava-se a produção literária e científica como forma de desgastar a imagem do intelectual, e também porque se entendia que era responsabilidade da imprensa cuidar da cultura, da civilidade e do saber.<sup>77</sup>

Cardoso reforça essa idéia e diz que:

(...), alguns poetas e romancistas desse período tiveram participação na imprensa local, a defender seus princípios filosóficos, científicos ou alguma causa ligada às famílias oligárquicas tradicionais. Desse modo, em duas frentes de jornalismo o político e o literário-científico, eles procuravam mobilizar o público leitor, deixando-o a par dos debates políticos e intelectuais que envolviam os centros urbanos brasileiros, (...).<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, Imprensa e Política (1873-1904), In SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs.). Op. Cit., p. 46-47. A Academia Francesa foi fruto da "Mocidade Cearense" "grupo que participou das campanhas em prol do racionalismo filosófico e do movimento abolicionista, entre as décadas de 1870 e 1880". Participou desse grupo o grande intelectual Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), sem, no entanto, participar da Academia Francesa.

<sup>77</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. Op. Cit. p. 88.

<sup>78</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. Op. Cit., p. 42.

Como foi visto, a imprensa política, a partir de seus jornalistas e características, definiu para si um campo de saber próprio, a partir do qual o poder encontrou um campo fértil de ação e a elite política atuou de forma estratégica.

## CAPÍTULO 2 – A ELITE POLÍTICA EM DISPUTA

### 2.1 – A POLÍTICA

As mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, apresentadas no capítulo anterior, indicam o início de uma certa reorganização estratégica na província do Ceará e em sua elite política, e encontram uma primeira acomodação de sentidos na política. Nesse contexto, a política é apresentada como um espaço privilegiado em que os processos de mudanças são assimilados e controlados.

A política deve ser abordada como o ponto de partida da ação da elite, já que é a partir dela que quase tudo ocorre e é possível. É a partir da relação multifacetada com a política que jornais encontram espaço de leitura e viabilidade econômica, que comerciantes podem garantir o aumento de seus lucros e destaque político, e que até a crítica literária/intelectual pode ser considerada, pois muitos dos membros da elite política eram também escritores, sendo comum a analogia entre má qualidade literária/intelectual e política.

Mas como controlar esse espaço de tamanho poder? Como se posicionar nessa arena de forma eficiente? A resposta a essas perguntas é: ganhando as eleições. Ganhar um pleito eleitoral significa livrar-se de perseguições variadas e controlar os meios legais e ilegais de ganhar as próximas eleições e continuar no poder. Ninguém quer ser oposição numa época em que, em nome da política, matar, roubar, humilhar e negar os benefícios da lei é quase regra.

A eleição é sem dúvida o ponto alto da política cearense na década de 1870, como em quase todas as outras décadas do Império e da República.

Contudo, a política tem mais duas dimensões que merecem uma atenção especial: a política em si, como ela é concebida pela elite política, e a política partidária, destacando a importância do partido político para o posicionamento das idéias da elite política e para a organização das administrações provinciais.

As três possibilidades evidenciadas de se abordar a política – ela em si, no partido e na eleição – identificadas nas fontes pesquisadas, serão abordadas nessa seqüência como uma tentativa de partir do geral para específico, e também como uma possibilidade de confrontar a teoria (a política em si e no partido) com a prática (a política na eleição). Devemos evidenciar, no entanto, que essas três dimensões da política não estão separadas; elas serão abordadas assim devido a uma opção metodológica.

A análise da política em si nos abre espaço para pensar nas grandes reflexões que a elite política fazia sobre essa atividade fundamental para a humanidade e para civilização. Aqui, a eloqüência era valorizada e expressar com importância uma idéia era fundamental para conquistar os corações e os votos e manter as relações sociais de dependência. Segundo Abelardo F. Montenegro:

A atração pela bela frase e a repulsão pela análise objetiva não seria uma atitude de autodefesa da elite política? A eloqüência, a torrente de palavras sonoras, é como uma canção de ninar. É o tratamento reservado às populações que devem permanecer na infância, sem atingir a idade adulta. E a menoridade é incompatível com a participação no Poder. Ou a verbosidade seria uma maneira de suprir a deficiência da elite política? (...). A ausência de técnicas e a impotência diante da natureza exuberante e dos problemas cruciais levaram os representantes da elite política a apelarem para a magia das palavras encantadas. Transformação que não alterava as relações de classe.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980, p. 55. Montenegro divide seu livro em duas partes: uma que aborda o

Essa torrente de palavras sonoras, como Montenegro definiu a eloqüência, própria da política, pode sim ter mostrado uma “atitude de autodefesa da elite política” ou mesmo uma “maneira de suprir sua deficiência”, mas mostrou também a primazia do elitismo na nossa política, pois poucos tinham acesso às informações que circulavam, à formação para falar bem e à publicação de suas argumentações. Além de a eloqüência ter revelado essa opção elitista dos que comandavam a política, ela revelava ainda uma opção estratégica para fazer com que a “magia das palavras encantadas” se destinasse a seduzir os poucos que participavam do processo político, que talvez nem sempre entendiam a importância do que estava sendo discutido, e os muitos que se conformavam em não participar dele.

A eloqüência era a regra básica, embora nem sempre cumprida, dos debates entre o jornal Cearense (liberal) e o Constituição (conservador), pois, segundo ambos, só os “papeluxos” e os “pasquins” é que descumpriam essa regra.

O jornal Cearense de 08/06/1871, usando da eloqüência, aborda o campo da política, definindo muitas de suas características e pergunta:

O que é em política que se pode chamar de verdade? Serão os privilégios absurdos de uma família ou classe? Será o domínio de um sobre a multidão? Será o acaso de ter nascido n'um palácio ou n'uma choupana dando leis a inteligência, o acaso que não pensa?

Em política a verdade chama-se justiça, liberdade, igualdade, soberania nacional, autonomia do cidadão, fraternidade.

Aquella privilegio de uma família, aquelle dominio de um sobre todos chama-se monarchia: a justiça, a liberdade, a igualdade, a soberania nacional chama-se democracia.

(...).

---

período Monárquico e a outra que aborda o período Republicano. A citação acima refere-se ao período Monárquico.

Salta aos olhos de todos os que querem ver q' o paiz vae passando por uma phase revolucionaria: é lenta , latente, surda esta revolução, porque é nas ideas que ella se opera.

Vae-se transformando pouco a pouco no paiz o modo de ver as cousas: ninguem acredita mais em direito divino, nem em santidade de monarchas..., a verdade vai penetrando no seio das massas como o raio do sol penetra no seio das florestas – por uma fresta.

Esperemos os fatos. Aguardemos o futuro que ahi vae vagaroso, mas seguro, e veremos então se não é certo que a mentira, o erro, o egoismo, e a paixão não podem gosar de um eterno dominio. E em politica, a mentira, o erro, o egoismo, a paixão chama-se poder pessoal, hereditariedade, imperialismo, monarchia.<sup>80</sup>

Em outro artigo, o mesmo jornal personaliza as boas características da política citadas acima, na figura do liberal João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, conselheiro do Império. Com a matéria “Honra ao Mérito”, o Cearense afirma que:

A' pesar da depravação moral que a politica do nosso governo tem inoculado no paiz, ainda não desapareceram de todos os sentimentos generosos de gratidão dos povos para com os homens de bem, que tem prestado verdadeiros serviços ao paiz.

O conselheiro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú é um dos caracteres mais nobres, e mais distinctos pela sua proverbial honestidade, intelligência e serviços, que tem em diversas commisões honrado a administração publica. N'uma epocha como a actual, em que as nullidades sobrenadam pela sua levesa sobre as feses da corrupção official, caracteres da tempera do illustrado allagoano não podem deixar de estar em proscipção.<sup>81</sup>

As argumentações tecidas pelo Cearense, em relação à política, mostram o quanto ela é importante para o exercício do poder, pois engloba os aspectos mais gerais que devem

---

<sup>80</sup> Jornal Cearense, 08/06/1871, coluna Interior.

<sup>81</sup> Jornal Cearense, 02/02/1872, coluna Cearense. Essa matéria foi reproduzida do jornal União Liberal de Maceió. Os elogios à figura do conselheiro Cansanção de Sinimbú, deve-se ao fato de ele ter sido contra os incentivos dados às empresas ferroviárias de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e do Rio Grande do Sul, em detrimento de outras províncias.

orientar o bom funcionamento, não só da política, mas da administração e de toda a sociedade. Sendo um campo de debates, onde as idéias devem dar suporte às mudanças, a política deve priorizar a verdade, a justiça, a liberdade, a igualdade, a cidadania, a soberania nacional, a democracia, a generosidade, a honestidade, a inteligência e a honra. Essas nobres bandeiras devem ser valorizadas em detrimento de outras como o privilégio pessoal, o egoísmo, a mentira, o erro, a paixão, a depravação e a corrupção. Notamos que o Cearense dá destaque aos aspectos morais, para que a política ocorra de forma correta, verdadeira.

Os aspectos morais, que o jornal Cearense atribuiu à política, são também compartilhados pelo jornal Constituição, embora que existissem divergências quanto aos culpados pelos erros na política, já que os conservadores do Constituição defendiam a monarquia, o poder pessoal, a hereditariedade e suas administrações, e não atribuíam a essas características o principio gerador dos erros da política.

Os valores morais dados à política aparecem também em um interessante artigo publicado no Constituição de 20/08/1871 e, apesar de ser considerados certos e indissolúveis, por liberais e conservadores, podem ter interpretação, conveniência e uso variados. De acordo com o jornal conservador, as disputas políticas que acontecem na Corte, quanto ao papel do imperador, conduzem o jornal a dizer que:

Observo que nesta questão quatro especies de oppositores se hão apresentados. Primeiramente estão os

que fallam em nome do terror; são os terroristas, que ameaçam com a devastação da guerra civil e com o sangue derramado pela insurreição; em segundo lugar temos os politicos, que apresentam-se em nome dos principios do partido conservador e querem a gloria exclusiva de os zelar; em terceiro lugar apparecem aquelles a quem chamarei retardados, os quaes tudo procuram demorar sob o pretexto de estudos e novos planos; em quarto lugar achamos os objectistas, isso é, aquelles que offerecem duvidas e difficuldades á execução da proposta do governo, se for convertida em lei (...).<sup>82</sup>

Não devemos compartilhar da idéia de que a política seja um campo tão exato e preciso, onde a verdade e a mentira podem ser facilmente apontadas. Liberais e conservadores, apesar de mostrarem alguns princípios morais básicos para o exercício da política, revelam em seus jornais de divulgação, que na política a diversidade de interpretação impera, assim como, a conveniência pessoal ou de grupo. Essas clivagens internas da elite política refletem-se na política e propiciam usos variados da moral política necessária para o bom desempenho no trato do poder público e da sociedade.<sup>83</sup>

Os quatro tipos de opositores apresentados pelo jornal conservador Constituição, embora se refiram às disputas políticas na Assembléia Geral do Império, dão uma dimensão do que ocorria na política nacional como um todo e, com certeza, os reflexos locais dessas disputas nacionais mostravam também disputas muito intensas pelo comando da política.

Na província do Ceará, isso se confirmava se levamos em consideração as divergências que existiam no meio liberal e no meio conservador<sup>84</sup>, que dividiram esses partidos em facções e fizeram com que elas se digladiassem, provocando disputas internas graves.

Abelardo F. Montenegro diz que o senador Pompeu:

---

<sup>82</sup> Jornal Constituição, 20/08/1871, coluna Assembleia Geral Legislativa. Essa citação é parte do discurso do Sr. Tristão de Alencar Araripe (deputado geral) proferido na sessão de 18/07/1871.

<sup>83</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 155.

<sup>84</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 56-57. Paiva comenta as divisões que afetaram liberais e conservadores no Ceará. Os liberais se dividem em duas facções em 1877, os liberais paulas e os liberais pompeus e os conservadores aguçaram odiosidades antigas que já tinham dividido o partido em duas alas principais: os conservadores graúdos e os conservadores miúdos.

Nos últimos anos de sua vida, (...) atribuía a desmoralização progressiva do país à dobrez e maleabilidade do caráter político, acoroçada e protegida pelo Governo em detrimento da causa pública e do fortalecimento dos partidos regulares. Deliberava não dar tréguas aos cataventos políticos, (...).<sup>85</sup>

O problema da “maleabilidade do caráter político”, como disse o senador Pompeu, apesar de ser extremamente combatido por liberais e conservadores, era constantemente tema das disputas travadas por meio da imprensa. A análise da estima pela ética, ou da falta dela, contudo, perdia-se com freqüência no meio da eloqüência política, porque toda acusação tinha uma réplica, seguida de uma tréplica e, dependendo do assunto, podia o debate seguir por muitos outros números de jornal, terminando por colocar as opiniões no patamar da verdade e da mentira, do certo e do errado, do bem e do mal, confundindo com freqüência o eleitor. Será que se explicar diante de uma acusação, juntando a isso uma certa confusão, era uma regra do debate político? Parece que sim.

No jornal Constituição dos dias 08, 12 e 14 de dezembro de 1871, três matérias relacionadas mostram um debate entre os conservadores graúdos (jornal Constituição) e os conservadores miúdos (jornal Pedro II), em época de eleição, acerca da ética na política e da tradição dos conservadores locais, em que o debate, pautado na troca de acusações, provoca uma confusão sobre quem pode ser considerado um conservador “legítimo” e honesto, a ponto de dar exemplo em matéria de política. O Constituição inicia o debate dizendo:

(...) é o mais competente para insultar-nos, resumindo em si as glórias de um partido, que forceja tenaz e caprichosamente por estrangular (...).

Politico de hontem, desconhecido das influencias locaes até agosto de 1868, quando S.S. appareceu na provincia como seo administrador (...).

Antes de 1868 o que era o Sr. barão de Aquiraz perante o partido conservador?

---

<sup>85</sup> MONTENEGRO, F. Abelardo. Op. Cit, p. 40-43.

Simples soldado, influencia local, porem secundaria no seio mesmo de sua família, onde não figurava de chefe.

(...).

Antes, sede franco, abaixo as mascaras (...). A política não é uma comedia, em que os charlatães entrão mascarados e ninguém lhes procura ver o original contrafeito.<sup>86</sup>

Depois o debate segue no exemplar do dia 12/12/1871, em que já houve uma resposta do Pedro II à matéria publicada no Constituição do dia 08/12/1871. O Constituição diz que:

O Sr. Barão de Aquiraz, consentindo na resposta, que deu ao Pedro II ultimo, mentiu a sua própria dignidade; porque trocou as armas brancas do cavalheiro, com que apanhamos o repto que nos offereceu, pelas do gladiador imprudente e mal criado.

(...).

O Sr. Aquiraz caluniou-nos e insultou-nos atrozmente quando em sua circular chamou o partido conservador, que representamos, de – progressistas, transfugas e políticos sem tradição (...).

(...).

Não é, offendendo tão de perto a reputação alheia, que alguém chega a elevar-se no conceito publico, que, exigente e perspicaz, não se satisfaz com explicações equivocadas da vida intima de um homem publico (...).<sup>87</sup>

E por fim, embora o debate continue em outros números do Constituição, já que é época de eleição, há a defesa do líder dos conservadores graúdos – o conselheiro Jaguaribe – em contraposição ao líder dos miúdos – o Barão de Aquiraz. O Constituição afirma:

(...) a vida de um homem honesto, de um verdadeiro patriota, de um politico sem mancha, como o illustre conselheiro, jamais pode ser deturpada perante o publico que o conhece.

(...).

Passando a responder alguns topicos da apreciação do órgão dissidente, sentimos a maior

---

<sup>86</sup> Jornal Constituição, 08/12/1871, coluna Constituição. Esse é um artigo de resposta ao Barão de Aquiraz (Gonçalo Baptista Vieira), líder dos conservadores miúdos, por ter apresentado no jornal Pedro II uma chapa que dizia representar os conservadores da província, nas eleições de 17/12/1871. Depois esse artigo segue mostrando a verdadeira chapa dos conservadores da província, apresentada pelo conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, líder dos conservadores graúdos.

<sup>87</sup> Jornal Constituição, 12/12/1871, coluna Constituição. O artigo continua comentando a trajetória política do Barão de Aquiraz.

repugnância em o fazer, por vermos na necessidade de, por momentos, aproximarmo-nos do leproso, que sempre desejaríamos evitar.<sup>88</sup>

Essa luta aberta pelos correligionários, que vai dar sustentação política aos partidos e às suas facções, requer dos eleitores uma atenção especial ao debate político, tantas vezes cobrada nos vários artigos que expunham as idéias liberais e conservadoras e as fragilidades internas dos partidos. Nas matérias citadas, as facções conservadoras deram informações opostas sobre um mesmo assunto, como, por exemplo, sobre quem deve representar legitimamente os conservadores da província. Então, no meio dessa eloqüência confusa da política está expressa toda a sua riqueza, força e importância, mesmo isso mostrando uma certa autodefesa ou fragilidade da elite política. Quem domina a arena de gladiadores (a política) influencia com mais eficiência o público (os eleitores).

Os debates sobre a política em si mostraram-se muito diversificados e extremamente ricos e contribuíram para a análise de algumas das idéias defendidas pela elite política na década de 1870. Igualmente rica é a defesa que essa elite fazia de seus partidos ou facções; por isso, para prosseguirmos em direção ao ponto alto da política – a eleição –, devemos explorar o universo das idéias políticas sobre os partidos liberal e conservador ou suas facções.

A característica mais básica para liberais e conservadores parece ser a necessidade de se definir, de dizer o que defendem, mas nem tanto quem são, já que os pseudônimos e as matérias anônimas permitem muitos ataques, o que mais pode ser observado nas várias matérias relacionadas na pesquisa. Há de fato uma vontade de definir com exatidão o que é “joio” e o que é “trigo”.

Por conta da discussão sobre a emancipação do elemento servil, que dominou boa parte da cena política do ano de 1871, o partido liberal e o conservador trataram de se posicionar no meio de tão espinhosa idéia. Para o jornal Cearense:

---

<sup>88</sup> Jornal Constituição, 14/12/1871, coluna Constituição. O artigo continua comentando a trajetória política do conselheiro Jaguaribe e ataca a do Barão de Aquiraz.

Os conservadores são incompreensíveis: não tem princípios, não defendem idéias políticas.

Seus princípios e suas ideias consistem na conversão do poder em si para fins inconfessáveis.

Na tribuna e na imprensa ministério palomita encarrega-se de executar o programa do partido liberal, acelerando as reformas por estes exigidas.

Para elles tanto lhes importa que os chamem conservadores, como liberaes com tanto que governem o paiz e façam os arranjos de família (...).<sup>89</sup>

Podemos deduzir que o partido liberal atribui para si a fidelidade aos princípios ideológicos que defende e o partido conservador o oportunismo. Oportunismo e fidelidade, essas não seriam características presentes com frequência nesses dois partidos, de acordo com a conveniência do fato? Há diferenças entre esses dois partidos, mas em muito eles se confundem.

A crítica que os liberais do Cearense fizeram ao fato de os conservadores se esforçarem para implementar seu projeto político é discutida por José Murilo de Carvalho. Carvalho diz que essa prática conservadora foi comum e funcionou nas “principais leis de reforma social” (abolição do tráfico de escravos, Lei do Ventre Livre, Lei de Abolição e Lei de Terra). Para Carvalho, “resultava daí uma fragilidade básica no sistema político imperial: os liberais não conseguiam implementar as medidas que sua ala reformista propunha; ao passo que os conservadores as implementavam, mas à custa da unidade partidária”. Os conservadores se uniam em torno do Estado e da magistratura, facilitando, assim, sua atuação conjunta; os liberais formavam um grupo mais diversificado composto de advogados, jornalistas e magistrados (ala reformista: Norte e Rio de Janeiro) e proprietários (ala não reformista: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul).<sup>90</sup>

O partido conservador não se exime da discussão sobre a emancipação do elemento servil e levanta algumas questões sobre a contribuição que o partido oferece ao assunto, visto que os conservadores governavam o país em 1871. Definir-se para justificar sua atuação, essa foi a opção do Constituinte ao reproduzir o pronunciamento parlamentar do desembargador Alencar Araripe, destacando que:

Ser conservador não é um condão mágico que escapa á apreciação de todos e que só os nobres deputados possuem; não é uma doutrina abstrata e confusa, que só poucos entendem. Ser conservador, no meu modo de pensar, no entender do bom critério, é manter os legítimos interesses do paiz, seguindo os justos e manifestos indícios da opinião a respeito de qual quer melhoramento social. Prudencia sem obstinação; movimento sem aceleração tal é o característico conservador.

Na presente questão, senhores, qual o verdadeiro e palpitante interesse do paiz?

É indubitavelmente a solução do problema emancipador operada no meio da calma e do acordo geral. Quem vem

---

<sup>89</sup> Jornal Cearense, 18/06/1871, coluna Publicações Solicitadas.

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 174-175. Para saber mais sobre as características dos liberais e dos conservadores, que contribuíram para isso, ler as páginas 173 e 176.

perturbar esse acordo, faz um desserviço ao paiz, e arrisca grandes e importantes interesses (...).<sup>91</sup>

No número seguinte do Constituição, que ainda reproduz o discurso do desembargador Alencar Araripe, o jornal corrobora com a responsabilidade dos conservadores no trato da questão da emancipação servil e mostra a ampliação da discussão, dando ênfase ao direito de propriedade, deixando evidente que:

Sei, e não posso deixar de reconhecer, que legítimos interesses fecundão-se na propriedade constituída sobre o escravo; mas pergunto: a proposta do governo destroe a propriedade, arranca-a a seu dono?

Não por certo. A proposta apresenta diversos meios, cujo emprego darão em resultado a emancipação dos escravos; mas essa emancipação não se opera, privando-se o dono do escravo do direito de haver o seu proporcional valor.

A lei decreta a indemnização do escravo que se liberta (...).<sup>92</sup>

O Constituição mostra, por último, que o partido conservador, ao defender a emancipação do elemento servil, foi cauteloso e procurou fundamentar-se em dados estatísticos sobre a agricultura, mostrando que desde a proibição do tráfico de escravos, em 1850, a agricultura brasileira produziu mais, ano após ano. Então, para finalizar as argumentações do desembargador Alencar Araripe e do partido conservador, em prol da emancipação do elemento servil, evidencia-se que desde a proibição do tráfico de escravos para cá:

(...) a agricultura do paiz prospera, e o paiz formou em si a convicção de que sem o braço escravo podemos ter lavoura, desenvolver a nossa riqueza, e chegar ao grau de adiantamento e civilização que nos compete como povo depositario das grandes tradições de nossos avoengos, e predestinado a sustentar e desenvolver o sentimento catholico na America do Sul.

O antigo erro de que no Brazil não podia haver lavoura sem o homem africano já desapareceu a luz dos factos e da experiencia. O Norte do Brazil dá-nos authenticos documentos.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> Jornal Constituição, 12/07/1871, coluna Assembléia Geral Legislativa. Esse é parte do pronunciamento do desembargador Alencar Araripe, feito em 11/05/1871.

<sup>92</sup> Jornal Constituição, 14/07/1871, coluna Assembléia Geral Legislativa. Esse é parte do pronunciamento do desembargador Alencar Araripe, feito em 11/05/1871.

<sup>93</sup> Jornal Constituição, 16/07/1871, coluna Assembléia Geral Legislativa. Esse é a parte final do pronunciamento do desembargador Alencar Araripe, feito em 11/05/1871.

Podemos seguir com a discussão das reformas sociais, em especial a que aborda a emancipação do elemento servil, com um artigo do Cearense que mostra o oportunismo do Constituição. Segundo o Cearense:

Nem uma reforma é necessária, diziam os estadistas conservadores galgando os degraus do poder em 1868.

Eram apenas logicos e sinceros n'esse programa, que exprime a cor de sua bandeira conservadora.

O anno passado se apaixonam inexperadamente pelas reformas que haviam condemnado, e inscrevem na sua bandeira boa parte dos principios liberaes.

A situação não havia mudado; mas o espírito que cria as situações tinha modificado as ideas de seus ministros.

A emancipação servil, e a organização judiciaria, alterando a lei de 3 de dezembro de 1841, foram as duas importantes reformas que o governo conservador fez votar na sessão ultima.

Ambas foram arrancadas a consciencia de homens, que pouco antes as condenavam como desgraça para o paiz.

(...).

Se na ordem da graça esses milagres hoje são raros, na ordem política se observam todos os dias.<sup>94</sup>

Os conservadores capricham na eloquência e expõem suas idéias partidárias, quando abordam a emancipação do elemento servil. Eles atuam de acordo com a realidade e o fazem pelo bem público, defendem a propriedade e a legalidade e são concretos e prudentes, além de se basearem na pesquisa estatística e na experiência para fundamentar suas propostas. E os liberais, são tão diferentes a ponto de não se coadunarem com boa parte dessas idéias? Insistimos que as diferenças existem, mas também há semelhanças no ideário dos partidos políticos, embora os liberais desconfiem disso, pois acusam os conservadores de só querer o poder e de agir baseados no oportunismo, comandando ou não o governo.

Às discussões sobre a emancipação do elemento servil, e aproveitando o ambiente de reformas, segue-se outra, que vai causar muitas divergências entre liberais e conservadores: é a reforma eleitoral, cogitada durante toda a década de

---

<sup>94</sup> Jornal Cearense, 24/03/1872, coluna Cearense.

1870, mas só concretizada no início da década de 1880, sob o comando de um governo liberal. O Cearense mostra sua opinião e diz:

A Constituição esta sempre a atirar-nos o repto para a discussão das altas questões politicas e administrativas a fim de que deixemos de uma vez o administrador actual desempedido no caminho, que se impoz seguir, no intuito de melhor satisfazer as paixões partidarias e cujo serviço se acha.

(...).

O paiz conhece o programa desse partido depois do golpe de estado de 1868, que o atirou ao ostracismo.

(...).

Em uma palavra o partido liberal quer a verdade do sistema representativo, e pretende-o por meio das reformas que propoz a fazer o seu programa.

(...).

Figura em primeiro plano a reforma eleitoral.

(...).

Eleição direta eis a aspiração geral.

(...).

Quaes as ideas da Constituição a respeito dessa questão.<sup>95</sup>

Percebemos que a provocação pelo debate é aberta, como de fato essa já deve ser uma resposta de confrontos anteriores, e novamente os liberais acusam os conservadores de não possuírem um projeto político-partidário, de serem apegados apenas às “paixões partidárias” e aos desmandos administrativos. O Cearense quer a reforma eleitoral e isso não é novidade, pois o programa liberal que ele defende já é conhecido do “país”, e o jornal complementa suas provocações dizendo desconhecer o que quer o Constituição sobre isso. Essa forma de desqualificar o adversário, baseada no desconhecimento ou mesmo no pouco esclarecimento e interpretação confusa que o outro possa ter sobre determinado assunto, sempre de relevância, parece ter sido muito eficiente, quando do estabelecimento de “contendas” entre liberais e conservadores. Percebemos novamente que aparece a dúvida, que pode confundir o eleitor.

---

<sup>95</sup> Jornal Cearense, 09/03/1873, coluna Cearense.

O partido é de fato uma dimensão da política onde as idéias, pelo fato de ganharem um patamar de oficialidade, são dura e exaustivamente testadas e, por conta disso, as contradições aparecem, ajudando na definição política de liberais e conservadores.

Sobre as diferenças de idéias entre o partido liberal e o conservador, o Cearense reproduz um artigo do jornal A Reforma, que nos ajuda a compreender um pouco mais o ideário desses dois partidos. De acordo com a reprodução feita pelo cearense:

Os partidos em um governo livre são creações naturaes que surgem sem trabalho e que não há poder algum capaz de nullificar.

Qualquer esforço, portanto, que tenda a aniquila-los é contra a natureza e não pode deixar de ser improficuo.

(...).

Depois de nos terem perseguido por quatro annos, depois de nos terem privado de todas as garantias politicas, vêem agora os conservadores, ou antes o actual ministério, propor-nos uma alliança offensiva e deffensiva afim de debelarmos o partido republicano, que se lhes antolha como um inimigo commum.

Devemos dizer a este respeito toda a verdade, (...).

Se alguma alliança se pudesse agora efectuar seria entre nós e os republicanos para combatermos o minotauro do poder pessoal, que devora uma por uma todas as nossas liberdades.

Nutrimos ainda a esperança, que alguns qualificam de ingenua, de podermos reduzir a monarchia no Brazil aos seus verdadeiros limites, sem passarmos pela provação de um abalo geral.<sup>96</sup>

Agora as divergências aparecem com mais nitidez e os liberais se colocam abertamente contra a monarquia centralista e despótica e contra os arranjos políticos inescrupulosos, que ferem a democracia. Eles cobram antes uma fidelidade ideológica aos princípios políticos historicamente defendidos. Contudo, querem que a monarquia seja controlada sem um abalo geral da sociedade e acham a organização partidária algo natural. Essas idéias podem ser também aplicadas aos conservadores.

---

<sup>96</sup> Jornal Cearense, 02/02/1872, coluna Cearense.

Os conservadores, em artigo do jornal Constituição do dia 03/04/1872, lançam novas luzes sobre as definições que fazem de si e dos liberais. Para os conservadores, os liberais:

(...) com as vistas acostumadas a horizontes sem limites, não se afeiçoam as contingencias do momento; as regras os constroem, sentem-se oprimidos, julgam-se manietados, confundem o método com a tyramnia; e fora do seu elemento bradam enfim contra um phantasma que os accomete, e, não achando o que desmornar, destroem-se a si mesmos (...).

A um partido mais grave cumpre actualmente imprimir as sociedades que vivem debaixo de um governo constitucional, uma marcha mais segura.

O partido conservador (...), é o partido que mais convem a realização do equilibrio social (...).

(...).

(...) e veremos que o partido conservador do presente é tanto o do passado, isto é, o da compreensão a todo transe: como o liberal é o sanguinario, o infernal de que a historia nos falla as vezes tão possuída de horror.<sup>97</sup>

Nesse artigo, antigas características são confirmadas, como a defesa que os conservadores fazem do equilíbrio social e das mudanças lentas, atribuindo aos liberais a falta de um projeto político. Uma nova característica aparece, imputando ao partido conservador uma espécie de missão civilizadora, que seria comprovada pela manutenção das idéias e da tradição do partido, restando para os liberais o transe violento. Aqui aparece também a idéia maniqueísta do bem contra o mal.

Tantas foram as definições observadas sobre o partido liberal e sobre o conservador que podemos identificar semelhanças, diferenças, contradições e coerências em relação às suas idéias políticas principais. Essa análise dos partidos políticos é sempre profícua, quando se trata da sua relação com a elite política, pois propicia a formulação de “uma visão mais ampla da natureza e do sentido do sistema partidário imperial” e mostra “a complexidade dos partidos, que se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus

---

<sup>97</sup> Jornal Constituição, 03/04/1872, coluna Colaboração.

membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles”.<sup>98</sup>

A eleição era, sem dúvida, o ponto culminante da política porque ela é o primeiro passo rumo ao poder e é parte importante da democracia. A idéia de democracia, defendida por liberais e conservadores, era contraditória, pois para se chegar ao poder tirava-se a vida e negava-se até a liberdade de escolha à maioria do povo. Mas, antes de entrarmos nessa “arena”, é preciso fazer uma breve referência ao quadro jurídico-institucional que orientou as eleições na década de 1870.

As eleições que ocorreram na década de 1870 ficaram sujeitas a duas leis eleitorais: a Lei nº 1.082 (2ª Lei dos Círculos, durou de 18/08/1860 até 19/10/1875) e a Lei nº 2.675 (Lei do Terço, durou de 20/10/1875 até 08/01/1881). A “Segunda Lei dos Círculos” modificou o número de distritos eleitorais em que a província do Ceará era dividida, reduzindo-os de 08 para 03, e o número de deputados por distrito, que foi de 01 geral e 04 provinciais por distrito para a determinação de que fossem criados no Ceará 02 distritos de 03 deputados gerais e 12 provinciais e 01 distrito de 02 deputados gerais e 08 provinciais. A “Lei do Terço” tinha como objetivo “favorecer a representação das minorias”; embora não tenha atingido seu êxito, processava-se da seguinte forma:

(...) instituía que cada votante, na assembléia paroquial, depositasse na urna uma cédula fechada contendo tantos nomes de cidadãos elegíveis, quantos correspondessem a 2/3 dos eleitores que a paróquia deveria dar; nas eleições de segundo grau, cada eleitor votaria em tantos nomes quantos correspondessem aos 2/3 do numero total de senadores, deputados gerais e provinciais marcado para a província.<sup>99</sup>

A “Segunda Lei dos Círculos”, tentando corrigir distorções da lei anterior, acabou por acirrar as disputas eleitorais ao ampliar a área de votação de um deputado: embora ele mantivesse seu reduto eleitoral dentro de uma determinada freguesia, existia a possibilidade constitucional de ele fazer campanha numa área

---

<sup>98</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 171.

<sup>99</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 71-76.

maior, levando-se em consideração tudo o que a palavra campanha pode representar – prisão ilegal, compra de voto, assassinato, etc. Tentando ampliar o processo de escolha dos parlamentares e o exercício da democracia, a “Lei do Terço” deve ter trazido transtornos para os eleitores, ao acrescentar à eloquência dos discursos a obrigação de votar em dois terços do número de candidatos. Será em meio a essas possibilidades permitidas pelas leis eleitorais que vamos ampliar a análise de como a elite política pensa o processo eleitoral.

Para o jornal Cearense, que sustentava as idéias do partido liberal,

Liberdade do voto é hoje em nosso paiz uma expressão vulgar, que nada significa na pratica do systema representativo.

Quem diz eleição compreende desde logo que não se trata senão de uma burla, quem diz garantia de voto, livre acesso às urnas, se afigura ter diante de se as scenas de compressão por parte do governo; a policia com a força de que dispõe impondo a sua vontade, como se fora a do povo, de que ella é unico e exclusivo representante.

Mas em compensação o governo falla muito de liberdade do voto, e de ordinario promete assegurar a manifestação livre de todas as opiniões, quando se aproxima alguma eleição.

Ainda não se ouviu dizer que elle considerasse de pouca importancia um dos mais sagrados direitos do cidadão, o direito de intervir nos negocios de seu paiz embora os factos venham depois desmentir as palavras.

(...) liberdade de voto suffocada pelas bayonetas da policia é pois, hoje uma cousa muito comum, insignificante, que nada encerra para ser estranha.

Antes assim, mil vezes o absolutismo franco, de viseira erguida, do que o disfarce, a dissimulação com que marcha esse systema que pomposamente se chama representação.<sup>100</sup>

O artigo acima pode ser considerado o encerramento de um debate entre o Cearense e o Constituição, nos meses de julho e agosto, sobre os desmandos ocorridos na eleição para vereadores do Acarape. Segundo o Cearense:

Pela segunda vez, nesta ominosa situação, corre o sangue liberal nesta provincia.

---

<sup>100</sup> Jornal Cearense, 13/08/1871, coluna Cearense.

As scenas luctuosas da Imperatriz acabam de se reproduzir fielmente na villa do Acarape, por ocasião de se proceder ali a eleição para vereadores.<sup>101</sup>

Esse debate tem mais desdobramentos nas edições do Cearense do dia 21/07 e 02/08 de 1871, na coluna Cearense, em que o deputado provincial Francisco Antonio de Oliveira Sobrinho fez um requerimento pedindo a presidência da província que se informasse dos fatos do Acarape e nas edições dos dias 23 e 28/07 e 06 e 11/08 do mesmo ano. Na edição do dia 09/08/1871 o Cearense comenta a resposta oficial da presidência da província e mostra que:

Somente quando se tornou demasiado forte a pressão exercida pela opinião, que impaciente interrogava si por acaso estamos vivendo sob o domínio do absolutismo, vieram a lume as informações, que a presidência por mera formalidade exigio sobre os acontecimentos do Acarape.

Estamos realmente numa epocha de verdadeira decadencia.

(...) e nem sequer o governo mostrou empenho em manifestar, que não havia procedencia na accusação gravíssima que a imprensa formulara, (...).

Não se pode facilmente torcer a verdade (...).<sup>102</sup>

Nesse debate sobre as eleições do Acarape, o Constituição responde ao Cearense e ao Pedro II nas edições do dia 21 e 26/07 e 05/08 de 1871. Em todas as respostas, o órgão dos conservadores graúdos rejeita as omissões e os excessos imputados pelo Cearense e pelo Pedro II, e se colocam do lado da justiça e da manutenção da ordem.

Pelo que foi exposto acima, a relação entre a teoria e a prática política parece não acontecer de forma adequada porque, de um lado, a política, como ela é concebida por liberais e conservadores, e a sua dimensão partidária, requerem a salutar seleção e o uso de características nobres; por outro lado, quando essas características são testadas em época de eleição elas parecem ter pouca importância. É como se o princípio gerador de toda a política fosse um só: a ética, a partir do qual as liberdades, as leis seriam respeitadas. Mas, apesar de existir um princípio comum, a política deveria acontecer com o intuito de se chegar ao poder, aí a ética assumiria uma dupla possibilidade: a liberal e a conservadora, onde imperam a disputa violenta, o desrespeito às leis e a pura vontade de chegar ao poder. Como disse o Cearense o princípio do voto é sagrado, mas deveria ter complementado, que os caminhos que levam ao poder são profanos.

Mais uma vez aparece o dilema vivido pelo eleitor, perguntando-se se houve excesso ou cumprimento da lei em Acarape. Um outro ponto que merece atenção, já que é possível de ter acontecido, é saber se o eleitor achava ou não que o processo eleitoral tinha que ser violento mesmo e com o desrespeito parcial das leis, levando-se em consideração que o

---

<sup>101</sup> Jornal Cearense, 19/07/1871, coluna Cearense. No Cearense de 17 e 21/01/1872, na coluna Senado, é reproduzido um discurso do Senador Pompeu, feito na 64ª sessão de 08/08/1871, em que ele fala da eleição de Imperatriz, que foi marcada pela violência dos conservadores contra os liberais, sendo realizada três vezes com o intuito de garantir a vitória dos conservadores. Na terceira vez que ela se realizou é que a violência foi aumentada para que os conservadores não corressem o risco de perder mais uma vez a eleição. O senador destaca que o governo provincial nada apurou com responsabilidade e tampouco o chefe de polícia abriu processo contra ninguém.

<sup>102</sup> Jornal Cearense, 09/08/1871, coluna Cearense.

sistema parlamentarista brasileiro alternava liberais e conservadores no poder e quem chegasse lá tinha que passar o máximo de tempo possível, não só pelo uso da competência política e administrativa mas também pelo uso da artimanha política e de alguns meios ilegais de permanecer no poder.

A eleição seria, então, um meio de se chegar ao poder e de permanecer nele. e controlá-la era de fundamental importância para que um partido pudesse por em prática as idéias defendidas nas “contendas partidárias”, por mais que isso muitas vezes não ocorresse.

Uma outra eleição, que domina os debates políticos desse início de década, foi a realizada no dia 17/12/1871, para deputado provincial. No mês de dezembro de 1871 e no de janeiro de 1872 os ânimos foram acirrados.

O Cearense de 13/12/1871, na coluna Cearense, comentando reportagem do Pedro II, denuncia que o governo provincial está espalhando força policial pela província com o objetivo de ganhar a eleição. Na edição de 31/12/1871, depois da eleição, o Cearense comenta a atuação do chefe de polícia da província e diz que:

Ha mais de dois annos que é aqui chefe de policia o Sr. Dr. Henrique Pereira de Lucena, e ninguem conhece de seus actos, senão quando obra como instrumento de uma facção, à que se dedicou.

(...).

Sua occupação, há sido principalmente jogar com uma politica para apadrinhar interesses eleitoraes de seus chefes conservadores progressistas. (...).<sup>103</sup>

A polícia estava na linha de frente das disputas eleitorais, os soldados de polícia precedem e preparam o campo de batalha eleitoral para os candidatos. Há um misto de público, que é provisoriamente privatizado a favor de um partido ou facção, sendo assim que o “sagrado direito do voto” se realiza para garantir a “liberdade de escolha”. Mas quando tudo parece estar muito ruim, perdido, desacreditado, o Cearense defende os bons princípios, que faltaram nas últimas eleições (17/12/1871), e reafirma que:

No meio de tantos actos escandalosos, que denuncia o Pedro II, praticados pela administração finda, para suplantar na eleição provincial o grupo Carcará e dar ganho de causa ao grupo graúdo, sobresaem dois últimos relativos a apuração final, (...).

Não somos daquelles que approvem sempre o que prejudica os adversários: a justiça, a lei, a moralidade não tem um valor quando se trata dos nossos interesses, e outro quando affectam os interesses de nossos contrários.

Por isso não podemos ser indifferentes aos excessos do poder, (...) porque taes excessos não prejudicam somente os

---

<sup>103</sup> Jornal Cearense, 31/12/1871, coluna Cearense. Essa reportagem traz um histórico da atuação do Dr. Lucena no comando da polícia provincial e todos os fatos marcantes estão relacionados a eleições, incluindo a de Imperatriz, a de Acaraé e a de 17/12/1871.

interesses de um grupo conservador, (...); offendem também os princípios, o direito, a lei, a justiça e a moralidade, que devem ser patrimônios de todos, e a todos por conseguinte incumbe defender.<sup>104</sup>

Tanto apelo ao que é correto é o papel que a oposição deve desempenhar; mas percebemos, de fato, que, quando os excessos são grandes e a falta excessiva do correto se materializa em um ato governamental espúrio, o desejo de contenção dos limites também é bem-vindo, tanto por parte da oposição como por parte da situação, já que as contendas mais violentas ocorrem no “baixo clero” (correligionários e políticos das paróquias) e isso não pode afetar em demasia o “alto clero” (líderes dos partidos).

Como faz parte da regra eleitoral, nenhuma acusação do Cearense, ou do Pedro II, pode ficar sem resposta do Constituição e ele se defende, ao mesmo tempo que ataca, em várias edições dos meses de dezembro de 1871 e janeiro de 1872, na coluna Constituição. Na edição de 15/12, antevéspera da eleição do dia 17/12/1871, a folha graúda rejeita a acusação do Pedro II, que foi comentada pelo Cearense, de que estaria espalhando força policial pelo interior, especificamente na vila de Saboeiro. Isso só ocorreu devido a circunstâncias que nada têm a ver com a eleição, foi motivo de força maior, diz o Constituição. Na edição de 17/12, dia da eleição, o Constituição apresenta os reais conservadores contra os “dissidentes patoteiros e aproveitadores do dinheiro público em benefício de uma família”. Vemos, ainda, outras respostas do Constituição aos ataques do Pedro II, nas edições do 27 e 30/12. Contudo, foi a partir da edição do 22/12 que o Constituição começou a resumir as diferenças entre ele e os dissidentes do Pedro II quanto ao assunto eleitoral. Para os graúdos:

Os meios empregados pelo Sr. Barão do Aquiraz na caballa, q' por intermédio de sos agentes desenvolveo na eleição de 17 do corrente, provam de sobejo o desespero, de que se acha possuido, pela falta de elementos legitimos, que lhe podessem dar um triumpho honroso na lucta, que tão imprudentemente provocou, dirigido por seu demonio familiar, supondo que a provincia era o seo apanagio e de sua familia.<sup>105</sup>

Em outra resposta ao Pedro II, reforçando a anterior, o Constituição afirma que:

A derrota, com que acabam de ser esmagados os flibusteiros do Pedro II no pleito eleitoral de 17 de dezembro passado, lhes tem feito perder a cabeça (...).<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> Jornal Cearense, 28/01/1872, coluna Cearense.

<sup>105</sup> Jornal Constituição, 22/12/1871, coluna Noticiário. Complementando a matéria, o jornal expõe, por intermédio de uma carta, vinda de Aracati, o que os dissidentes fizeram nessa vila durante as eleições. Fizeram de tudo, de roubo de cavalo a compra de votos.

<sup>106</sup> Jornal Constituição, 03/01/1871, coluna Constituição.

E por último, concluindo as diferenças eleitorais entre os graúdos e os miúdos, mas que podem ser relacionadas também ao Cearense, tão opositorista quanto os miúdos, conclui-se que:

Má causa, causa perdida é sem duvida a que se procura deffender com futilidades, sophismas e falsidades. Neste caso esta a dos dissidentes, pseudo-conservadores.

São batidos em todo o terreno em que se apresentam a dar combate (...).

Começa a sua derrota por mostrar-se que, sendo a provincia dividida em tres circulos, e cada circulo em muitos collegios, o Pedro II só o accusa de emprego de força em quatro: no Saboeiro, pertencente ao 1º circulo, e no Baturite, S. Francisco e Imperatriz, pertencentes ao 2º. Que violência esta.

E, claro, so a vista disto, que é falsa tal argüição; por que a ser verdadeira S. Exc. não deixaria intacto o 3º circulo, nem empregaria força somente em quatro collegios, (...) deixando livres todos os mais. Esta accusação é futilissima e da bem a perceber que a força empregada nestes quatro collegios teve antes um facto administrativo que politico.<sup>107</sup>

O Constituição defende, por assim dizer, os mesmos pontos éticos dos liberais; para ele, a maledicência impera, é usada como regra irresponsável, só promove a calúnia sem apresentar provas, e isso ele não faz. Se o Constituição se rebaixa ao nível dos opositores é porque os inimigos não conhecem outra forma de trato. Quanto às acusações de violência policial em época de eleição, ele rejeita tenazmente esse absurdo.

A época de eleição é sem dúvida a mais instigante da política e sob nenhuma hipótese os “gladiadores” perdem esse momento. Eles irão invocar a ética e o jogo aberto, mas parece que ninguém quer iniciar o “jogo das palavras encantadas” e da violência constante.

## 2.2 – O GOVERNO

No item 2.1 deste segundo capítulo, houve uma análise da política provincial compreendida em três dimensões: em si, no partido e na eleição. Entendeu-se que existia uma diferença entre prática e teoria política, fartamente comprovada nos jornais pesquisados (Cearense e Constituição). Percebeu-se, também, que foi no momento de eleição que essa divergência entre prática e teoria foi mais visível,

---

<sup>107</sup> Jornal Constituição, 04/01/1871, coluna Constituição.

sendo a democracia do voto trocada pela violência e pela arbitrariedade dos agentes públicos. A eloquência da elite política, componente poderoso de sua ação, ao mesmo tempo em que denunciava a fraude e o abuso das autoridades – esse foi o papel dos liberais no começo da década de 1870 – tentava suavizar ou justificar as ações denunciadas como se fosse algo para o bem público – papel exercido pela situação, pelos conservadores.

A eleição (câmaras municipais, assembleia provincial e assembleia geral), o ponto alto da política, sempre deveria favorecer a situação e dificilmente o contrário ocorria; dessa forma, os debates eram intensos, a violência severa e o resultado previsível. Passado o processo eleitoral, era o momento de o governo trazer de volta à normalidade suas atividades político-administrativas, já que em época de eleição essas atividades tornavam-se mais complexas, pois havia a acentuação dos deslocamentos de tropas, das prisões ilegais, das transferências de magistrados e de outros funcionários, dos debates jornalísticos, das paixões partidárias, e a acentuação dos gastos públicos. Mas, estando a normalidade do período pós-eleição sujeita à continuidade do governo anterior, ou melhor, do partido anterior, ou ainda, da facção anterior, só havia estabilidade imediata nas ações do governo se a situação ganhasse o pleito eleitoral. Reafirma-se essa idéia para destacar uma outra situação, pois quando a oposição ganhava a eleição, evento que normalmente recebia influência direta da dissolução da câmara geral ou da troca de comando na política nacional (liberais por conservadores, ou vice-versa), o período pós-eleição era turbulento e a elite movimentada<sup>108</sup>, até que os cargos fossem acomodados nas “pessoas certas”. Para Cordeiro, “os partidos temiam a adversidade porque na oposição não gozavam das vantagens do Poder e sujeitavam-se à falta de garantias individuais”, e por isso estavam sujeitos à

---

<sup>108</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 198-199.

derrubada, em outras palavras, à completa substituição dos cargos possíveis no governo<sup>109</sup>.

A proposta deste item é, portanto, saber como funcionava o governo provincial, não tanto pelas suas predisposições constitucionais legais mas sobretudo pelo que os jornais destacavam na década de 1870. Nesse caso, os jornais vão dar conta do que de fato a elite política considerava importante em termos político-administrativos para um governo. Devemos nos perguntar, por exemplo, quais deveriam ser as ações prioritárias de um governo, como deveria ser o comprometimento moral com o que é público e qual a relação do governo com o “povo”, com a assembléia provincial e com o governo central. Constituirão ponto importante da reflexão para investigar o funcionamento do governo provincial, as ações de seu principal representante: o presidente da província, uma espécie de elo entre o governo central e a elite política provincial, que, como discutiremos adiante, embora exercesse suas funções no sentido de se livrar do provincianismo, devido a sua grande circulação político-administrativa<sup>110</sup>, em muitos momentos misturou-se com o localismo e o reforçou.

Para dar seguimento à análise de como o governo provincial funcionava, será importante primeiro abordar as idéias da elite política acerca do que é o governo, seu papel enquanto instância pública. O jornal Cearense, abordando a sobrecarga de impostos que sacrificava o cidadão, destacou que o contribuinte:

Trabalha e paga e nem sequer inquire se os onus crescentes, que lhes são impostos, assentam ou não em uma razão de publica conveniencia, ou antes são exigidos como mais uma prova de sua paciencia sem limites.

---

<sup>109</sup> CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 85-86. Celeste Cordeiro encontra também referências dessa prática da derrubada ou degola em Djacir Menezes (“Prefácio” à *Crítica e Literatura*, de Rocha Lima) e Manoel de Oliveira Paiva (*Dona Guidinha do Poço*).

<sup>110</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 95-96. Essa circulação político-administrativa fazia com que o presidente de província exercesse suas funções no sentido de adquirir experiência e que tivesse uma idéia menos provinciana da administração pública e do país.

Não ha por ahi talvez quem ignore as tristes circunstancias financeiras em que se estorce o paiz.

(...). Porem o que mais punge ao coração do brasileiro é essa falta de franqueza, ou antes essa constante dissimulação da parte dos nossos governantes para com o paiz.

Ha como que ausencia de patriotismo (...).<sup>111</sup>

Por meio desse artigo, percebemos que o governo age levando em consideração um misto de conveniência e necessidade e ainda apela para a paciência ilimitada do cidadão, para o seu dever cívico. Contudo, se o jornal reconhece a necessidade do aumento da receita, a forma de fazê-lo é destacada como errada, pois a falta de honestidade do governo dissimula sua ação e engana o cidadão, esforça-se para manter um governo antipatriótico, que não expõe abertamente o motivo da manutenção de tão exaustiva carga tributária. São adjetivos fortes para um governo, mas compreensíveis nas disputas que envolviam liberais e conservadores. Todavia, começa a aparecer bem discretamente nesse artigo – o que em outro, do mesmo jornal, já é bem evidente - a idéia de que para manter um Estado e manter eles próprios os seus “donos” precisam de recursos constantes e crescentes, e de leis que respaldem as cobranças tributárias e outras ações do governo.

Em outro artigo, que complementa o anterior, pela sua abordagem privilegiada, o jornal liberal nos mostra mais algumas idéias importantes sobre o que é o governo e como ele funciona. Segundo o Cearense:

Desde que é axioma que os governos são constituídos para a sociedade, e não esta para os governos, é obvio que a publica administração, em qualquer forma de governo regular, tem uma seria e elevada missão a desempenhar para com os povos sujeitos á sua vigilância e inspecção.

Na garantia dos direitos individuaes e politicos do cidadão tem a administração traçada sua esphera d’acção, quando, como em alguns paizes, só tem por fim vigiar e proteger a actividade individual em todos os ramos da industria, e vida social.

---

<sup>111</sup> Jornal Cearense, 09/07/1871, coluna Cearense.

Entre nós, segundo o sistema da tutela e centralização exagerada esta confiada á administração não só a garantia dos direitos do cidadão, como a iniciativa e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

Mas, como em todos os paizes corrompidos e mal administrados, as leis multiplicam-se, enchem volumes, porem a execução é nulla, se não é contraria á sua prescrição.

Os nossos administradores antes de serem taes, são politicos, chefes, ou instrumentos das facções; e nessa qualidade subordinam toda administração.

(...)

(...). Nesta provincia, que alias não é a em que a luta fratricida é mais renhida, e violenta, ve-se o triste papel, que tem representado a administração civil e policial toda occupada nesta deploravel tarefa de montar e desmontar o functionalismo no interesse da facção de quem se constitue instrumento

(...)

(...). Em todos os tempos, infelizmente, a administração publica tem sido mais protectora dos partidos dominantes, do que dos interesses da sociedade, mas cumpre confessar que difficilmente se encontrara uma epocha, em que esse abuso, essa subservncia á interesses inconfessaveis de facção se apresentasse tão a descoberto pelos altos funcionarios da publica administração, como nesta epocha<sup>112</sup>.

O artigo acima, transcrito praticamente na íntegra, mostra o que deve ser um governo, não só do ponto de vista da moral que deve nortear suas ações como do ponto de vista do que pode e deve ser singularizado em uma administração pública; em outras palavras, o que um governo deve rejeitar e privilegiar e considerar como certo e errado no trato das questões públicas. Logo no início vemos o alicerce de todo governo, o principio básico de sua existência: o governo deve ser para a sociedade e não o contrário. Essa queixa liberal faz sentido, quando mais na frente o artigo expõe que a centralização é capaz de tudo propor, como se agisse com a intenção de moldar a sociedade à sua imagem e semelhança. Nesse caso, a ação de mudar parte do governo e não da sociedade. Percebe-se, no entanto, que faz sentido tanto a queixa liberal como a ação centralista do governo, já que por muitos meios, já discutidos no primeiro capítulo,

---

<sup>112</sup> Jornal Cearense, 06/12/1871, coluna Cearense.

a maioria da população é impedida de participar do governo e isso significa não gerar demandas por mudanças que sejam mais significativas e representativas; por isso, quando a maioria não pode falar, a minoria que está no governo representa a si mesmo e toda a sociedade, baseada em ações públicas limitadas. É como se o governo partisse da certeza de que as mudanças propostas vão ter um alcance limitado, mas aceitável dentro dos propósitos da elite política, e por mais que existam diferenças dentro da elite acerca do que deve ser proposto como ação do governo o conflito já estaria parcialmente absorvido pela congruência de interesses entre elite política e burocracia.<sup>113</sup>

Demoramos-nos comentando esse aspecto básico do governo para facilitar a compreensão de suas demais características funcionais. Para o Cearense, é preciso, ainda, que o governo garanta os direitos individuais e políticos do cidadão; isso deve ser o sentido de sua ação, associada a “elevada missão” de vigiar e inspecionar corretamente a sociedade que esta sob sua proteção. Mas, essa questão, colocada no item anterior, acerca dos problemas que envolvem a teoria e a prática política, aparece novamente. A folha liberal diz que os administradores são antes políticos e subordinam a administração civil e policial aos seus interesses particulares e partidários. Assim posto, a lei é numerosa, como o centralismo a pede, mas também é nula, pois o seu descumprimento é constante e parcial. A administração pública no Brasil seria, para os liberais, “mais protectora dos partidos dominantes, do que dos interesses da sociedade”. O artigo mostra um governo da eloquência e outro do cotidiano, o que parece ter sido a marca predominante do governo imperial, que com certeza se reproduziu em sua instância provincial.

A posição assumida pelo Cearense, de denunciar as faltas das administrações conservadoras, continua, e, no início do ano de 1873, pouco tempo depois de assumir a presidência da província o Sr. Francisco de Assis Oliveira Maciel<sup>114</sup>, o jornal liberal confirma que:

---

<sup>113</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 133.

<sup>114</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 111-113. Paiva relaciona todos os presidentes de província do Ceará, por período de administração e por partido político, durante o Império.

Atravessamos uma situação de tal sorte anormal, que já não causa pasmo a deplorável inversão, que todos os dias se observa na marcha dos negócios públicos em nosso país.

Ausência completa de justiça; o desrespeito à lei, o arbítrio imperando, os direitos mais sagrados do cidadão conculcados, tudo como consequência do vencimento do nosso sistema político, eis o que caracteriza essa situação absurda que o país contempla, e que a de leva-lo ao abismo.

O governo por toda a parte se constitui um instrumento de perseguição e de extermínio; ninguém escapa a sua máquina habilmente montada, exceto aqueles que com ele encontram em acordo para levar ao cabo a empresa.<sup>115</sup>

Todas as características de uma má administração, citadas anteriormente, são confirmadas, mas, curiosamente, os liberais do Cearense não chamam os cidadãos ao protesto, à marcha e à reivindicação. Talvez isso fosse perigoso demais para a elite política, poderia iniciar-se um processo que saísse do controle da elite, o que não era desejado. Se um amplo protesto para a reivindicação do cumprimento da lei não era possível, os liberais indicam uma saída: a espera paciente de sua vez de exercer o poder, com ou sem solução dos problemas denunciados nas administrações conservadoras.

Os conservadores sempre respondem a todas as acusações que o Cearense fez às suas administrações, e sempre a resposta é carregada pela marca da ordem social, pela responsabilidade com que os conservadores lidam com o “bom funcionamento da sociedade”. Para os conservadores, não está muito em jogo a arbitrariedade da gestão pública, mas o que foi necessário para que ordem fosse mantida. Essa idéia justificou eleições violentas. Mas essa missão superior de manter a ordem, própria dos governos, é sempre colocada em questão pelas denúncias liberais, havendo, de fato, uma confusão curiosa entre a missão pública e a vantagem particular. Os conservadores vêem assim os

---

<sup>115</sup> Jornal Cearense, 26/01/1873, coluna Cearense. O Sr. Francisco de Assis Oliveira Maciel foi um magistrado pernambucano, que assumiu a presidência da província do Ceará de 07/12/1872 a 12/09/1873. Esse presidente foi um dos que mais receberam combate do jornal Cearense, que se dedicou ferozmente a denunciar seus desmandos; desses debates, um material importante será analisado nesse item da dissertação. Outra matéria semelhante a esta pode ser encontrada na edição de 13/02/1873, também na coluna Cearense.

problemas da violenta eleição municipal no Acarape, que marcaram seus debates com os liberais, nos meses de julho e agosto de 1871.

Apenas dispontou a aurora do dia 16 de julho tão fatal  
ao genio da revolução cujos efeitos a França deplora, e  
com ella o mundo todo, os communistas d'aqui unidos  
aos de Baturite, empenharam tudo por subverter a  
ordem social, porque nisto cifra-se a bandeira de seo  
alccorão.<sup>116</sup>

Em outra disputa, desta vez travada com o jornal Pedro II, o Constituição avalia o papel da imprensa e mostra como os conservadores exercem suas administrações. Numa época onde imprensa e partido formam, praticamente, um só corpo, a analogia entre o funcionamento da imprensa e do governo/partido é possível.

A imprensa politica verdadeira, a proficua, a  
respeitavel, (...), é a dos publicistas sinceros, que  
allumiam as questões, acatam a verdade, propagam e  
apuram ideias, discriminam e sustentam principios,  
estimulam a actividade para o bem, e procuram guiar os

---

<sup>116</sup> Jornal Constituição, 03/08/1871, coluna Comunicado.

povos, não pertubar-os, promover os grandes interesses publicos, não suscitar as ruins paixões egoístas.<sup>117</sup>

Se a imprensa age em nome dos partidos e estes em nome de suas administrações, falar sobre a imprensa seria, de certa forma, falar de um “jeito conservador de ser” e, desta forma, não importa a área de atuação dos conservadores, se na imprensa, no partido ou no governo, eles sempre vão agir de acordo com determinados princípios básicos, com o objetivo de promoverem a verdade, o respeito, o bem e o interesse público. Mais uma vez a dialética entre o formal e o real está presente, uma constante nos debates políticos, que pela insistência da fórmula deve ter tido resultado aceitável para liberais e conservadores.

Os liberais, na análise que fizeram das administrações conservadoras, identificaram vários “erros” que afetavam o bom funcionamento dos aspectos administrativos do governo. Nos artigos analisados, uma característica merece atenção especial: a centralização do governo imperial. Essa centralização afetava diretamente as províncias – sua repercussão sobre a administração era, para os liberais, danosa, pois tudo se podia fazer em nome da lei – e ainda limitava a liberdade de ação das administrações provinciais que pretendiam fazer algo descente. Até mesmo a escolha do administrador da província (presidente) afastava o cidadão, que tinha que aceitar, normalmente, estranhos ao modo de vida e às necessidades da província, tendo como função apenas atender os desejos do governo da Corte. Em um artigo de 13/03/1873, o Cearense faz uma análise do governo imperial e do provincial, onde esses aspectos são ressaltados. Para o Cearense:

---

<sup>117</sup> Jornal Constituição, 20/12/1871, coluna Constituição.

O governo imperial deve orgulhar-se de ter por seu delegado dessa provincia o Sr. F. de Assis Oliveira Maciel.

S. Exc. pode-se dizer, é a imagem viva do gabinete, que dirige os destinos deste malfadado paiz.

Lá um ministerio, que se diz omnipotente, que uza e abuza da força que lhe empresta o poder pessoal; aqui um presidente que declara que a lei é a sua vontade; que o povo não tem direito de escolher seus representantes, mas sim o governo é o tutor do povo.<sup>118</sup>

A centralização, portanto, aviltaria a liberdade e o direito de escolha do cidadão e daria aos responsáveis pelo executivo plenos poderes para agirem, curiosamente, em nome dos mesmos sujeitos que não foram ouvidos adequadamente no momento de eleição ou por outro meio de expressão da cidadania.

O país, assim como as províncias, precisariam, talvez, de uma espécie de crença nas administrações, que para a oposição era frustrada constantemente e para a situação deveria ser renovada sempre.

O poder da centralização é bastante criticado pelos liberais que trataram da Lei do Ventre Livre, por ocasião das discussões sobre o elemento servil, em 1871. Segundo o Cearense:

---

<sup>118</sup> Jornal Cearense, 05/01/1873, coluna Cearense.

O espírito de desordem esta nas alturas: a revolução vem de cima e por todos os modos quer provocar um povo submisso, sofredor e resignado.

(...). O que dirá o discurso da coroa relativamente ao elemento servil? É a interrogação tremula dos lavradores e dos cidadãos que pensam seriamente no futuro, deste mal-governado paiz.

(...). Alli (Inglaterra, grifo meu) não há as emoções da surpresa, do imprevisto de que os governos patriarchaes são tão pródigos (...).

O gabinete que esta há de executar o seu programa, ou retirar-se da administração. Não há meio de transformar Gladstone em Tory e nem um gabinete Tory em Whig. A essas evoluções nem se prestaria a dignidade dos homens publicos, e nem a opinião nacional.<sup>119</sup>

Vemos expressa nesse artigo a vontade do poder central ser realizada, apesar da desconfiança do setor produtivo e do cidadão, e do futuro que se anuncia problemático. É o inicio de uma revolução patrocinada pelo governo central e referenciada por suas ações; mas a “revolução vem de cima”, talvez

---

<sup>119</sup> Jornal Cearense, 02/06/1871, Coluna Transcrição. Essa é matéria reproduzida do jornal Diário do Rio, que tem como título “Governo pessoal. O elemento servil”.

porque jamais seria permitido que viesse de baixo, provocando uma ansiedade mal definida no povo “submisso, sofredor e resignado”. Contudo, o que constrange os liberais é a capacidade de mudança dos conservadores, que se esforçam para implementar um programa que é liberal<sup>120</sup>. Para confirmar a rejeição a essa idéia típica dos “governos patriarcaes”, que não reforça a fidelidade partidária, os liberais fazem uma referência à “civilizada” Europa, mais precisamente, ao sistema parlamentarista inglês, modelo a ser seguido.

Dando continuidade aos debates sobre a reforma do elemento servil, os liberais mostram que basta o imperador optar por uma reforma, de qualquer tipo, para que ela se faça urgente e irremediável. Os liberais desejariam, antes da reforma do elemento servil, uma reforma eleitoral<sup>121</sup>, que, segundo eles, é essencial “às liberdades publicas e ao machinismo constitucional”. Eles afirmam que a urgência com que foi encaminhada a Lei do Ventre Livre objetivava a coincidência com a viagem do imperador à Europa, que ocorreu em meados de 1871. O Imperador deveria chegar à Europa com uma “carta de recomendação” que permitisse a ele ingressar, com menos constrangimento, em um modelo de civilização, onde a escravidão era coisa do passado. O que deveria ser apresentada às sociedades abolicionistas era parte de uma encenação<sup>122</sup>. José Murilo de Carvalho chamaria de um “Teatro de Sombras” esse desejo do imperador, pois a Lei do Ventre Livre, antes de representar o desejo da sociedade,

---

<sup>120</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 174-175. Carvalho mostra essa medida do gabinete Rio Branco de implementar o programa liberal, como uma forma de esvaziar de conteúdo as pretensões liberais.

<sup>121</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. Pág. 368. Carvalho discute, a partir do livro de Francisco Belisário (O Sistema Eleitoral), que era da bancada conservadora do Rio de Janeiro, à época da aprovação da Lei do Ventre Livre, que a reforma eleitoral de 1881 deu-se, em boa medida, por conta da excessiva centralização do poder que garantiu uma reforma na situação dos cativos. Nesse caso, o poder Moderador deu sustentação aos funcionários públicos/deputados que aprovaram a reforma, e Belisário promoveu um ataque ao sistema eleitoral vigente, com o intuito de que as distorções fossem corrigidas por meio de uma reforma eleitoral; mas ela recaiu sobre o votante, o “culpado” pelas distorções do sistema representativo.

<sup>122</sup> Jornal Cearense, 04/06/1871, coluna Transcrição.

expresso pelo voto e pela discussão, representou a vontade orientada de um grupo de políticos que era a favor do governo e não dos cativos<sup>123</sup>.

A discussão em torno da reforma do elemento servil é ampla e ela mostra vários problemas causados pela ação do centralismo. Os liberais chegaram em um ponto muito desejado com todo esse debate, talvez o mais importante para eles: a abordagem exagerada, mas válida, para a política da época, do desgaste político sofrido pelo partido conservador, por conta do centralismo. Os liberais afirmam que:

A continuação do ministerio ja é impossivel.

O paiz inteiro reclama a sua retirada do poder.

No estado em que chegaram as cousas, é da maior conveniencia que todos os amigos d'esta boa nação se esforcem para que elle desapareça da alta administração do Estado.

No ponto em que a inepecia e a imprudencia do gabinete Rio Branco encaminhou o movimento, exaltando os ânimos e irritando a sociedade, não lhe é dado haver do paiz a solução pacifica e real do problema da emancipação.

(...). Desejaes passar vida ingloria, viver amaldiçoados dos vossos patrícios?<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. Pág. 383–391. Conclusão: Teatro de Sombras.

<sup>124</sup> Jornal Cearense, 20/06/1871, coluna Transcrição. Podemos encontrar artigo de igual conteúdo na edição do dia 05/07/1871, também na coluna Transcrição.

A renúncia do ministério Rio Branco se faz imediata, apesar da aprovação da reforma do elemento servil. As palavras liberais foram duras para uma situação de desgaste político, mas talvez não tenha chegado a uma crise institucional. Percebemos que existe uma idéia de unidade, já que é o país que reclama a saída do ministério, que se arrisca a uma “vida ingloria” e “amaldiçoada” por tamanha “imprudencia”. A unidade, analisando a eloqüência do discurso, é a da elite política, porque, mesmo em situação dita tão grave, ela não perdeu de vista o seu projeto de dominação. O papel dos liberais parece ser apressar a sua chegada ao poder, por meio da construção de uma sensação de desgoverno, e isso pode assustar tanto liberais como conservadores e acirrar, por exemplo, as disputas eleitorais.

A continuação das contendas, sua lembrança constante, é sempre bem-vinda entre oposição e situação, e os dois campos políticos majoritários sabem que, a partir das lembranças das disputas, outras podem surgir e fazer com que memórias antigas ou recentes doam no presente. É pensando nisso que os liberais dizem que:

O ministerio Rio Branco, renegando suas crenças manifestadas e faltando com lealdade para com o seu partido na questão servil, prestou ao paiz, e ao partido liberal um assinalado serviço executando um dos princípios mais importantes e difficeis do programa liberal; mas obedeceu somente a ordem do imperador.<sup>125</sup>

---

<sup>125</sup> Jornal Cearense, 02/12/1871, coluna Cearense.

O poder centralizado ou o despotismo, como dizem os liberais, é encontrado em todas as situações onde há arbitrariedade do governo central ou provincial, e se ele esteve presente nos debates acerca da reforma do elemento servil também apareceu nas ações da Guarda Nacional, uma instituição pública, mas de muitas finalidades particulares. Em artigo dramático, vemos uma de muitas arbitrariedades (prisões ilegais, recrutamentos suspeitos, etc.) que a Guarda Nacional protagonizou contra a sociedade provincial.

Parece que se pretende levar esse pobre povo ao desespero.

Não bastam os impostos sempre crescentes com que se onera todos os anos, nem o recrutamento com todo o seu cortejo de violências, perseguido-o incessantemente, nem o serviço pesado de destacamento como a guarda nacional.

Era preciso mais.

Inventou-se agora as revistas para que todos se mostrem fardados, prontos como soldados do rei a se moverem ao simples aceno do chefe.

E ainda se ousa dizer que o povo é livre, elle que ahi vive espinhado, perseguido, gemendo como uma besta de carga.

O domingo não é mais um dia consagrado ao descanso, mas aquele em que (...) deve dar uma prova de obediência cega ao governo.

Todos sentem que a guarda nacional tal como se acha organizada actualmente tem se tornado a mais poderosa alavanca do despotismo (...).

Mas não pensa assim o governo, que trata de aperfeiçoar cada vez melhor a sua maquina para firmar de modo eficaz a sujeição do cidadão.

O que significa, não nos dira o governo, esse movimento na guarda nacional, que tende a fazer cada individuo um soldado?

(...).

É por isso que ser cidadão desse império não é mais um titulo, que honra, e que muita gente se prepara a procurar em estranha nacionalidade a liberdade que lhe falta aqui.

É por isso que muitos acreditam ser impossivel a regeneração de nossas instituições, quando veem que o governo aviltando-as todos os dias, não encontra da parte do povo um gesto sequer de desaprovação.

Ao contrario, passiva obediencia, e até ao que parece, uma certa dissimulação do mal estar que experimenta.<sup>126</sup>

Colocadas dessa forma, como verdades plenas, as informações dos liberais do Cearense dão ao despotismo desenfreado um enredo sem disfarces, pois bastava o desejo de um chefe, qualquer um que assim fosse qualificado, que se relacionasse com o governo, para que a vontade unipessoal imperasse sobre a maioria. É como se o modelo a ser seguido tivesse uma referência líquida e certa, que começa no governo central e invade as províncias, é um precedente na lei que se abre em cima e, à medida que desce, sai do controle; isso revela de certa forma, também, uma falha do centralismo, ou talvez uma estratégia da elite política para tornar o governo mais maleável às necessidades “reais” da nação brasileira. Desespero, impostos, violência, besta de carga, falta de liberdade, obediência cega, soldados do rei, resignação. A quem isso se aplica com mais facilidade e crueza? O povo que sofre não abrange todos os cidadãos.

Os conservadores entendiam a centralização não como sinônimo do regresso, da falta de liberdade, mas como parceira da ordem e da prudência. Em um artigo que defende a administração do Barão de Taquary, eles mostram para que serve a centralização.

De que é acusado por um libello tão infamatorio o venerando ancião, que rege actualmente os destinos da provincia do Ceará?

---

<sup>126</sup> Jornal Cearense, 05/01/1873, coluna Cearense.

(...).

Esta é a pergunta, que nos fazemos, ao ler os jornaes da opposição, (...) e comnosco todos os cearenses desapaixonados, que amam a sua provincia e que desejam o seu tranquilo, mas energico incremento.

Em condições todas normaes, quanto pacificamente rege o partido conservador os negocios publicos do paiz com três annos de poder (...), partido da ordem e do progresso reflectido (...).<sup>127</sup>

“Tranquilo, mas enérgico incremento” da província, “partido da ordem e do progresso”. É dessa forma que os conservadores pensam a centralização, ela é fundamental para o funcionamento do país, dos negócios públicos e da sociedade. Não há mal nela, no máximo um excesso, mas que ainda assim é necessário. A centralização era necessária para manter o equilíbrio social, pensavam os conservadores, mas isso não existia, pois o equilíbrio pressupõe a equidade das partes e não havia isso entre a elite política e o povo. A centralização era necessária para manter o Estado sob controle da elite política e o bom entendimento entre seus membros.<sup>128</sup>

A análise da idéia de governo e de centralização deu uma boa medida para que nós iniciássemos a abordagem de como funcionava o governo provincial; mais uma vez tentamos partir do todo para a parte e, aparadas algumas arestas

---

<sup>127</sup> Jornal Constituição, 12/08/1871, coluna Collaboração.

<sup>128</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 369-374. Nessas páginas Carvalho aborda a importância do Poder Moderador para a elite política.

iniciais, será na reflexão sobre o governo provincial que veremos mais de perto as possibilidades variadas da administração pública que orientavam as províncias.

O governo provincial tinha um chefe, o presidente da província, essa era a idéia compartilhada por conservadores e liberais e que institucionalmente se confirmava. Era uma das poucas coincidências entre o real e o formal, quando se trata de governo provincial.

Segundo as leis imperiais:

(...) à Presidência da Província competia o exercício das atividades executivas provinciais. O presidente e o secretário de governo dependiam da nomeação do imperador (Art. 165), ficando, portanto, a autoridade executiva na posição de mero delegado do poder central ou, mais precisamente, do Monarca.

O mesmo ocorria com os juízes, os que aplicavam as leis. “A centralização político-administrativa se configurava, formalizando-se por força das disposições jurídicas de aplicação geral à Nação”.<sup>129</sup> Vemos que em volta do presidente da província a centralização e o governo se fundiam, e a análise de suas ações será de extrema validade para refletirmos sobre o funcionamento do governo provincial.

A dependência do presidente da província para com o governo central era indubitável, sendo esse cargo ainda um estágio da carreira política da elite. Cabia aos presidentes prerrogativas consideráveis: a vitória eleitoral do governo, a nomeação de promotores, delegados, subdelegados e oficiais inferiores da Guarda Nacional, a indicação de oficiais para o recrutamento militar, o reconhecimento da legitimidade das eleições municipais, e o encaminhamento ao Ministro do Império dos pedidos de títulos honoríficos. Grande era o poder do chefe do executivo provincial, o que – misturado às disputas locais, além do

---

<sup>129</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 62-63.

desejo do presidente de fazer um “bom trabalho” – tornou sempre tensos os debates políticos sobre a administração; com raríssimas exceções havia trégua, como, por exemplo, na chegada de um novo presidente, quando a esperança de justiça era renovada. O cargo era tão importante que, por parte do Imperador,

Havia uma preocupação explícita com o treinamento de presidentes de província. (...).

(...). Na realidade, a presidência de província, apesar dos esforços do Imperador em contrário, era um cargo muito mais político do que administrativo, como o indica a grande mobilidade de presidentes e o pouco tempo que permaneciam nos postos”.

A mobilidade excessiva, se prejudicava a parte administrativa, fortalecia a experiência política dos presidentes de província, fazia com que eles conhecessem o país, diminuindo seu provincianismo, e representava uma forma de os ministros premiarem os amigos.<sup>130</sup>

Referimo-nos até o momento, principalmente, às prerrogativas legais dos presidentes de província, mas suas ações foram muitas vezes tensas, sem legalidade, e alcançavam com muita facilidade o campo do particular.

O Jornal Cearense, em matéria do dia 29/06/1871, mostra um resumo da atuação dos presidentes de província, que estiveram à frente da administração do Ceará. Para a folha liberal,

A datar da “aurora da regeneração” a província tem visto sucederem-se diversas administrações.

---

<sup>130</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 94-96.

O que de beneficios tem dellas colhido, durante o período que decorre, di-lo a consciência publica que tem visto a mais completa esterilidade arvorada em systema de governo.

Cumpre, entretanto, fazer uma distinção.

Os primeiros presidentes, que assumiram o mando supremo da província, limitaram-se ao papel de “desbravadores”, exercendo toda a sorte de violencias e perseguições, desenvolvendo a mais infrene reacção, dividindo-nos em “vencidos” e “vencedores”, corresponderam enfim á expectativa do gabinete, que os nomeou.

Nada do que não entendia com essa pequena política, que visava unicamente o predomínio de um partido official (...).

Assim foi que nada fizeram em prol dos mais palpitantes interesses da província; (...).

“Designaram” deputados, nomearam agentes de policia, (...), os primeiros a perturbarem a ordem publica, a commeterem toda a ordem de excessos, e crimes, e agaloaram grande numero de individuos, em troca da obediencia passiva, que hypothecaram ao governo.

(...).

Cumprida sua missão, abandonavam a província, deixando ingrata memória de sua administração.

Si se tem apontado como um mal para as províncias a pouca duração das administrações, é incontestável que o único bem que podia provir desses governos reactivos, era essa mesma pouca duração, que tiveram.

Esse artigo faz uma espécie de reconstituição histórica das primeiras administrações provinciais e a marca principal delas foi a “esterilidade” em matéria de governo, reforçada pelo ato de iniciarem a construção da supremacia provisória de partidos, até quando durar um gabinete. Os presidentes fizeram o que se esperava deles: nomeações convenientes, obediência incontestável, promoção da violência e, no final, “cumprida a missão”, o abandono da província.

O artigo continua, fazendo uma apreciação mais detalhada das administrações dos presidentes da década de 1870, que começa com João Antônio de Araújo Freitas Henrique. O Cearense percebe que, a partir daí, as disputas políticas ficam mais intensas e as arbitrariedades, possivelmente, maiores, embora as ações dos presidentes sejam parecidas. A década de 1870 deu à elite política, com suas mudanças políticas, econômicas e sociais, o “combustível” para o acirramento das disputas políticas. Para o Cearense:

(...).

O mais longo período de administração coube ao Sr. desembargador Freitas Henriques, conservador intolerante, e sem aquella independencia, e sobranceira, que devem fazer do homem publico um individuo inacessivel ás paixões.

Tendo encontrado ao chegar á provincia um terreno “destocado”, facil lhe era enveredar a sua administração pelo caminho da lei.

Mas se d’ahi sempre desviou-se, nem uma attenção por outro lado lhe mereceram as necessidades publicas, quer Moraes, quer materiaes, a cujo estudo se podia ter consagrado em proveito da provincia.

(...).

Ao Sr. desembargador Freitas Henriques succedeu o Sr. Dr. Costa Pereira, de intelligencia superior, e dotado das melhores disposições, mas que infelizmente nada pode realizar durante o curto periodo de sua administração, (...).

(...).

Pra succeder o Sr. Dr. Costa Pereira foi nomeado o Sr. conselheiro Barão de Taquary, (...).

S. Exc. encanecido no serviço publico, illustrado, e de honrosos precedentes, deixa entrever a esperança de que ha de governar a provincia de modo a merecer a adhesão dos bons cearenses.

Não seremos nos que crearemos tropeços á sua marcha administrativa, nos tão faceis de contentar com as administrações, que tem por alvo a distribuição imparcial da justiça e se guiam em seus actos pelos principios da moderação e tolerância.

A S. Exc. se proporciona occasião de dotar a provincia de alguns melhoramentos, que reclama o estado florescente de sua industria, e o genio emprehendedor de seus habitantes (...).

(...), nos pela nossa parte não aspiramos favores, unicamente justiça: faça-se ella e estaremos satisfeitos.<sup>131</sup>

Das três administrações citadas, uma foi “padrão”, tendo ocorrido tudo o que se esperava de ruim, a outra foi curta demais para uma avaliação, e da que ia começar aguardavam-se com esperança a justiça e o incentivo ao desenvolvimento da indústria. A esperança na administração do Barão de

---

<sup>131</sup> Jornal Cearense, 29/06/1871, coluna Cearense.

Taquary, devia-se às suas qualidades pessoais: experiência no serviço público, honradez e ilustração; isso é o que a elite política, como um todo, espera de seus membros, pelo menos na teoria. Percebemos ainda a enorme responsabilidade que pesava sobre os presidentes de província, pois deles dependia a “distribuição imparcial da justiça”, uma *res publica*.

O resumo feito pelo Cearense reforça a idéia de um constante desrespeito às leis, considerando tudo comum, normal, daí a insistência para que a justiça seja respeitada e distribuída imparcialmente; mas, se é tão comum esse ataque às leis, por que então as instituições não mudam de maneira significativa, promovendo mudança e não reforma? Talvez porque toda mudança podia sair do controle; nesse caso, era melhor uma lei mal aplicada, mas o *status quo* mantido, do que uma situação em que a elite política tivesse que compartilhar seu poder. Mesmo com toda a denúncia, os liberais sabem que um dia a situação se inverterá: é a vez de “retribuir as gentilezas” dos conservadores.

O ultimo artigo transcrito começa a discutir as ações dos presidentes de província – violência, desrespeito às leis, favorecimentos particulares etc –, arbitrariedades que podem ser representadas basicamente em dois momentos: na eleição e nas atitudes ilegais da polícia.

Quando da proximidade da eleição de 17/12/1871, na administração do Barão de Taquary, o Cearense chama a atenção para a violência da polícia, que sempre aumentava em época de eleição. No entanto, sabemos que o chefe de polícia não agia de livre e espontânea vontade; a primazia sobre o comando violento da polícia era do presidente da província, por mando direto seu ou por omissão. Para o Cearense:

Ninguém ignora que o chefe de policia é o cabo de  
eleição da facção, á que aqui esta adistricto, e que  
durante o tempo de sua administração não tem-se

occupado d'outra couza, sinão de dirigir as eleições no sentido de seos correligionarios.<sup>132</sup>

Em outro artigo, o mesmo jornal mostra a expectativa dos liberais cearenses, por conta da saída do Barão de Taquary e da chegada do novo presidente, João Wilkens de Mattos, e mais uma vez é ressaltada a missão eleitoral dos presidentes conservadores:

(...).

Venha pois o Sr. Wilkens de Mattos, embora tão pouco conhecido, como o seo antecessor, mas bastante para saber-se que é da escolha do chefe da facção grauda que domina a provincia.

É o quinto presidente effectivo, (...)

É excusado perguntar o que deixaram de beneficio á provincia essas administrações.

Fizeram eleições, e é para que serve presidente n'este paiz.

(...).

O inventario pois das administrações provinciaes n'esta feliz epocha de regeneração é simples.

---

<sup>132</sup> Jornal Cearense, 08/12/1871, coluna Cearense.

Eleições, eleições, eleições!

Dinheiro, dinheiro, dinheiro!

Melhoramentos moraes – nada.

Ditos moraes – nada.<sup>133</sup>

Os presidentes conservadores tiveram de fato uma missão, segundo os liberais: ganhar eleições e garantir interesses particulares. Ganhar a eleição era a principal missão, não a única dos presidentes de província. Percebemos também, neste artigo, que a escolha do presidente da província teve a aprovação dos chefes conservadores graúdos locais, o que revela que a centralização administrativa do Segundo Reinado atendia também aos interesses locais; apesar de os liberais considerarem o novo presidente um estranho, ele entendia rapidamente as necessidades dos grupos políticos locais e arbitrava parcialmente suas disputas.

Em artigo do Constituição de 14/01/1872, os conservadores graúdos reconhecem essa arbitragem parcial dos presidentes e, ao responder às ameaças que o Pedro II fez ao Sr. Wilkens de Mattos de fiscalizar sua administração, questionam a ação dos conservadores miúdos da seguinte forma:

E são esses os conservadores genuínos e históricos,  
que anunciam a posse do Exm. Sr. Mattos ameaçando-  
o, si não lhes attender os interesses, isto é, si não  
abandonar e proscrever os conservadores que tem

---

<sup>133</sup> Jornal Cearense, 14/01/1872, coluna Cearense.

sustentado franca e lealmente os ministerios e seus presidentes conservadores e curvar-se ás ordens do barão do Aquiraz.<sup>134</sup>

A resposta do Constituição é para o Pedro II, mas vale para toda a oposição, e mostra que o presidente tem um “dono” e é desse dono que ele vai atender os interesses. Foi uma maneira eloqüente de mostrar algo tão grave.

O envolvimento do presidente da província com as disputas políticas locais foi bem analisado por Abelardo Montenegro. Para Montenegro,

O controle do Poder possibilitava os triunfos eleitorais que prolongavam a dominação. O partido, que dispusesse do presidente da Província, não amargava o fel da derrota, nem perdia as posições. Mesmo que as urnas contrariassem a designação prévia, a Câmara apuradora aplicava o corretivo comprobatório da infalibilidade do chefe.

O partido, que manejasse o presidente da Província, dispunha do aparelho policial. (...). Esse compromisso entra as autoridades policiais e os chefes políticos locais arruinava a moralidade pública e fazia periclitatar a segurança individual.

---

<sup>134</sup> Jornal Constituição, 14/01/1872, coluna Constituição.

(...).

Os partidos influíam diretamente na administração da justiça. (...).<sup>135</sup>

Os problemas relacionados com os excessos da polícia denegriam a imagem do presidente da província e do chefe de polícia. Em especial, um chefe de polícia foi muito criticado, no início da década de 1870, o Dr. Henrique Pereira de Lucena, que foi chefe de polícia nos governos do Barão de Taquary e do Sr. Wilkens de Mattos. Os liberais se esforçavam ao máximo por demonstrar a ineficiência e a indiferença da polícia para com a sociedade. Foi assim que, em várias matérias, o Cearense caprichou na eloquência. No dia 25/02/1872, na coluna Cearense, encontramos artigos com os títulos: “Um juiz delirante” e “A polícia em desfructe”, e na coluna Noticiario, “Autoridades criminosas”, “As partes da polícia”, “Segurança publica” e “Pagina de sangue”. No dia 29/02/1872, também na coluna Noticiario, encontramos matérias do tipo: “Attentado policial”, “Os crimes no Ceará”, “Proteção a criminosos”, “Segurança publica” e “Violências policiais”. Esses artigos abordavam tudo: prisões ilegais, proteção a criminosos, omissão policial, aumento da criminalidade e perseguições policiais. Os principais envolvidos nesses desmandos da polícia eram os delegados e subdelegados que abusavam do poder, usando da prerrogativa da confiança que a indicação do presidente lhes conferia.

Como era de se esperar, os conservadores graúdos saíam em defesa de seus correligionários e o Dr. Lucena era defendido com os mais pomposos elogios. Por ocasião da elucidação do roubo da tesouraria provincial, o Constituição diz que:

---

<sup>135</sup> MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980, p. 26-27.

(...), cabendo ao honrado e inteligente Dr. Lucena, digno chefe de policia, muita gloria por ter rasgado o veo que envolvia esse grande crime, apresentando ao publico seus autores, e salvando a honra desta provincia e de muitos pais de familias, que, á não serem as suas acertadas e felizes providencias, estariam fatal e irremediavelmente comprometidos nesse vergonhoso delito.<sup>136</sup>

Uma das respostas do Cearense a esse fato diz que:

A policia emprega as vezes meios repugnantes á todo sentimento honesto para prevenir algum attentado ou descobrir crimes.

(...).

Foi desse instrumento que o chefe de policia serviu-se para com a promessa de perdão obter de Olivina, roubador do dinheiro d'alfandega, a confissão de que ficaria ainda com algum dinheiro alem do que havia confessado.

---

<sup>136</sup> Jornal Constituição, 03/12/1871, coluna Noticiário.

Ore que esse meio immoral de traição e dilação fosse empregado pela policia para descobrir o resto do crime ja é uma cousa repugnante; mas o que exede a tudo, e censuramos, é que o chefe pretenda recompensar essa dilação (...) com o perdão do horrivel crime de assassinato e roubo que praticou, pelo qual fora condenado.<sup>137</sup>

Os debates entre os liberais e os conservadores iam muitas vezes a esse extremo, na qualificação de uma mesma pessoa ou no trato de um mesmo assunto. Essa confusão fazia parte do jogo político e talvez essa fosse a única opção – usar os jornais para tudo, para ambas as partes, já que a lei e a justiça funcionavam tão precariamente e um processo contra uma autoridade pública dificilmente teria espaço.

O governo funcionava assim, parcialmente, mas para uma pequena parte da sociedade.

O presidente da província, no exercício das suas funções, era argumentado sobre suas relações com a assembléia provincial. Nesse caso, era a relação do executivo com o legislativo que tinha destaque e que nos indicava novas informações sobre o funcionamento do governo provincial. O jornal Cearense, como oposição ao governo, levantou vários debates sobre essa relação, mas todos os debates indicavam, de uma forma ou de outra, a subserviência da assembléia provincial ao presidente da província. De certa forma era até compreensível essa posição da assembléia, pois, se o presidente atuava em todos os níveis da eleição, ele não descuidaria das eleições para deputado

---

<sup>137</sup> Jornal Cearense, 03/03/1872, coluna Cearense.

provincial e faria de tudo para ganhá-la. Embora a lei fosse facilmente desrespeitada, era preciso uma base legal sobre a qual o presidente conseguia “poderes ilimitados” e concedia favores.

Para o Cearense:

(...). Nem se digas que as assembleias são independentes, que abusam apesar do governo, de uma attribuição constitucional; porque ninguem ignore neste Brasil que taes assembleias são feitorias dos presidentes são instrumentos de suas vontades; somente servem de edictores responsaveis de seus actos inconfessaveis.<sup>138</sup>

O jornal mostra a extensão do centralismo do governo central, que exercia forte influência sobre a assembléia geral. O governo provincial, seguindo o exemplo do central, tratava de subordinar seu parlamento.

O Cearense vai mais além e expõe outras “prerrogativas” da assembléia provincial. Por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos de 1872, o jornal liberal mostra que a assembléia

Distribuiu as substancias da provincia com os amigos, sobrecarregou o povo de impostos, armou a presidência ate os dentes de poderes discripcionarios para reformar a instrução publica, thesouraria provincial,

---

<sup>138</sup> Jornal Cearense, 15/12/1871, coluna Cearense.

secretaria de governo, corpo de policia etc. Eis o que nos legou.

E nem outra coisa devia esperar-se de uma assembleia ilegalmente constituída composta de fosforos e contendo em seu seio criminosos pronunciados. Podia ser tudo, menos representante dos legitimos interesses da provincia, que ela sacrificou á sua propria ganancia.

Que passem os coveiros da provincia (...).<sup>139</sup>

As “prerrogativas” são vastas e sempre ferem o bem público, alimentando os interesses particulares e os desejos do presidente. Pesa sobre elas até a ilegitimidade de sua constituição, mas mesmo assim confere poderes discricionários ao presidente. Tantas reformas na administração pública, como mostra o artigo, acabavam em perseguição aos adversários políticos e particulares.

O presidente da província, apoiado por poderes discricionários emanados da assembléia provincial, pela cumplicidade da polícia, pela enorme debilidade da justiça e pelo governo central, transformou-se numa espécie de rei de uma parte do país, mas de todos esses “reis” que passaram por aqui, na década de 1870, talvez nenhum tenha sido tão combatido como o Sr. Francisco de Assis de Oliveira Maciel, que administrou a província de 07/12/1872 a 12/09/1873.<sup>140</sup>

Por ocasião da exoneração do Sr. Wilkens de Mattos e da nomeação do Sr. Oliveira Maciel, o Cearense mostra que o primeiro deixou a “cadeira da

---

<sup>139</sup> Jornal Cearense, 01/01/1873, coluna Noticiario. Artigos de conteúdo semelhante podem ser encontrados nas edições dos dias 12 e 23/01/1873, na coluna Cearense.

<sup>140</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. A Elite Política do Ceará Provincial. Op. Cit. Pág. 111 e 112.

presidência de tal forma conspurcada”, que os liberais acharam que sua substituição iria custar. Mas a substituição veio e parece que nada mudou, pois o substituto vai “trilhando o mesmo caminho de seu antecessor” e segue esbanjando o dinheiro público e sendo conivente com os abusos de seus agentes públicos<sup>141</sup>. Parece que do Sr. Freitas Henrique até o Sr. Oliveira Maciel a atuação dos presidentes da província só tem piorado. As mudanças que estão ocorrendo na província acirram as disputas da elite política.

A administração do Sr. Oliveira Maciel foi realmente muito criticada e muitos foram os adjetivos empregados; fazemos questão de relacionar alguns para que possamos perceber o quanto as disputas políticas se acirraram na década de 1870. Segundo o Cearense, o Sr. Oliveira Maciel era caprichoso, violento, de espírito acanhado, apegado às paixões partidárias, odioso, patrono dos interesses de seus amigos,<sup>142</sup> sem habilidade para governar,<sup>143</sup> fraco, sem ação e dissipador do dinheiro da província.<sup>144</sup> Se ele era assim, a sua administração trilhava o mesmo caminho, sendo a mais dissipadora do dinheiro público<sup>145</sup>; era reacionária, prevaricadora, violenta, desabusada e despótica.<sup>146</sup> Portanto, para o Cearense,

Ainda não se tinha visto um presidente olvidar tanto o seu dever : ainda não se tinha visto nessa província descer em tão grande escala o nível d’administração.<sup>147</sup>

Mais uma vez adjetivos fortes para expressar o aumento dos conflitos políticos.

---

<sup>141</sup> Jornal Cearense, 12/01/1873, coluna Cearense.

<sup>142</sup> Jornal Cearense, 29/01/1873, coluna Cearense.

<sup>143</sup> Jornal Cearense, 06/02/1873, coluna Cearense.

<sup>144</sup> Jornal Cearense, 16/02/1873, coluna Cearense.

<sup>145</sup> Jornal Cearense, 23/02/1873, coluna Cearense.

<sup>146</sup> Jornal Cearense, 09/03/1873, coluna Cearense.

<sup>147</sup> Jornal Cearense, 13/03/1873, coluna Cearense.

Para finalizar, um último artigo do Cearense a mostrar, de forma primorosa, como política, partido, eleição, administração e centralização misturam-se no funcionamento do governo:

A politica mata a administração, porque sacrifica esta aos interesses d'aquela, e absorve toda atenção do governo.

Esta verdade (...), tornou-se especialmente mais notável depois d'ascensão do partido conservador.

De agosto de 1868 ate hoje, em três annos e meio, o Ceará tem tido dez administrações, cinco efetivas e cinco interinas

(...).

Acresce porem que essa instabilidade, mesmo tem sido o resultado da politica, que gastando esses presidentes em eleições, em montar e desmontar partidos, tornou-se necessário suas rapidas substituições.

(...).

Tudo se pede ao governo, tudo se espera d'elle. É o excesso da centralização criada por nossas leis, que produz de sua vez uma espécie de *cummunismo patriarchal* (grifo nosso).

(...).

O presidente, que quizer administrar no interesse da sociedade, e não das facções, deve considerar-se como um bom pai de família estudando e provendo a todas as necessidades publicas.

(...).

A politica prejudicou a administração; isto é, os interesses da sociedade foram sacrificados ao egoismo partidário.<sup>148</sup>

### 2.3 – O PÚBLICO E O PRIVADO

Vimos que em matéria de política e de governo fazia-se de tudo e por influência da centralização imposta pelo governo imperial, que em alguns aspectos foi amplamente aceita pela elite política, a concentração de poderes nos agentes públicos fazia com que eles tratassem a lei e a justiça como protetorados seus. Aos chefes do poder executivo, imperador e presidentes de província, era atribuída grande parcela da culpa dos excessos de seus agentes, já que eles eram considerados os mandantes ou coniventes com as más atuações de seus comandados.

Vimos, ainda, que à medida que o Império se encaminhava para o fim, por volta da década de 1870<sup>149</sup>, o acirramento das disputas

---

<sup>148</sup> Jornal Cearense, 10/03/1872, coluna Cearense.

<sup>149</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 48-49.

políticas aumentou e os jornais se encarregavam de defender os partidos e suas idéias, e os líderes políticos e seus correligionários. Os debates eram severos na “arena da palavra escrita” e sempre envolviam denúncias de desvios de dinheiro público, patronato, abuso de poder para fins particulares, contratos ilícitos, pensões e indenizações suspeitas e de tudo o mais que era possível para mostrar os erros dos adversários políticos e de suas administrações. Em meio a essas altercações, a moral era valorizada, a honra exaltada, as paixões partidárias rechaçadas, a justiça desejada e as defesas de todos os tipos expostas. Chegava a ser quase um duelo do bem contra o mal.

As ações dos agentes públicos sempre indignavam os liberais, já que na década de 1870 tivemos administrações conservadoras até 1878, embora os liberais também cometessem excessos ao final da década<sup>150</sup>, em meio à crise provocada pela seca de 1877-79. Dos desmandos provocados pelos “chefes”, um era motivo de muita condenação moral: aquele que confundia indecentemente o público com o privado; isso para os liberais era execrável, pois sempre a província era penalizada ou um liberal era perseguido por causa de uma disputa particular.

A promiscuidade entre o público e o privado era criticada praticamente por todos os membros da elite política imperial, como era de se esperar, embora alguns a aceitassem como uma forma de premiação por ter chegado a um patamar de destaque na carreira

---

<sup>150</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 111-112.

política. Essa proximidade fazia parte de sua formação histórica devido à influência de sua genitora – a elite política portuguesa<sup>151</sup>.

A idéia de tratar o Estado como um patrimônio privado fazia um certo sentido para a elite política, formada por indivíduos poucos, selecionados por sua formação e treinamento privilegiados, cuja missão era organizar o Estado. Tanto era assim que trataram de agir nesse sentido, inviabilizando ao máximo possível a participação da maioria no exercício do poder e no uso particular do Estado. Se analisarmos bem, poucos eram votantes, menos ainda eleitores, menos ainda deputados, menos ainda senadores, menos ainda ministros, menos ainda conselheiros, até chegar ao Imperador. É certo que na democracia representativa poucos ocupam as cadeiras do legislativo para que o governo seja viabilizado, mas, no Império, a representação geral da sociedade era comprometida no início do processo eleitoral, devido aos mecanismos de seleção dos eleitores que dependiam da comprovação de renda e do tipo de sexo, fora os meios ilegais. Poucos foram os que votaram e menos ainda os que puderam ser eleitos. Devido a essa perspectiva, de se representar quase que a si mesmo, o Estado foi sendo apropriado como um patrimônio, já que aos poucos “iluminados” que se elegiam devia a Nação alguma coisa; eles eram, junto com o imperador, os

---

<sup>151</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 229. Carvalho diz “(...). Tentei relacionar as características da elite, sobretudo sua homogeneidade ideológica, gerada por educação e treinamento político comuns, com as características do Estado herdado da tradição portuguesa absolutista e patrimonial. Do processo de geração mútua entre Estado e elite resultaram, segundo minha visão, alguns dos traços marcantes do sistema político imperial, quais sejam a monarquia, a unidade, a centralização, a baixa representatividade. A elite produzida deliberadamente pelo Estado foi eficiente na tarefa de fortalecê-lo, sobretudo em sua capacidade de controle da sociedade. Ela foi eficiente em atingir o objetivo de construção da ordem (...).”

responsáveis pela existência do Estado. Reforçando essa idéia, tínhamos outra – o Estado era uma monarquia, então o rei, ou melhor, o pai da nação, no auge do seu poder e responsabilidade, devia presentear seus “filhos pródigos”, mesmo que não abandonassem o lar.

Para Abelardo F. Montenegro,

(...). Quando se qualifica a democracia de relativa, na verdade o que se deseja traduzir é que a sua prática está vinculada ao grau de desenvolvimento do povo. O povo imaturo de uma nação subdesenvolvida não pode praticar a democracia exercida por um povo amadurecido de uma nação industrializada.

Assim sendo, a ação dos partidos políticos cearenses não pode ser desvinculada das características especiais da área. O patrimonialismo, o oportunismo, o horror à oposição, o forte senso de segurança são peculiaridades da política partidária cearense.<sup>152</sup>

Essas características que Montenegro atribuiu aos partidos políticos cearenses e à democracia tem uma forte identificação com o período Imperial. Patrimonialismo e representação limitada, essas são características importantes da elite política do Ceará provincial.

Sobre o funcionalismo público, que concretizava em grande parte as vontades do patrimonialismo por conta das infindáveis nomeações, José Murilo de Carvalho faz a seguinte observação:

---

<sup>152</sup> MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980, p. 10.

Há aqui dois aspectos interessantes a examinar. O primeiro refere-se aos aspectos patrimoniais em si, isto é, à indistinção entre a administração e a política, entre o particular e o público.

O segundo refere-se ao sentido que essa indistinção possa ter para a burocracia, para o Estado e para a sociedade.<sup>153</sup>

O que pretendemos saber nesse item é como ocorre essa relação entre o público e o privado na década de 1870 e como ela é vista pela imprensa. Mais uma vez serão analisados os debates político-jornalísticos, que envolvem questões sobre a moral, sobre o excesso de funcionários públicos, sobre as perseguições e sobre o mau uso do dinheiro público.

A forma confusa de o público se conciliar com o privado pode ter uma multiplicidade de exemplos. Um dos mais comuns pode ser representado pelas ações da polícia, uma instituição pública, mas reconhecidamente a favor das vontades partidárias e dos interesses particulares. A polícia executava um “serviço litúrgico”.<sup>154</sup> Um exemplo dessa ação partidária e particular da polícia diz respeito aos “Negócios

---

<sup>153</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 126.

<sup>154</sup> Id. Ibidem., p. 118-125. Segundo Carvalho: “A incapacidade do Estado brasileiro de chegar à periferia é bem ilustrada pelos compromissos que se via forçado a fazer com os poderes locais. No Brasil, como nos exemplos históricos descritos por Weber, o patrimonialismo combinava-se com tipos de administração chamados litúrgicos. Na ausência de suficiente capacidade controladora própria, os governos recorriam ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais, em troca da confirmação ou concessão de privilégios”. Nesse exemplo de serviços litúrgicos se enquadravam os oficiais da Guarda Nacional, os delegados e subdelegados. Carvalho diz ainda que: com lei de “3 de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo Criminal de 1832”. (...). Os delegados e subdelegados (...), tinham poder para dar buscas, prender, formar culpa, pronunciar e conceder fiança. (...). Essa situação durou em sua plenitude até 1871, quando a lei de 1841 foi modificada no sentido de tirar dos delegados as atribuições judiciárias, permanecendo, porém, as policiais”. Essa retirada das atribuições judiciárias dos delegados talvez tenha custado a ser respeitada, pela longa duração da lei anterior, assim como pela incapacidade de fiscalização por parte do Estado, já que as autoridades policiais e judiciárias normalmente defendiam um mesmo partido e seus interesses.

do Caninde”. São várias matérias no mês de maio de 1871, quando o Cearense aborda os desmandos “da polícia do Sr. Lucena”, sobre a prisão ilegal de José Antônio de Sousa Uchoa, que mesmo sendo despronunciado pela justiça foi preso à força. Para o Cearense, a prisão foi devida à condição do sujeito de ser um liberal e ter desagradado a outros conservadores. Segundo o periódico liberal:

O Sr. Lucena é forca confessar em sua commissão em Caninde, não assumiu aquela attitude grave o enérgica do alto funcionario, que procura inspirar-se no amor da justiça e respeito as leis.

Ao serviço das paixões ruins que animam os mandões da terra, o Sr. Lucena, presta-se dócil a todos os maneios por mais ignominiosos que sejam no intento, provavelmente de exhibir prova (...) homenagem aos seus novos amigos e correligionarios Cruzes. Precipitando na carreira das prevaricações (...) o Sr. Lucena procura com indignidade, sem nome justificar os seus absurdos (...).<sup>155</sup>

O Cearense denuncia os abusos da policia, que está “ao serviço das paixões ruins”, e apóia a decisão do Sr. Jose Antonio de resistir à prisão, como aparece na matéria do dia 10/05/1871.

Estão no dominio publico os problemas do Fechado, em Canindé: (...).

E as tropelias, violências, e depredações da policia do Sr. Lucena, subseqüentes aquelles factos, commetidos a pretexto de prender a Jose Antonio de Sousa Uchoa.

O estudo desapaixonado dos factos hade convencer a todos os homens de boa fé de que – Jose Antonio estava em

---

<sup>155</sup> Jornal Cearense, 03/05/1871, coluna Communicado.

seu direito não consentindo de ser preso – : de que – a policia mal avisada foi leviana e imprudente, (...) contra a liberdade individual e o direito de propriedade.<sup>156</sup>

A defesa da liberdade individual e da propriedade foi um motivo justo para a resistência à prisão. O motivo foi nobre, quase sagrado, e foi de encontro às vontades de um chefe de polícia que não foi uma “autoridade imparcial, prudente, de espírito calmo e reflectido”<sup>157</sup>. A imprudência e o abuso da polícia, que servia a necessidades particulares, fez com que o problema acabasse em tragédia, pois um policial foi morto e o oficial responsável foi ferido. Para o jornal, o despotismo estava imperando.<sup>158</sup>

Os problemas do Canindé revelavam a violência e os desmandos do poder público, que reinavam no interior da província, mas este estava longe de ser o único caso. Um outro caso, agora nos Inhamuns, mostra novos atritos entre liberais e conservadores. Para exemplificar o problema, o Cearense aborda o caso do Sr. Prisciliano, de Tauá, que estava sendo perseguido pela família Fernandes Vieira, “os carcará”, desde que ele, acabado o seu período como juiz de paz, resolveu ser advogado da família Feitosa.<sup>159</sup> Para os liberais,

Há quatro mezes levantou-se no Inhamum, pelas autoridades das comarca, um brado de perseguição e extermínio aos nossos amigos d’aquella localidade.

---

<sup>156</sup> Jornal Cearense, 10/05/1871, coluna Collaboração.

<sup>157</sup> Jornal Cearense, 12/05/1871, coluna Cearense.

<sup>158</sup> Jornal Cearense, 14/05/1871, coluna Cearense.

<sup>159</sup> Jornal Cearense, 24/05/1871, coluna Cearense.

Desde então sucedem-se, os excessos de todo o genero;  
cada um capanga dos Srs. Fernandes Vieiras é um agente  
policia! (...).

(...) os nossos amigos (...) tem-se limitado a pedir a  
administração garantias de vida (...).

Hoje que se acha á testa do governo da provincia um  
cearense (...) appellamos para os sentimentos de  
honestidade, tolerância e patriotismo que o devem  
caracterizar.<sup>160</sup>

Além de ser advogado da família Feitosa, o Sr. Prisciliano era acusado  
de ser pronunciado pela justiça; com certeza esse era o motivo  
secundário, que foi utilizado como meio legal para implementar a sua  
perseguição.

O problema dos Inhamuns, que envolveu liberais e  
conservadores, mostra quanto era renhida a disputa política no  
interior. Vimos que um liberal, que era perseguido pelos  
conservadores “miúdos”, pedia ajuda aos seus correligionários liberais  
da capital, e estes, pediam a um conservador “graúdo”, que  
intercedesse com honestidade, tolerância e patriotismo, para que a  
vida dos liberais fosse garantida. O artigo mostra que autoridades  
constituídas, possivelmente delegados e subdelegados, escapavam  
ao controle do presidente interino da província, o comendador  
Joaquim da Cunha Freire. As relações políticas no interior tornam-se  
mais particulares ainda, já que os agentes públicos talvez fossem mais  
facilmente seduzidos ou coagidos e mudassem informalmente de lado  
político. A proximidade indevida do público com o privado muitas

---

<sup>160</sup> Jornal Cearense, 17/05/1871, coluna Cearense.

vezes podia esbarrar em uma questão prática – a garantia da própria vida.

Em outro artigo, que revela a proximidade conveniente do público com o privado, ainda envolvendo a polícia do Dr. Lucena, vemos o desrespeito contundente da lei, de fins de 1871, que tirou da polícia a competência para processar.

Se a actual administração provincial não quer deixar continuar a dictadura policial do chefe commendador Lucena, é tempo de restabelecer o regimem legal.

(...).

Ahi esta o subdelegado da capital o ex-portuguez Carneiro prendendo, espancando, e processando, não obstante a lei de 20 de setembro do anno findo, que tirou da policia a competencia para processar.<sup>161</sup>

Complementando o artigo anterior, na mesma edição e na mesma coluna, com o titulo “Ainda a policia”, temos um outro que expõe o principal efeito desses excessos da policia que garantem os desejos particulares:

A policia depois de sua preleção de opposição pretende justificar o facto deponente á nossa civilização do crescimento espantoso dos delictos á despeito dos recursos á sua disposição para garantir os direitos do cidadão.

(...).

Os vossos agentes são instrumentos de vossa politica odienta, mesquinha, seu fim é criar, ou dar força a

---

<sup>161</sup> Jornal Cearense, 22/02/1872, coluna Cearense. Esse artigo tem como título “A policia”.

parcialidade á que vos dedicastes e não a garantir os direitos do cidadão.

Vemos que a polícia tem que cumprir a lei e não cumpre, que ela não pode processar e processa, que ela tem que defender o cidadão e não defende. Os liberais, como é próprio do jogo político, carregam na dramaticidade das denúncias, e clamam pela intervenção da administração da província, apesar de reconhecerem a parcialidade da polícia a favor de uma facção política. A análise da parcialidade da polícia e a sua denúncia não são apenas endereçadas para a administração da província, elas se destinam também e principalmente aos (e)leitores, que participavam dessas disputas mandando correspondências para os jornais<sup>162</sup>.

A defesa dos conservadores do Constituição é sempre pautada no “erro de interpretação” ou mesmo na “mentira” que a oposição pode contar contra a administração “graúda” e seus representantes. Os conservadores defendem suas ações, curiosamente, em nome da justiça e do serviço honrado, próprio dos agentes públicos. Foi assim que o Constituição, por conta da eleição de 17/12/1781 para deputado provincial, saiu em defesa do delegado de Imperatriz, Rufino Borges da Fonseca, acusado pelo Pedro II de ter usado a força pública na eleição. Segundo o Constituição, o delegado reuniu as tropas, depois de saber do boato de que um sujeito chamado Braga do Arraial marchava em direção à vila com duzentos homens armados. Como o

---

<sup>162</sup> FERNANDES, Ana Carla S. *A Imprensa em Pauta: entre as contendas e as paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição, na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 30.

juiz de paz não apareceu para encaminhar a eleição, o delegado dispersou, pelo bem da ordem publica, a multidão que se aglutinava na praça da Igreja e a quantidade de gente reunida.<sup>163</sup>

A eleição fraudulenta também mostra a atuação da polícia reforçando o envolvimento do público com o privado. As perseguições implementadas pela polícia dificilmente escapavam à luta de liberais com conservadores, ou melhor dizendo, à luta político-partidária, já que existiam as dissidências internas dos partidos.

O último artigo liberal citado toca discretamente em um assunto que constitui um outro exemplo comum de conciliação ilegal do público com o privado: o destino do dinheiro público. Esse destino tem fins variados, sendo um deles o da proximidade do dinheiro público com os jornais partidários.

O Constituição de 13/08/1871 responde uma denúncia do Jornal da Fortaleza (liberal), que o acusa de se aproximar indevidamente da administração pública para seu usufruto. Para o Constituição,

Aproveu afinal ao Jornal da Fortaleza atirar-nos mais uma infamia por entre as vis diatribes (...), sob a influencia de compra ou perda, meio ignobil com que o poder so costuma aproveitar as penas venaes e mercenárias.

Com efeito não sabemos que outra traducção possa ter essa coarctada do Jornal, que tem sido testemunha da maneira independente, porque nos temos portado diante das administrações (...).

Também não podemos comprehender como somos hoje levados a praça publica como vendidos ao dinheiro de S.

---

<sup>163</sup> Jornal Constituição, 04/01/1872, coluna A Pedido.

Exc., que hontem era proclamado uma e mil vezes como subordinado aos nossos caprichos e conselhos (...).<sup>164</sup>

A defesa do Constituição é curiosa; ele é independente no trato das administrações que defende, e faz isso por virtude e não por dinheiro. Ele se livra da acusação de que é vendido aos recursos da província de forma até simples, mas engenhosa, revelando uma contradição do Jornal da Fortaleza, que havia afirmado que os conservadores do Constituição são mandantes do governo e agora diz que são mandados pelo governo.

Essa relação suspeita do Constituição com o dinheiro público aparece em uma edição do Cearense, que reproduz um artigo do Pedro II, em que o Barão de Taquary favoreceu ao Constituição em detrimento do Pedro II, quando cancelou o contrato que tinha com este último para publicação do expediente do governo. De acordo com a matéria:

Ja que S. Exc. tem dado tão triste idea de si, é tão pouco escrupuloso á respeito dos dinheiros públicos, e tão avesado em arranjar patotas para si e para os seus, deve ser mais franco em seus actos.

Pague á Constituição com dinheiro da província um serviço que estavamos fazendo gratuitamente.<sup>165</sup>

---

<sup>164</sup> Jornal Constituição, 13/08/1872, coluna Constituição.

<sup>165</sup> Jornal Cearense, 17/12/1871, coluna Cearense. Na edição do Cearense de 22/02/1872, na coluna Noticiário, sob o titulo de “contratos á capucha”, essa questão do cancelamento do contrato do governo com o Pedro II é novamente abordada. O que o Pedro II fazia de graça, vai custar agora aos cofres públicos 1:800\$000 reis.

O motivo do cancelamento do contrato entre o Pedro II e o governo foi o não cumprimento de uma cláusula, por parte do jornal, que o proibia de criticar o governo. Aqui, duas questões merecem ser destacadas: a primeira diz respeito à quebra do contrato, a lei foi cumprida fielmente para afastar os conservadores “miúdos” do governo; a segunda diz respeito à independência defendida pelo Constituição no artigo anterior: como ser independente tendo que cumprir uma cláusula que proíbe o jornal de criticar o governo? Como os eleitores tomavam parte nessas disputas tão complexas? Essa resposta vai além da proposta deste trabalho, mas sua investigação seria interessante para sabermos sobre a formação da consciência política dos eleitores na província do Ceará.

Além desse contrato cancelado com o Pedro II e firmado com o Constituição, que custou caro à província, o Cearense denuncia ainda outro, firmado irregularmente entre o governo e a folha conservadora “graúda”. Trata-se da publicação de centenas de exemplares do relatório do ex-presidente da província, o Barão de Taquary, que a essa altura já havia sido substituído pelo Sr. Wilkens de Mattos.

No expediente do governo lê-se um despacho da presidencia mandando a thesouraria provincial pagar ao gerente da “Constituição” a quantia de 180\$000, importancia de 400 exemplares do relatório do ex-presidente Barão de Taquary.

Esse contrato foi celebrado clandestinamente, não chamou-se a concorrência das outras officinas typographicas, receando-se talvez que algumas d’ellas se propuzesse a fazer esse trabalho com mais vantagem para os cofres provinciaes, tirando assim essa gorgeja á folha do Sr. ministro da guerra.

Quanta immoralidade! Arranjos na corte, arranjos! O que admira é que o Sr. commendador Wilkens de Mattos se tenha prestado a ser aqui o mediador d'esses arranjos.<sup>166</sup>

Mais uma vez o Cearense faz um apelo à moral, à honestidade e à responsabilidade na condução dos negócios públicos, que estão a favorecer particulares, onerando demasiadamente a província e, o mais grave, com o aval do presidente da província.

O mau uso do dinheiro público é denunciado também em outras práticas imorais como a concessão da ajuda de custo para o Barão de Taquary voltar ao Rio de Janeiro,<sup>167</sup> o pagamento indevido de dois contos de reis a três empregados da tesouraria provincial por serviços prestados além da hora de trabalho<sup>168</sup> e o desvio do dinheiro da Santa Casa pelo seu diretor.<sup>169</sup>

Um outro exemplo de desvio do dinheiro público para fins particulares, sempre muito suspeito e criticado pelo Cearense, era a concessão de indenizações. Por ocasião da concessão de uma indenização à viúva do tenente-coronel Franklin, o Cearense analisa assim a situação.

Consta-nos ter sido sancionada a lei, que autoriza o presidente a a mandar pagar á viuva do tenente-coronel Franklin a quantia de dois contos e tanto como indenização

---

<sup>166</sup> Jornal Cearense, 03/03/1872, coluna Noticiario.

<sup>167</sup> Jornal Cearense, 11/02/1872, coluna Cearense.

<sup>168</sup> Jornal Constituição, 11/01/1872, coluna Constituição. Trata-se da defesa do Constituição a uma denúncia do Pedro II.

<sup>169</sup> Jornal Constituição, 13/03/1873, coluna A Pedido. Nessa edição o Constituição publica a defesa do diretor da Santa Casa, Vitoriano Augusto Borges, depois de ter sido acusado pelo Cearense de desviar o dinheiro da instituição, com o amparo do governo. O Cearense não quis publicar a defesa do diretor da Santa Casa.

por supostos prejuizos no seu sitio Monguba, atravessado  
pela estrada de Pacatuba em 1863.

O Sr. Oliveira Maciel inicia seu governo com um ato, que  
importa em verdadeira doação dos dinheiros públicos.

(...).

É que essa corporação (Assembléia Provincial – grifo meu)  
ocupando-se quase exclusivamente de arranjos para os  
respectivos membros não podia repelir essa patota, tendo por  
patrocinadores principais na assembléia quatro deputados:  
um neto, um genro, um sobrinho e um irmão do cunhado da  
viuva.

(...).

Juizos temerarios se formam a respeito. Diz-se que o  
presidente recebeu imposição para aprovar a patota, sob a  
pena de lhe ser negada a lei do orçamento.<sup>170</sup>

Esse artigo mostra como era próxima a relação do público com o  
privado, nesse caso, uma “relação consangüínea”. Temos nesse  
artigo, de uma só vez, o envolvimento de poder legislativo, do poder  
executivo e do “poder particular”, com o fim único de satisfazer uma  
ação ilegal às custas do dinheiro público. Para o Cearense, é certa e  
verdadeira essa “patota”, como se não houvesse suspeita no jogo  
político. Incrementando ainda a indenização ilícita, os liberais  
denunciam a chantagem de um poder sobre outro, relação não  
incomum nas práticas de governo. Tudo leva a crer que se quatro  
deputados ameaçaram barrar a lei do orçamento é porque eles devem  
ter tido o apoio dos colegas, que também já devem ter se servido do  
mesmo expediente em outros momentos. Devemos, no entanto, ficar

---

<sup>170</sup> Jornal Cearense, 09/01/1873, coluna Cearense.

atentos de que a Assembléia Provincial não gozava de tanta independência assim, pois os poderes do presidente da província eram largos, mas as disputas se davam de forma intensa.

O relacionamento do legislativo provincial e municipal com o dinheiro público é apreciado em outro artigo do Cearense, que revela o poder dessas instituições e de seus membros, a elite política.

Segundo o Cearense, sob o título de “Grande Ladroeira”, a assembléia provincial e as câmaras municipais estão se apropriando vergonhosamente do dinheiro público, como mostra o artigo abaixo:

Esta situação celebra-se pela corrupção, pelo rebaixamento dos caracteres e mais que tudo pela dilapidação em grande escala dos dinheiros públicos. Na capital uma assembléia que não representa os legítimos interesses da província, converte-se em perfeita chancelaria e divide entre si e seus assecias as rendas provinciais: pelo interior as câmaras, verdadeiros conventilhos, que dilapidam à mãos largas os dinheiros municipaes.<sup>171</sup>

As situações que envolviam o desvio de dinheiro público para fins particulares eram muito condenáveis, por liberais e conservadores, como também o bom uso dinheiro era igualmente louvável e podemos dizer que até raro. Para o Constituição, na abertura dos trabalhos da Assembléia Provincial, o comendador Cunha Freire deu uma prova de honra e dever cívico, ao doar o

---

<sup>171</sup> Jornal Cearense, 16/01/1873, coluna Noticiário.

dinheiro a que tinha direito, como administrador da província, em prol de causas humanitárias.

Depois da leitura da Falla do Exm. presidente da província teve lugar a festa de manumissão por conta dos (...) vencimentos a que tinha direito o commendador Cunha Freire (...) a qual S. Exc. applicara á esse fim humanitario.

Alforriaram-se nessa occasião 4 escravos (...).

Donativo – O Exm. Sr. commendador Cunha Freire ainda desta offereceu os vencimentos a q' tinha direito como administrador da provincia (...) para serem applicados em beneficio do collegio de orfãos desta capital.

É mais um acto de louvavel philantropia do Sr. commendador Cunha Freire; é mais um beneficio que de sua administração proveio para uma das mais uteis instituições da provincia.<sup>172</sup>

Esse ato ilustre do Comendador Cunha Freire é mostrado pelo Constituição como uma virtude que caracteriza os conservadores da província. É sem dúvida difícil para o eleitor ler nas entrelinhas de tão complexa disputa política, que utiliza cenas bem descritas, palavras de impacto e a verdade do jornalismo para seduzir os eleitores.

O problema da proximidade reprovável do público com o privado tem muitas formas de expressão capazes de gerar debate, como foi colocado anteriormente. Dessas, uma era alvo constante de denúncias – o patronato.

---

<sup>172</sup> Jornal Constituição, 05/07/1871, coluna Constituição.

O Cearense revela, em edição do 16/01/1873, no que consiste essa ação, o patronato, que tanto fere a moral pública. Esse era o período da administração do Sr. Francisco de Assis de Oliveira Maciel, o mais “patoteiro” de todos os presidentes que a província já teve até então. O artigo diz que:

Consumou-se o escândalo.

O Sr. Oliveira Maciel sem esperar o resultado dos trabalhos da comissão nomeada para rever o regulamento de sua secretaria, acaba de fazer as nomeações para os lugares ali criados.

Chefe de seção o bacharel Jose Piauhilyno Mendes Magalhães (...).

(...).

O Sr. Piauhilyno, deputado provincial, que confeccionou a lei, é um dos nomeados, carece de habilitação para bem desempenhar as funções do importante cargo para que foi aproveitado; um dos amanuenses é seu sobrinho (...).

Escandaloso Patronato.<sup>173</sup>

O patronato é vergonhoso, tem o consentimento do presidente da província e se faz a despeito das habilidades técnicas. Devemos perceber que uma comissão foi formada para rever o regulamento da secretaria de governo, mais uma necessidade legal para justificar o desejo de fazer do “chefe”. Para que o ato do chefe fosse aprovado, não importava o estudo nem tampouco o parecer desse estudo, mas sim a sua justificativa legal. Mas parece que, não agüentando a

---

<sup>173</sup> Jornal Cearense, 14/01/1873, coluna Noticiário.

ansiedade das nomeações, o Sr. Oliveira Maciel desconsiderou os trabalhos da comissão.

A prática do patronato é mostrada ainda numa área que talvez ainda sofra suas conseqüências – a educação. O Cearense afirma que:

O Ceará que tem até hoje caminhado desassombrado vendo sua receita equilibrada com a despesa vai ficar este anno em circunstancias difficeis de resolver seus compromissos.

— (...).

Outra grande fonte de despesa criada este anno é o argumento das cadeiras de instruccão primaria.

— (...).

Cadeiras por toda a parte; o patronato influido escandalosamente; o governo fazendo jogo com a promoçõ dos professores (...).<sup>174</sup>

As cadeiras de instruccão primária são “moeda de troca” no cenário político provincial, elas são negociadas em função dos acordos, dos apadrinhamentos existentes entre a elite política e seus correligionários. O aumento do número de cadeiras não se faz pelo bem da educação e sim pelas necessidades políticas, e sem se levar em consideração, de forma séria, o aumento das despesas da província. Mais uma vez presenciamos o distanciamento entre o real e o formal no trato das questões públicas. De fato, a educação sempre

---

<sup>174</sup> Jornal Cearense, 19/01/1873, coluna Cearense.

precisou de investimentos, mas não a esse custo econômico, político e social tão elevado.

O Sr. Oliveira Maciel usa do patronato para presentear não só os correligionários mas também os seus. Para o Cearense,

O Sr. Oliveira Maciel também conseguiu embarcar sua patota no orçamento provincial.

Como todos sabem, o primeiro acto de S. Exc. ao assumir a administração da provincia, foi arranjar no lugar de seu official de gabinete um parente e afilhado que trouxe em sua companhia.

Esse acto do Sr. Maciel revelou que desde logo que S. Exc. vinha fazer aqui uma administração para arranjos de família, erigindo o filhotismo em sistema de governo (...).<sup>175</sup>

O Cearense nos forneceu uma boa definição de patronato, ou melhor, de como ele era percebido na época: administração para arranjo de família e filhotismo em sistema de governo. Qualquer que seja a definição, o público favorecia o privado com uma enorme e infinita condescendência.

Os liberais não escaparam do andor que suportava a improbidade da relação do público com o privado e, no ambiente da seca de 1877, serão eles que terão que se defender contra as acusações do Constituição, que durante quase toda a década de 1870 reafirmava e defendia as ações dos conservadores, ressaltando o cumprimento honrado do dever.

---

<sup>175</sup> Jornal Cearense, 31/01/1873, coluna Noticiário.

A maior parte da elite política provincial se posicionava com “fé” e certeza, quando se tratava da crítica em relação a promiscuidade do público com o privado, mas o discurso se distanciava da prática e suas ações eram dúbias, dado o embate de denúncias e defesas entre liberais e conservadores. Estes defendiam seus interesses, fossem legais ou ilegais, levando-se em conta, é claro, que público e privado são palavras próximas na época Imperial.

Seja nas ações da polícia, da imprensa ou do governo (patronato), o público confundia-se com o privado para a formação de um todo, e colocava a elite política em disputa constante pelo poder e pelo controle da sociedade, ao mesmo tempo que a preparava para as mudanças.

## **CAPÍTULO 3 – A ELITE POLÍTICA EM RE(AÇÃO)**

### 3.1 – A CRISE

Neste item discutiremos um outro importante aspecto da elite política cearense na década de 1870: a idéia de crise.

Freqüentemente associada à seca de 1877-79, a crise foi também evidenciada no início da década, quando a produção algodoeira enfrentou problemas sérios por causa da concorrência da produção dos EUA, após a Guerra de Secessão<sup>176</sup>. Essa idéia de crise, que

---

<sup>176</sup> GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947, p. 223-224. Girão reproduz uma longa passagem do livro de Rodolfo Teófilo, *História da Seca do Ceará*, em que é contrastado o clima de euforia e depressão vivido pelos cotonicultores cearenses, durante e depois da Guerra de Secessão, respectivamente. Segundo Teófilo “(...) Em 1871, restabelecida a paz nos EUA, começou a baixar o algodão. Negociantes e lavradores tentaram arcar com a crise, abrindo novas e imensas lavras que produzem 7.906.944Kg, e o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O ricaço de ontem estava com as

parece ganhar corpo a partir da década de 1870, é tão recorrente para a elite política cearense que percebemos a insistência em se falar dela, num discurso que define o Ceará como um espaço sujeito a crises periódicas, provocadas, principalmente, pelas secas.

O Ceará nesse momento, década de 1870, é visto ainda como parte de uma grande área do país, também em crise e ainda muito difusa – o Norte. O Norte, por sua vez, seria um bloco de espaços (províncias) e sentidos em formação e inserido numa área mais ampla, a Nação. O Norte, em carência permanente, seria a oposição flagrante do Sul, em fartura; em outras palavras, a província do Ceará, em crise, seria o oposto da província do Rio de Janeiro, em fausto. Segundo

Rosa Maria Godoy Silveira:

(...) a idéia de um bloco diferenciado dentro do Estado brasileiro – o Norte, em relação a um espaço provincianizado, que transparece na expressão Província do Norte, configurando este rótulo Norte, acima daqueles cortes provinciais, e cuja estrutura comum é a crise decorrente da falta de capitais, da perda de mão-de-obra, da insuficiência e inadequação da infra-estrutura (estrada, ferrovia, aparelho portuário etc.), a que se acresce um fator providencial ou climático: a seca.<sup>177</sup>

---

propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários (...).” Nos anos posteriores a 1871 o algodão continuou a trazer receitas para a província, embora em níveis menores, mas ainda assim suficientes para uma mudança na economia e em Fortaleza. Novamente a cultura do algodão enfrentaria problemas com a seca de 1877-79.

<sup>177</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “A Questão Regional: Gênese e Evolução”. In: *Ciência Histórica*. João Pessoa: nº 1, 1984, p. 05. Essa observação de Silveira é baseada em Gadiel Perrucci (“A formação histórica do Nordeste e a Questão Regional”. In: MARANHÃO, Silvio (org.). *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.), e tem como fundamento o espaço açucareiro, tendo como centro Pernambuco, tanto que a seca aparece como algo secundário; embora a referência maior do trabalho de Silveira seja o espaço açucareiro, muitas de suas observações podem ser notadas na província do Ceará e no discurso de sua elite política, onde preponderavam a seca, a pecuária e o algodão, que na década de 1870 vão passar por crises.

A idéia de crise sempre levava a uma diferenciação espacial, a uma articulação regional e a uma relação com o nacional. Vários serão os espaços definidos com a crise: a Nação, o Norte, o Sul e as províncias.

A elite política cearense vai ter na idéia de crise – não só econômica mas também política, social e moral – um elemento poderoso que se revela muito prestativo para a sua definição, coesão, organização e ação. Apesar de a crise provocar essa proximidade entre a elite, os debates políticos não foram amenos na época em que elas ocorreram devido às constantes disputas entre conservadores e liberais. Era uma disputa controlada, como talvez tenha sido em todo o período Imperial. A elite, portanto, teve que se unir, apesar de suas diferenças políticas, para elaborar um discurso complexo de solidariedade e de ocultação da dominação, que pudesse seduzir principalmente os grupos de menor poder aquisitivo. Tal atitude reforçou sua legitimidade junto à sociedade e ao governo, para a elaboração de planos que resolvessem ou minimizassem as crises e garantissem seus interesses<sup>178</sup>.

Na década de 1870, como já foi dito, a crise é representada principalmente pela seca de 1877-79. Essa seca impôs duras provações à população cearense e à elite política em particular – um desafio de manter o poder sob seu controle. Foi preciso que a elite se digladiasse nos debates políticos, se relacionasse com o governo provincial e central, e prestasse socorro diferenciado à população: comida e trabalho para os desvalidos, e segurança pública e defesa

---

<sup>178</sup> Id. Ibidem., p. 09-10.

do patrimônio para a população de maior poder aquisitivo. Para Maria

Arair Pinto Paiva:

As secas, devastando a natureza e criando uma situação socioeconômica precária na Província, afetaram o sistema político sob um tríplice aspecto: o da intensificação de sua dependência ao governo central, o do favorecimento da barganha e da corrupção nas eleições e o da organização de uma ação conjunta das elites parlamentares nordestinas para pressionar as autoridades imperiais.<sup>179</sup>

Essa idéia defendida por Paiva sobre os efeitos da seca no sistema político, numa das conclusões de sua obra, é privilegiada por causa das possibilidades argumentativas, pois ela mistura os aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos durante esse período dramático de seca, e ainda abre espaço para pensarmos as questões morais, que se revelam no desvio do dinheiro público e no atendimento inadequado aos flagelados.

Considerando ser a idéia de crise algo importante para podermos avaliar a elite política cearense exercendo seu poder de mando, de organização política, enfim, de seu poder de ação, o nosso esforço voltar-se-á para responder uma pergunta: o que é a crise para a elite política da província do Ceará na década de 1870? A resposta irá abordar varias situações, já que a idéia de crise tem um significado amplo.

A seca é uma situação de crise que é percebida aos poucos na província do Ceará e se espalha progressivamente, como se fosse uma epidemia, avançando com o “único objetivo” de destruir. Todavia, só se torna calamidade quando grande

---

<sup>179</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 202.

parte da província se submete, de alguma forma, a esse flagelo. Devemos considerar, ainda, que a avaliação da crise provocada pela seca é sempre abordada em nível local, provincial e nacional, pelos jornais pesquisados; cada instância de governo tem certas responsabilidades na solução da crise, embora a dependência do governo central seja a mola propulsora do movimento de solução dos problemas provocados pela seca.

Devido à centralização do poder, que orientava a administração pública do Brasil Império, era preciso sempre considerar o auxílio do governo geral para a solução das crises. Sendo comandado pelos conservadores, o governo central e a política imperial eram assim descritos pelos liberais do jornal Cearense, no início do ano de 1877, em um artigo chamado “O estado do paiz”:

Em nosso anterior artigo apreciamos em synthese rapida e imperfeita a decadencia, em que de dia em dia se submerge o paiz, dirigido cegamente por um bando áulico, sem raizes na opinião, divorciado de todos principios e maximas de um bom governo, procurando apenas aquietar o interesse inconfessavel de seus apaniguados, sem mira no bem publico, e só visando o – *serva te ipsum*. Mas quanto ficamos a quem da realidade! Como essa decadencia sobrepuja e excede a tudo o que se pode ver e contar.

Quando a politica declaradamente se affasta da moral, é certo e inevitável o abastardamento dos bons costumes, imprescindível o desvio dos sentimentos elevados e generosos, o senso moral deturpa-se da sociedade só fica em pe o esqueleto disforme para attestar apenas a sua degradação e ruina.

(...).

Parece-nos que a phase actual é uma d'aquellas, em que a soffreguidão de chegar mais depressa a esta conclusão triste e tormentosa tem-se manifestado franca e abertamente por todos os meios de acção, conculcando-se a liberdade, espoliando-se o cidadão de seus mais sagrados direitos e

reduzindo a opinião publica de um paiz constitucional representativo á mero instrumento da vontade de um só homem.

(...).

A responsabilidade ministerial tem sido até hoje uma burla completa (...).

(...).

Com uma tal theoria de governo constitucional temos chegado a situação, em que ora se debate o paiz, (...) agora sujeito a novo despotismo e despotismo constitucional, o que parece absurdo, mas é simplesmente a verdade.

E como um tal estado de cousas só pode manter-se pela inversão mais flagrante dos principios da ordem social; vem d'aqui que a maioria dos representantes dos poderes publicos, constituídos e consagrados pela constituição, são alliciados da turba multa, que reje-se em face do poder, afagando-lhe as paixões, applaudindo-lhe os desvios e menoscabando da condição do povo, que paga os mais pesados impostos, que apenas servem para fortalecel-os na empresa de arruinar o estado e escravizar a patria pela miseria e desolação.

(...).

(...) que a representação nacional, não fosse, como tem sido, ate hoje, filha de uma pura comedia (...). Quando em uma sociedade tudo disvirtua-se, força é esperar alguma coisa de uma nação que estabeleça e funde de novo o equilibrio moral e politico.<sup>180</sup>

Esse artigo expõe a situação do país, marcado pela centralização do poder que, segundo a folha liberal, favorece a decadência moral e política. Um bando (conservadores), distanciado dos bons princípios e próximo dos favores pessoais, está empurrando a sociedade para o abismo, com a condescendência do contraditório sistema de governo que mistura despotismo e constitucionalidade. Para os liberais, os representantes da nação (conservadores) patrocinam a comédia da representação política, transformam os ministros numa burla e invertem os princípios da ordem social. Sofre com tudo isso o povo, que paga imposto, e o país; só com um novo equilíbrio moral e político toda essa situação chegaria ao fim. Segundo os liberais, a época era de caos, tudo estava em “desequilíbrio”. Essa forma, talvez exagerada, de mostrar o país é compreensível, se levarmos em consideração as disputas entre liberais e conservadores. Mas a crítica foi forte e devemos avaliá-la como um indício do acirramento crescente das disputas políticas entre a elite cearense e mesmo nacional, nesse final de Império.

Devemos atentar ainda para alguns limites presentes no artigo, aqueles representados pelas idéias de país, povo, representação nacional e equilíbrio moral e político. Que país é esse, marcado pela união ou pela divergência das províncias e do povo? A que povo o artigo se refere, só aos que pagam impostos? E o restante? Qual o alcance da representação nacional? Será que a comédia que ela sustenta não estaria mais nas leis que a definem, onde os liberais e os conservadores estão do mesmo lado, do que no seu efetivo exercício? E o equilíbrio moral e político, quando isso existiu satisfatoriamente, se é que em algum momento existiu no Império? Esse equilíbrio não seria mais um discurso unilateral da elite política que, mesmo se digladiando e clamando por isso, nunca se interessou de fato num amplo equilíbrio moral e político? As argumentações colocadas aqui serão avaliadas ao longo dos três itens que fazem parte deste terceiro capítulo, mas já podemos perceber que a crise não pode ser avaliada somente em si; ela traz consigo uma multiplicidade de temas que com certeza não serão esgotados nesse estudo e nem é essa a nossa pretensão.

A situação de crise política é reforçada em muitos outros números do Cearense, em que não só a situação política de 1877 é abordada mas também a do ano anterior, como ocorreu em uma série de três artigos de fevereiro de 1877, que receberam o título de “Retrospecto político de 1876”. Nesses artigos, que são a parte final de uma longa matéria comparativa sobre a historicidade política das Américas e da Europa, o Brasil foi tratado de forma particular. Vale destacar que em muitos momentos dos dez artigos, escritos com o título citado, os problemas das províncias eram tratados, em especial a do Ceará. Podemos observar a relação entre a situação política de 1876 e a de 1877 e destacarmos a crise política como algo comum a esses dois anos. Para os liberais:

---

<sup>180</sup> Jornal Cearense, 06/01/1877, coluna Collaboração.

O Império sul-americano atravessa uma quadra fatal para os seus destinos.

Mal despido das faixas infantis, já traz a fonte encanecida e vergada para o chão; e no coração desse septicismo sombrio que se alimenta do fel e das impuresas sociais.

Uma encaravel cachexia moral o atormenta dia e noite; e nos poucos instantes que reage contra o mal, apenas volve um olhar tristonho sobre as chagas que lhe cobre o corpo, para recahir na inércia, como aqueles fumadores do Celeste Império, (...).

Pobre e mesquinha mãe pátria!

Como não estremecerão no tumulto aquelles de teus filhos que sacudirão com nobresa a tyrania do 1º Imperador. (...).

(...).

A que extremidade te levou o cazarismo, é a vaidade de seres grande monarchia no meio de pequenas republicas!

(...).

Os resultados forão na ordem moral.

O enfraquecimento dos laços sociaes, a apathia pelo trabalho que ennobrece e illustra; a inércia tornada lei (...).<sup>181</sup>

A crise política identificada no início de 1877 seria uma continuação, ou um agravamento, da crise que tomou conta do ano de 1876. Em 1876 observamos que o governo pessoal de Pedro II paralisou o país e disseminou a falta de moralidade no meio político e social. Isso, segundo os liberais, seria o resultado da vaidade que cobriu o único Império das Américas, do que resultou “o enfraquecimento dos laços sociaes, a apathia pelo trabalho que ennobrece e illustra; a inércia tornada lei”. O ponto de partida dos liberais, para a análise da situação política e também social, parece ser sempre o governo centralista do Segundo Reinado, um governo com muitas contradições: déspota e constitucional, centralista e enfraquecedor dos laços sociais, burocrático e repleto de leis e pouco eficiente. Tal fato nos revela uma certa dispersão da idéia de nação, ou seja, da pouca compreensão de um todo, como se o governo central existisse para manter as decisões

---

<sup>181</sup> Jornal Cearense, 08/02/1877, coluna Cearense.

concentradas no Rio de Janeiro e fizesse questão de divulgar isso em alto e bom som, mas ao mesmo tempo se informava pouco da situação das províncias, que deveriam apenas manter a ordem, mesmo que precária, e enviar os impostos arrecadados. Essa “fórmula” administrativa, vale ressaltar, também foi aceita pelos liberais, quando estavam à frente dos ministérios, pois acabavam se aproveitando do “esquema” que eles criticavam.

Dando seqüência ao artigo anterior e abordando mais diretamente a situação política do Brasil em 1876, o Cearense afirma que

A epocha presente é de completa transição.

Na sciencia como na politica fora um estado de cousas transitorio, uma especie de espectação angustiosa, que promete ser favoravel as novas ideias do seculo.

(...).

Tudo revela vida e movimento, á excepção do Império Americano, para quem o futuro é pouco prometedor. Á falta de uma eschola de moralidade politica, os cortesãos e aulicos vão transmittindo o virus do servillismo á mocidade, que apenas acorda aos reclamos da pátria.

(...).

Verdade é que a idéia authoritária ainda está de pe, mas a authority sem prestigio e sem forças para fazer valer a lei, e ser respeitada pelos seus proprios agentes.

A bandeira da protecção cobre todas as piratarias dos executores da lei.

Em vez da tyrannia de um só o cidadão é victima das extorções de muitos.

A alta administração, (...), desce a mercadejar os empregos publicos e os contractos com os affeiçoados do poder, (...).

Os agentes subalternos exercem a rapinagem como modo de vida, (...).

(...).

Por bem da corrupção, a lei de eleições, actualmente em vigor, veio dar attribuições politicas á magistratura, (...).

(...).

(...). A centralização administrativa aniquilou as forças vitas do paiz, chamou a si a tutoria das províncias e minicipios, instituiu uma buraucracia dispendiosa e inutil,

creou necessidades fictícias, arredou finalmente o cidadão da vida activa, e da co-participação dos negócios do Estado.<sup>182</sup>

Pelo artigo citado acima, o mundo muda, a ciência avança e o progresso inaugura o novo, menos para o Brasil, que fica estático, desgastando-se aos poucos pela má influência de um governo autoritário. Os agentes do governo imperial, por sua vez, frutos de uma política sem moral, encarregam-se de acabar com a nossa perspectiva de futuro ao fazer da lei letra morta. O país, para os liberais, seria o resultado de uma relação complexa entre teoria e prática, onde os responsáveis pela centralização administrativa “planejam mal” as ações do Estado, resultando daí um país inadequado e atrasado, e um povo apático e apenas espectador. Parece que o país vivia um grande contra-senso e estava realmente precisando de mudança, mas a análise liberal pode ser vista de outra forma, pois, apesar da crise, que se materializou nas ações “equivocadas” do governo, as elites política nacional e provincial estavam conseguindo neutralizar a crise, ou melhor, limitar sua repercussão a um círculo restrito de sujeitos – os que eram votados –, já que o cidadão estava apático e afastado da “vida ativa” e dos negócios do Estado. Onde os liberais vêem crise pode ser vista também estratégia de ação da elite política.

No último artigo, que faz o retrospecto político do ano de 1876, o jornal liberal Cearense concluiu sua extensa análise reafirmando sua condenação ao carácter estéril do país, provocado pelo poder centralizado. Segundo os liberais:

Para o Brasil o anno de 1876 foi de completa esterelidade.

---

<sup>182</sup> Jornal Cearense, 11/02/1877, coluna Cearense.

A calmaire podre reinou na athmosphera politica e a estagnação tomou o lugar da vida activa e agitada que fez a gloria dos primeiros dias do regime regencial de 1831.

(...).

Si algum dia a historia tiver de examinar com justiça e imparcialidade o caracter de D. Pedro de Alcântara verá nelle um Jorge III mais cioso de suas prerrogativas magestáticas porem menos cumpridor das promessas seladas com a sua palavra.<sup>183</sup>

Nesse último artigo vemos o culpado de todo o mal que a esterilidade pode causar: o imperador. Os liberais preferem antes os anos agitados e perigosos da regência, que quase colocaram fim a unidade do país, do que a calmaire do ano de 1876. Com certeza o imperador era o maestro desse intricado mundo político do Império, mas, como não existe maestro sem orquestra, foi necessário um pacto entre o rei e os barões, logo após a Regência, para que houvesse governabilidade. Os liberais não viram que o rei era um mal necessário e foram esquecendo o pacto firmado com ele, à medida que a situação foi-se acomodando ao longo do Segundo Reinado. Faltou aos liberais essa reflexão que a Historia avaliou. Se a crise da Regência fez surgir um pacto entre o rei e os barões (elite política), foi porque a própria sobrevivência da Monarquia, da elite política e da unidade nacional estavam em jogo<sup>184</sup>. Então, se a crise reapareceu e era grave, por que não poderia ser feito um novo pacto? Que tipo de crise é essa que marcou os anos de 1870?

Na avaliação dos liberais, a idéia de crise política parece fazer parte de quase toda a década de 1870, o que de certo modo é fácil compreender, pois os conservadores comandaram o Brasil durante praticamente todos os anos de 1870. Na avaliação dos conservadores, não havia crise e sim uma missão a ser cumprida para o bem público. Essa argumentação desagradava aos liberais, que ainda eram acusados de não ter um projeto político definido, como foi discutido no capítulo dois.

---

<sup>183</sup> Jornal Cearense, 18/02/1877, coluna Cearense.

<sup>184</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 384.

Na década de 1870, à crise política vai ser acrescentado um diferencial drástico: a seca. O flagelo vai agravar os problemas políticos já denunciados pelos liberais, mas também vai servir de cenário para que os conservadores acusem, pois, a partir de 08/03/1878<sup>185</sup>, a província do Ceará vai ser administrada pelos liberais. Durante a vigência da seca, as respostas tinham que ser rápidas, pois a população, a ordem social e a economia estavam em risco; porém, o que observamos foi uma disputa política limitada sobre a existência de seca e sobre a melhor forma de combatê-la. A seca veio acirrar os debates sobre a crise, que agora ultrapassaram a esfera política, e a elite política teve que fazer uma espécie de auto-análise de suas divergências, sua organização, planejamento e ação, para que pudesse controlar a situação imposta pela crise/seca.

Apesar de estarmos no início do ano de 1877, a seca ainda é especulação na província do Ceará e enquanto ela não é sentida largamente os liberais continuam a denunciar a crise política nacional e provincial, como se preparassem os espíritos para a piora da crise. Em 22/02/1877, o Cearense diz:

A actual situação política está podre.

(...).

É evidente que o partido conservador, não pode continuar por mais tempo na gestão dos negocios politicos do Imperio; e que os seus homens proeminentes sentem que a situação está prenhe de graves dificuldades, insolúveis para o partido que representam.

Os nossos males tocaram afinal os corações mais endurecidos; (...).<sup>186</sup>

Em 08/03/1877, o Cearense continua sua avaliação da crise política destacando em palavras fortes que:

As situações políticas, nesse império turco, são expressões legítimas do poder irresponsável e absoluto que dirige as nossas cousas.

(...).

---

<sup>185</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 112.

<sup>186</sup> Jornal Cearense, 22/02/1877, coluna Cearense.

O que podia fazer um povo ignorante e pouco affeito as luctas políticas como desentendido protesto à marcha do abastardamento social e governamental de seu paiz, (...).<sup>187</sup>

A situação política da província não seria tão diferente da situação da política nacional. No Ceará, durante a administração de Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (10/01 – 24/11/1877),<sup>188</sup> os liberais do Cearense, em artigo de 11/03/1877, avaliam que:

No empenho, que mostra o Sr. desembargador Estelita de resumir as despesas com o serviço público e melhorar as condições econômicas d'esta província, escapa talvez a fiscalização de S. Exc. a anarchia e desmoralisação em que tem cahido a mor parte das câmaras municipaes do Ceará.

(...).

Os males accomulados por administrações partidarias e reactoras tocam aos últimos limites. (...).

(...).

A palavra de ordem do dia é o salve-se quem puder. Lei, autoridade, moral e honra forão proscritos do código da situação.<sup>189</sup>

E reforçando a idéia do artigo anterior, outro do dia 18/03/1877 afirma que:

Uma terrível enfermidade moral vae esgotando lentamente as forças vitaes de nossa sociedade politica e civil.

Os proprios incensadores da monarchia, os que só vêem flores e prosperidade onde os mais enchergam espinhos e miseria, já andao por ahi cabisbaixos e envergonhados com os fructos podres da administração relaxada que dirige os destinos do Imperio.

(...).

A sociedade inteira passa por crise violenta, especie de ataque nervoso (...).

(..).

A ambição do ouro, (...), a quase idolatria pelo poder reduzirão a sociedade a um materialismo brutal e grosseiro, de que talvez não haja noticia em paizes infantis e civilizados.

(...).

Leis organicas e regulamentares, posturas municipaes, avisos e circulares do governo se reproduzem de uma

---

<sup>187</sup> Jornal Cearense, 08/03/1877, coluna Cearense.

<sup>188</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 112.

<sup>189</sup> Jornal Cearense, 11/03/1877, coluna Cearense.

maneira verdadeiramente assombrosa (...) em proveito somente do consumo de tinta e papel; mas nem a autoridade existe effectivamente, nem as leis são respeitadas pelos proprios agentes executores.<sup>190</sup>

No final da década de 1870, a crise política que envolve a elite nacional e a provincial parece ser contundente, mesmo levando-se em conta os excessos e as contradições dos liberais. No império, a política está podre, o centralismo tudo destrói e o povo inerte aguarda mudanças. Na província, a aplicação da lei é exceção, os agentes públicos são criminosos, a ganância impera e os esforços administrativos do governo (leis, despachos e circulares) são meramente ilustrativos.

Os artigos que avaliaram a crise política deram uma das dimensões em que podemos abordar a idéia de crise, mas também tornaram evidente o ambiente em que a seca vai se desenvolver. Como, então, a crise política deve se comportar diante da seca-crise? Os liberais propuseram uma saída para que a crise política não interferisse na solução da seca-crise, como mostra o artigo do Cearense de 01/04/01877. Para os liberais:

Uma administração que deixa seus administrados morrerem de inanição, enquanto lhes sobra meios de socorrer-os é merecedora das mais vehementes e severas accusações.

S. Exc. o Sr. desembargador Estelita sinão quer acarretar com a maldição dos pobres famintos (...) deve desde já tomar as mais promptas e efficaces medidas (...).

Queremos crer que em face d'essa tremenda calamidade publica cessem os pequenos odios politicos e as baixas ambições dos grupos partidários para dar lugar a acção livre e perempta da authority governista.<sup>191</sup>

A proposta liberal parece ser simples, a seca-crise deve ser solucionada por vontade política, por ações eficazes do governo e pela interrupção dos “pequenos odios politicos”.

A proposta foi correta, mas a ela antecede um problema curioso: debates políticos sobre se

---

<sup>190</sup> Jornal Cearense, 18/03/1877, coluna Cearense.

<sup>191</sup> Jornal Cearense, 01/04/1877, coluna Cearense.

a província do Ceará passava ou não por uma seca, reflexo da tese de que a seca é algo percebido aos poucos, colocada no início desse item.

Se até agora avaliamos o ambiente de crise política, que fez parte da década de 1870, atendo-nos mais ao final dessa década, é preciso que apreciemos a construção da seca de 1877-79 na província do Ceará, pois a partir disso analisaremos outras dimensões da crise trazida ou agravada pela seca. A discussão política ainda estará presente, mas a crise-seca vai trazer uma dimensão econômica e social que, ao interagir com a política, agravará a idéia de crise. Para continuar com a análise da construção da seca, é preciso responder uma pergunta fundamental feita anteriormente: o que é a crise para a elite política da província do Ceará na década de 1870?

A construção da seca é lenta, ela vai aparecendo em lugares isolados da província e só depois, quando suas conseqüências e imagens já são suficientemente fortes, é que não se pode mais escapar dela. Ninguém deseja a seca, quando a população passa fome, a elite enfrenta a insegurança e o ataque à propriedade particular, o governo (geral e provincial) é sobrecarregado de cobranças e ações, os debates políticos são acirrados, a ordem social é mantida a um custo altíssimo, as doenças exterminam os mais pobres, e a indústria e o comércio decrescem. É o caos, em que várias fragilidades políticas e sociais podem ser observadas.

No início do ano de 1877, a seca é apenas uma possibilidade que ainda precisa ser confirmada, mas o jornal Cearense já anuncia que a sua “sombra” incomoda. Na primeira vez em que o jornal liberal anuncia a presença da seca em 1877, ela é algo secundário no contexto da província: é identificada em poucos locais, é algo remediável, já que a chuva ainda é esperada e recebe pouca importância do jornal, pois aparece numa coluna de variedades e em um artigo curto. Assim é anunciada a seca pelo Cearense:

Secca – A falta de chuva já se vae fazendo sentir. De Sobral e de outros pontos creadores da provincia nos dizem que a secca já vai causando consideraveis estragos. É grande a mortalidade dos gados por falta absoluta de pasto.

Se não chover este mez serão enormes os prejuizos.<sup>192</sup>

Notemos que a seca é inicialmente tratada como uma possibilidade, ela já é sentida, mas nada há que a chuva não possa resolver: se chover o pasto cresce, o gado se alimenta e o problema acaba. A seca ainda é abordada como sinônimo de prejuízo econômico e como um problema de conseqüências limitadas. A dimensão de que a seca pode se transformar num flagelo nem ao menos é cogitada. Quando a seca passa de “problema” para “crise”, a economia está arruinada, a população martirizada e a política tensa. A crise não vai ser resolvida imediatamente, mesmo que caia chuva e que a ação do governo seja imediata, sendo necessário um tempo mediano para a sua superação.

Em outro artigo, de 25/01/1877, que reproduz uma carta de Sobral, datada do dia 10/01, a seca avança mais um pouco em suas conseqüências devastadoras, mas ainda se vê uma solução. Diz a carta:

Estamos a braços com uma horrorosa crise na industria de criação de gado. A chuva até essa epocha já nos fez perder centenas de contos de reis. Se ella continuar o prejuizo será incalculavel para as fazendas do norte de nossa provincia.

Creio que desta vez aniquila-se a maior das industrias da provincia. (...).

Parece que é chegada a epocha do fenomeno previsto. A ser assim que immensa desgraça para nossa terra infeliz.

A ultima hora dizem-nos que ali dera uma copiosissima chuva que durou 5 horas. Valha-nos isso.<sup>193</sup>

Nesse número do jornal a seca ainda ocupa a coluna Noticiario, mas a quantidade de linhas é maior, os apelos são maiores. Os problemas da pecuária já se estendem às fazendas do norte da província e não se localizam apenas em algumas localidades. A dimensão da crise é ainda econômica e restrita à criação de gado. Contudo, as expectativas são desanimadoras, pois desta vez a “indústria creadora” corre o risco de aniquilar-se e a hora da “immensa desgraça” bate à porta, mas a esperança persiste, pois existe notícia de chuva na região. Apenas uma esperança. Observemos que a seca ainda não se transformou em flagelo, mas isso já é cogitado com o pseudônimo de “immensa desgraça”.

A seca avança com o caminhar das notícias e a expectativa da falta de chuva aumenta. Na avaliação da folha liberal,

(...). – Este anno parece destinado a celebração do triste centenário de uma secca formidável. São escassas ou

<sup>192</sup> Jornal Cearense, 06/01/1877, coluna Noticiário.

<sup>193</sup> Jornal Cearense, 25/01/1877, coluna Noticiário.

nenhumas as chuvas até agora, a perda de gados na província já é mui considerável. Assim foi em (...) 1777.

Nessa epocha disse o governador da capitania, que o gado ficou reduzido a um oitavo.

(...).

Si o triste prognostico se não desmente, temos ahi o começo do fim dessa situação economica. Será espantoso o regresso, e as cousas mudarão inteiramente de aspecto.

Pode bem ser que dahi resulte também alguma vantagem. A secca de 1845 nos ensinou o açude, esta nos ensinará talvez o açude maximo. O Ceara é um solo fertilissimo, e que só precisa d'agua, que o leva inutilmente para ir perder-se no oceano. (...).

(...).

O que é um açude para o Ceará?

Tudo. Ahi está o futuro, e segurança.<sup>194</sup>

Notamos que a seca é considerada algo iminente, tanto que o jornal já estabelece uma referência histórica e comemorativa, mesmo que triste, com a seca de 1777, no sentido de preparar a população para a forte possibilidade de a seca se instalar, e de chamar a atenção tanto para a regressão que ela pode causar como também para a adoção de soluções que possam combatê-la. No artigo, é colocada uma referência importante sobre a seca de 1845, a última grande seca antes de 1877-79. Em 1845, o açude foi a salvação; em 1877, a salvação seria o “açude maximo”. Essa solução hidráulica e outros tipos de soluções que visem combater a seca-criese serão abordados com mais detalhes no item 3.2. A folha liberal age no sentido de preparar os espíritos para o flagelo.

No início do mês de março de 1877, a seca parece ser uma realidade para algumas localidades da província do Ceará, já tendo provocado estragos um pouco mais graves que não só a morte do gado. Contudo, continua a aparecer sem muito destaque (coluna Noticiário), sem o peso de uma crise generalizada, A solução dos problemas já não depende só de água, vai ser preciso apelar para outras instâncias. Um artigo de 01/03/1877, do jornal Cearense, informa o seguinte:

Efeitos da secca – Começa a apparecer a miséria, consequência

necessária da terrível secca que vamos atravessando.

---

<sup>194</sup> Jornal Cearense, 18/02/1877, coluna Noticiário.

Na Telha já se vae sentindo os cruéis effeitos da fome. A camara municipal d'ali dirigiu-se a presidência pedindo socorro para o povo que pede pão!

S. Exc. nomeou uma commissão composta do presidente daquela municipalidade, do vigario da freguesia, do delegado de policia e do capitão Vitor de Barros Lima, para agenciar socorros e donativos em favor dos desvalidos.<sup>195</sup>

Quando a seca vai-se tornando cada vez mais definida, os artigos começam a entrelaçar a crise e a sua solução. Então, no esforço de definir a crise para a elite política provincial, o artigo citado nos mostra uma nova dimensão – a social. A seca e a crise decorrentes dela criam problemas sociais graves, que podem ser representados, principalmente, pela fome. É o flagelo avançando, provocando a morte do gado e a perda da lavoura. Mas não podemos afirmar com certeza, ainda, que haverá seca na província e que ela trará muitos transtornos, pois o próprio governo nomeou agentes para uma comissão de socorros, sem, no entanto, disponibilizar recursos para ela, devendo os comissários arrecadá-los na própria localidade que passa por problemas.

Se o artigo anterior chama a atenção para os efeitos da seca, que já são graves em algumas localidades da província, um outro, de 08/03/1877, lança novas dúvidas sobre a própria seca:

Chuvas. – De alguns pontos vão nos chegando noticias mais animadoras. Nos sertões de Canindé e Quixeramobim tem chovido, assim como na Telha tem cahido boas chuvas.

No Cariry em geral o inverno é prometedor.

Do Saboeiro dizem-nos em 20 do passado:

---

<sup>195</sup>Jornal Cearense, 01/03/1877, coluna Noticiário.

“A secca por aqui foi assoladora, porem hoje parece que começou o inverno. Esta noute cahiu uma boa pancada d’agua”.

Entretento de Sobral nos escrevem em 20 do passado.

“Estamos em vespera de nova crise na industria de criação de gado. Há toda a probabilidade de uma secca. O sol tem estado abrasador como nunca e a athmosphera limpida como nos messes de verão. O pasto nascido nas chuvas já está reduzido a pó. Que calamidade para a nossa infeliz província”.<sup>196</sup>

Estamos diante de uma certa indecisão: a seca é dada como certa em determinados momentos, pois tudo indica que ela vai ser generalizada, mas quando chove em algum local da província a esperança se renova para que a seca não venha, ou que atinja poucas freguesias. Na edição do Cearense do dia 01/03, em Telha, foi formada uma comissão de socorros, porque a seca já estava provocando fome; em outra edição, do dia 08/03, em Telha, o jornal fala das boas chuvas que caíram, dando a entender que os problemas iam ser resolvidos. Essa é uma contradição, até certo ponto compreensível, pois o jornal não saía diariamente e as informações levavam um certo tempo para chegar nas redações. Apesar da contradição, observamos que a seca não é dada como certa para a província; até em Soboeiro, nos Inhamuns, região de pouca incidência pluviométrica, esperava-se inverno. Sobral é o lugar da província onde a seca persiste desde o início de 1877.

A postura de indecisão diante da seca expressa no jornal Cearense, além de mostrar uma grande esperança de que ela não se instale, revela também o medo daqueles que enviavam as correspondências. Os que escrevem para o jornal retratando a seca em suas freguesias, apesar de não estarem identificados, podem ser entendidos como correligionários liberais e tornam evidente o medo que rondava a elite política, da qual eles

---

<sup>196</sup> Jornal Cearense, 08/03/1877, coluna Noticiário.

faziam parte indiretamente, de que a seca se generalizasse e com ela a economia fosse arruinada e a sociedade desestabilizada. Se isso ocorresse, a propriedade seria atacada, a ordem afetada, a violência disseminada e a fome avassaladora. Essa indecisão identificada na folha liberal aparecerá como uma questão que envolveu a elite política como um todo e o próprio governo provincial, quando a seca for definitivamente reconhecida e seus males inevitáveis. Sobre essa postura da elite política provincial diante da seca de 1877-79, Maria Paiva faz a observação de que ela estava despreparada para enfrentar os males desse problema periódico.<sup>197</sup>

Mesmo com a indecisão que rondava a elite política, a seca persiste e vai se confirmando. Em edição de 11/03/1877, o Cearense recebe correspondências de várias localidades da província, confirmando o avanço da seca e o aparecimento de novas expressões da crise que ela pode causar; problemas já citados são também confirmados.

Secca. – O inverno nesse anno é todo topographico como já dissemos. Tem chovido em alguns pontos e n’outros a secca vai produzindo estragos.

Do Crato escrevem-nos o seguinte em 19 do passado:

“Estamos com uma terrível secca em perspectiva, e só Deus sabe o quanto nos será doloroso esse flagello.

(...).”

Do Caixocó nos dizem o seguinte em 25 do passado:

“A secca está assolando tudo, e a mortalidade dos gados é espantosa em todo este termo do Pereiro. A pobreza está soffrendo os terríveis effeitos da fome; si deus não nos accudir não sei o que será de nós.

---

<sup>197</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 45.

Os gêneros de primeira necessidades são raros e por preços fabulosos (...).”

De Santa Queteria nos dizem no 1º do corrente:

“A secca aqui está em seu furor, depois das poucas chuvas que caíram no fim de janeiro (...). Os creadores estão já quasi sem esperança. (...)”

Do Icó escrevem-nos em 16 de fevereiro ultimo:

“Por aqui vamos muito mal de inverno: já se fez duas plantações e morreram ambas; o povo esta a morrer de fome, não porque haja falta absoluta de viveres, mas porque não há com que compral-os.

Alguns salteadores querem aproveitar o pretexto para dar largas a rapinagem e já dizem de publico que hão de brevemente saquear as casas que dinheiro (...).

Peço ao poder competente para augmentar o destacamento de modo que fiquemos garantido enquanto passa essa crise”.<sup>198</sup>

De novas localidades do Ceará chegam notícias de seca e à medida que ela atinge novos espaços a multiplicidade de problemas identificados é maior. O preço dos alimentos sobe, os víveres faltam e os saques amedrontam; é preciso que a crise, que se confirma a cada dia, seja debelada imediatamente. Esse apelo expresso nas correspondências recebidas pelo cearense não combina com a ação tardia que o governo provincial vai ter em relação à solução da crise que se instala. Mas, se levarmos em consideração as disputas políticas, ou

---

<sup>198</sup>Jornal Cearense, 11/03/1877, coluna Noticiário.

melhor, a crise política pela qual passava o país e a província, esperar que os conservadores agissem prontamente em relação aos efeitos da seca, ou mesmo que a reconhecessem, por causa das matérias dos liberais, seria talvez esperar muito dessa elite política. Mesmo avançando, as “cenas clássicas” da seca-crise ainda não são identificadas: a migração, o inchaço das cidades litorâneas e os graves problemas sanitários. Faltava pouco para que a crise-seca não deixasse nenhuma dúvida sobre sua chegada.

O mês de março de 1877 segue e o Cearense, sempre na coluna Noticiário, mostrava o avanço progressivo da seca, mas ela ainda causava espanto quando atingia certas localidades da província, como no caso de uma correspondência que o Cearense recebeu de Milagres, onde o remetente diz: “vamos atravessando uma seca inesperada”<sup>199</sup>. As notícias de seca continuam chegando à redação e elas vêm de novas partes da província, como São Francisco e Brejo Santo. Contudo, ainda no mês de março, as notícias jornalísticas indicavam que a seca, mesmo atingindo algumas localidades da província, não podia representar com certeza uma calamidade, uma catástrofe; ainda era tão esperado o inverno como a solução mais imediata para a seca, que se clamava muito pela providência divina e pouco pela ação do governo da província e da própria sociedade.

A seca, apesar de não ser tratada ainda como crise generalizada, situação onde é preciso uma ação grandiosa e conjunta da sociedade e do governo, já é avaliada no sentido de mostrar seus efeitos danosos. Com a seca o pasto acaba, o gado morre, os víveres diminuem e o preço aumenta, a fome generaliza-se, a violência cresce, a propriedade corre perigo e os saques tornam-se comuns. Notemos que até o momento os artigos analisados não abordam a migração, a ocupação das áreas litorâneas e úmidas pelos retirantes, os problemas de insalubridade – que tantas mortes causam – e a necessidade de uma ação imediata do governo. Pode-se dizer que há seca parcial na província do Ceará, mas ela ainda não é a ordem prioritária do dia.

A seca, em 1877, tardou mas não falhou e, quando se apresentou com todas as suas características trágicas, a expectativa que se tinha em relação a sua potencialidade de provocar uma crise generalizada foi confirmada. O mês de março havia passado e o mês de

---

<sup>199</sup> Jornal Cearense, 14/03/1877, coluna Noticiário.

abril se transformou no marco de confirmação da seca-crise. A partir de abril a seca assumiu outra perspectiva de abordagem e “desabou” sobre a província do Ceará.

O jornal Cearense foi aumentado o espaço da coluna Noticiário para a apreciação da seca, dedicando agora, também, a coluna Cearense – uma espécie de editorial do jornal – para o mesmo fim. A seca ocupa ainda outras colunas (Revista das Províncias e Correspondência de Cearense), em que artigos são reproduzidos de outros jornais e as notícias sobre os efeitos do flagelo são divulgadas diariamente, diferentemente do que acontecia até março. A julgar pelo espaço que a seca passou a ocupar no jornal, podemos perceber a avaliação que a elite política provincial passou a fazer da seca-crise. A seca passou da periferia para o centro da vida da província, em especial, da política, que mesmo em crise teve que fazer a elite agir.

A primeira matéria do Cearense, do mês de abril, já mostra a seca como certa para a província, e de imediato o jornal reclama a assistência do governo para o combate à crise, pois a miséria e a fome crescem e isso pode ter como repercussão a explosão da violência, ou seja, o questionamento da ordem e da propriedade.

As notícias que recebemos de quasi todos os pontos centraes da província são desanimadoras e acordes em confirmarem a falta de inverno e crescimento da miséria e penúria do povo.

Aqui mesmo, na capital e suburbios, depois de fracas chuvas de equinocio, a athmosphera tem se conservado pura e limpida como nos melhores mezes de verão.

Esse estado lastimoso e precario não só para os creadores e produtores como consumidores de há muito teria despertado a atenção do governo, si por ventura assim se podesse chamar essa híbrida associação de homens, duros de coração, que dirigem os destinos do paiz e especialmente do Ceará.

(...).

Cumpre portanto, que a administração, desde já envie generos de primeira necessidade (...).

(...).

A secca não é mais uma illusão para ninquem.

(...).

Os homens do governo que olhem para o estado da provincia, porque a fome pode produzir a explosão dos instinctos ferozes de nossa raça e os desatinos da miséria.<sup>200</sup>

A seca agora é para valer e urge uma ação estratégica para seu combate. A elite política tinha que dar respostas que atendessem simultaneamente as suas próprias demandas e as da população pobre, e comandar a condução do enfrentamento da seca-crise, não perdendo o poder de mando junto à sociedade. O artigo citado já mostra o norte da condução do processo de combate à seca-crise: manter a ordem e preservar a propriedade.

A confirmação liberal de que a seca era uma realidade mereceu de pronto uma resposta dos conservadores, que acusavam os liberais de criticar descabidamente o presidente da província, o desembargador Estelita, e de fazer especulações políticas com a seca. Em 08/04/1877, o Cearense responde às acusações do Pedro II e afirma que:

(...).

A secca não é mais objeto de conjectura, infelizmente para a nossa provincia (...).

(...).

---

<sup>200</sup> Jornal Cearense, 01/04/1877, coluna Cearense.

Os jornaes desta capital dão noticia d'isto quase diariamente. Já não se pode fechar os olhos ao espetaculo da miséria. Bandos de familia emigrão para a capital, Baturite e outros lugares menos soffredores.<sup>201</sup>

A seca foi associada às suas imagens clássicas: imigração e inchaços de certas localidades, seguidas, sem demora, de epidemia e mortalidade. O incômodo trazido pela seca-crise fez o governo provincial (conservador) reagir e falar em especulação política dos liberais. O que deve ser destacado, porém, é que a aceitação da seca implicaria em respostas imediatas do presidente, que talvez não estivesse preparado ainda, e a opção conservadora foi mostrar a tradicional má vontade dos liberais em relação ao governo. Os conservadores não estavam totalmente errados em se referir à indisposição liberal diante dos governos conservadores, mas não se podia mais minimizar a seca-crise apenas com discursos políticos: o flagelo não batia mais á porta da província, ele já tinha entrado. Na mesma edição do jornal Cearense, na coluna Noticiário, o tema da “emigração” é novamente abordado e na edição do dia seguinte (12/04/1877), na coluna Cearense, continua o debate sobre a especulação política envolvendo a seca. Na coluna “Revista das Províncias” relata-se a seca na província da Paraíba e na coluna “Noticiario” informa-se sobre chegada de socorros vindos de Pernambuco.

Na edição do Cearense do dia 15/04/1877 é reproduzida uma carta recebida de Sobral, onde a seca-crise já está sem dúvida alguma enraizada, sendo preciso agora discutir o seu enfrentamento.

Nossas ultimas illusões devem estar dissipadas; a província esta a braços com uma dessas crises, conhecidas pelo simples nome de

---

<sup>201</sup> Jornal Cearense, 08/04/1877, coluna Cearense.

secca; mas cuja recordação evoca ao espírito do povo toda uma historia de indiscriptiveis soffrimentos – a fome e seus horrores.

(...).

Adimitida a hypothese, aliás improvavel, de que de hoje em diante pudesse, ainda, ter chuvas abundantes, a crise não seria senão menos terrivel. (...).

(...).

Urge, pois, que a publica administração cure dos meios de evitar grandes desgraças e uma população (...).

Creio que a presidência ainda se não convenceu da imminencia do perigo. Não é certamente medida tranqüilizadora, (...) essa da nomeação de commisões para recorrer ao espírito da caridade (...).<sup>202</sup>

No artigo é reforçado o pedido de auxílio ao governo, o que doravante vai estar sempre presente em quase todos os artigos sobre a seca; agora a chuva já é um paliativo, não sendo mais solução para a crise. A seca-crise já é tão grave que na coluna “Noticiario” identificamos nove noticias sobre ela, abordando vários assuntos como falta de gêneros alimentícios, migração e morte com a finalidade de roubar alimentos.

A seca-crise arrasta-se por todo o ano de 1877, ficando mais grave e exigindo muito do governo provincial e geral. No ano de 1878, talvez seu pior momento, as epidemias flagelam a população e a mortalidade é catastrófica. Em 1879, a seca-crise ainda assola e destrói o pouco que resta de esperança e uma dissipação dos problemas só é observada mais ao final deste ano. No meio de tantos problemas, denúncias variadas como roubos e

---

<sup>202</sup> Jornal Cearense, 15/04/1877, coluna Cearense.

omissões dos governos são evidenciadas e a elite política se digladiava pela melhor forma de combater a seca-crise, tentando sempre controlar o poder e a ordem social.

Uma outra observação importante pode ser feita para essa época é que a crise começa a ser idealizada também para uma região, o Norte, definindo-se nesse momento como um espaço para a crise e provocando uma primeira identificação regional, embora não tenha as províncias plenamente articuladas, A seca-crise do Ceará ocorre na mesma época do Congresso Agrícola do Recife, que define a crise para o Norte do Império, em especial para a região açucareira<sup>203</sup>. São perspectivas de crise que guardam semelhanças, mas também muitas diferenças.

A crise-seca que afetou a província do Ceará ao final da década de 1870 e a crise que afetou o algodão no início da década mostraram quão graves eram os problemas políticos, econômicos e sociais provinciais, mas também mostraram a grande capacidade da elite política provincial de agir estrategicamente em defesa de seus interesses.

### 3.2 – A SOLUÇÃO DA CRISE

A crise e sua solução são faces de uma mesma ação; a elite política cearense, na década de 1870, se envolveu com essa ação exaustivamente, pois temia algum tipo de questionamento do seu poder de mando. Sendo assim, a elite teve que agir no sentido de atender a algumas demandas sociais mais urgentes, mas principalmente aos seus interesses, sejam eles políticos ou materiais. Explorar a solução da crise, nas várias formas em que ela se apresentou, seria, portanto, reforçar também o significado que a crise teve para a elite cearense como um todo e para a elite política em particular.

A análise feita da crise e do seu significado, como ocorreu no item anterior (3.1), foi importante para pensarmos o principal argumento norteador das ações da elite política em uma década de mudanças, quando a própria crise assume papel de destaque, e também para refletirmos sobre a seqüência natural da crise: a sua solução.

---

<sup>203</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "A Questão Regional: Gênese e Evolução". Op. Cit., p. 05-07.

A elite política, em meio às suas acirradas disputas, teve que reconhecer e avaliar a política-crise e a seca-crise e iniciar o seu combate, o que foi uma dura prova de ação política para liberais e conservadores, pois eles deveriam, ao mesmo tempo, disputar entre si a melhor reflexão sobre a crise e sobre sua resolução e não perder de vista, por exemplo, a referência no comando da sociedade. Liberais e conservadores tiveram que sustentar um discurso marcado pela diferença entre eles, mas que desse à elite política a legitimidade natural na condução dos problemas políticos, econômicos e sociais existentes. Para Rosa Maria Godoy Silveira, esse peso sobre a elite política consiste no seguinte fato:

Até o século XIX, a percepção usual que as classes dominantes regionais têm do seu espaço é estadualista, ou seja, através de uma lente político-administrativa. (...). Nessa História que se constrói, os únicos agentes que aparecem explicitamente não são nem mesmo as classes dominantes, mas as suas elites dirigentes, num desfile interminável dos governos que se sucedem e de chefes políticos que os lideram.<sup>204</sup>

Podemos notar que durante os anos de 1870, quando a idéia de crise se destaca dentro de um quadro mais geral de transformações, a elite política cearense é testada e vai reformulando seu discurso de ação, em que a crise aparece com uma importância significativa. A imagem da crise periódica, ou eterna, vai aos poucos identificando a província do Ceará e o Norte do país.

As ações que vão combater a crise, na política ou na seca, devem passar necessariamente por uma valorização da moralidade e da honestidade em relação ao que é público. Tanto liberais como conservadores, durante toda a década de 1870, insistiram bastante nesse ponto da ética, em relação ao que é público, denunciando a

---

<sup>204</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "A Questão Regional: Gênese e Evolução". In: *Ciência Histórica*. João Pessoa: nº 1, 1984, p. 04.

aproximação vergonhosa entre o público e o privado. O jornal Cearense, em 01/02/1877, responde ao Constituição:

Não sabemos para que quer mais gente a folha grauda, principalmente agora que a província está arruinada e os cofres mal vão dando para o custeio dos amigos effectivos.

— (...).

Ser folha official é estar muito perto do governo, em intimas relações com a administração, gosar de todas as vantagens da familiaridade palaciana e o que é mais que tudo assegura lucros reaes e avultados, portanto ser órgão do expediente constitue o ideal dos jornais da harmonia e é a espinha que o Pedro II traz atravessada na garganta desde 1871, quando romperam-se os laços de união das duas tribos conservadoras.<sup>205</sup>

A relação que deve ser superada, de acordo com artigo acima, não é a de uma mistura desordenada e confusa com o que é público, é uma relação de imoralidade, onde os cofres públicos sucumbem às vontades privadas. O que “aflige” os liberais não seria nem tanto o aumento das hostes conservadoras, mas a maneira como os “novos amigos” iam ser pagos. Essa crítica dos liberais tem memória curta e eles serão criticados da mesma forma, pelos conservadores, quando assumirem o poder em março de 1878<sup>206</sup>. Um outro fato destacado no artigo acima aborda os benefícios que a proximidade com o poder pode trazer. Essa é uma reflexão importantíssima se quisermos compreender o sentido da ação da elite política em época de crise, já

<sup>205</sup> Jornal Cearense, 01/02/1877, coluna Chronica.

<sup>206</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 112.

que estar com o poder ou próximo a ele é fundamental para a implementação de um projeto de condução das questões sociais.  
Numa época de limitada participação política, isso parece fazer sentido. Podemos abordar, também, em relação à proximidade com o poder, que a alternância de liberais e conservadores no governo, tendo como pano de fundo a centralização administrativa e a homogeneidade da elite política (intelectual, ocupacional e ideológica), fez com que as disputas políticas não passassem de um certo limite de segurança, pois, desde os conflitos da regência, a elite política compreendeu que a sua sobrevivência dependia de sua divergência controlada. Por isso, se os liberais do Cearense criticam a proximidade do jornal Constituição (folha graúda) com o poder é porque eles, antes de tudo, desejam o seu lugar e não uma subversão da ordem.<sup>207</sup>

A política-crise a ser superada era quase tão grave quanto à seca-crise, que durou toda a década de 1870 com embates diários durante a seca, quando os liberais cobravam dos conservadores e estes reagiam ou vice-versa; o que estava por trás das cobranças e denúncias era uma disputa política intensa, que mostrava todo o debate político e os vários problemas que ele levantava. Portanto, as soluções propostas por liberais e conservadores, para o combate da seca-crise, passarão pelo crivo das discussões políticas e, em parte, as soluções da seca-crise também servirão para a política-crise.

Em abril de 1877, quando a seca-crise de 1877-79 já está confirmada, o Cearense ressalta a importância da minimização das

---

<sup>207</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 229-335.

disputas políticas, para que a política-crise não afetasse  
demasiadamente a seca-crise. Segundo a folha liberal:

Bem longe estávamos de esperar que o apelo feito a  
administração desta província em favor de algumas  
localidades que sofrem os horrores da fome e da miséria,  
provocasse as duras palavras e zombarias com que o órgão  
official nos mimoseou em seu ultimo numero.

Pensavamos mesmo que a franqueza de nossa linguagem  
e a magnitude da crise que assoberba de dia para dia,  
ameaçando reduzir as ultimas extremidades, essa pobre  
província, achariam echo em todos os corações bem  
formados, despertando naquelles que dirigem os publicos  
negocios mais solicitude e dedicação.

(...).

Criamos que em face da miséria e da fome  
desappareceriam as distincões sociaes e politicas para dar  
lugar á acção harmônica e vigorosa de todos os cidadãos em  
beneficio da província e especialmente da pobreza  
desvalida.<sup>208</sup>

Esse artigo foi uma resposta do Cearense ao Constituição; apesar da  
confirmação da seca datar de abril de 1877, os debates políticos ainda  
limitam a ação de combate aos seus efeitos, era o entrelaçamento da  
política-crise com a seca-crise. A ação conjunta proposta por liberais  
só ficou no discurso, tanto para eles como para os conservadores, e  
em vez da cessação das diferenças políticas e sociais o que se  
verificou foi o agravamento das diferenças e uma ação governamental

---

<sup>208</sup> Jornal Cearense, 05/04/1877, coluna Cearense.

que parecia sempre tardia e limitada. O artigo citado segue, ainda, pedindo que seja dada uma atenção redobrada às localidades afastadas da capital, que os alimentos sejam vendidos a preços baixos, que as comissões de socorros sejam mais ágeis, que os flagelados sejam contratados para executar obras e que seja revista a proposta de emigração para o Amazonas. Podemos acrescentar ainda outras medidas de combate à crise que as fontes indicaram, como a formação de abarracamentos, o cuidado com a questão sanitária, a manutenção rigorosa da ordem, a parceria com os comerciantes da capital e o apelo constante ao governo geral. Essas são propostas que ressaltam uma dimensão governamental de combate à crise, já que as ações dependem fundamentalmente do estado, mas temos ainda uma outra proposta – a natural.

A solução da seca-crise foi examinada levando-se em consideração duas dimensões: uma natural e outra governamental; dependendo do tempo de duração da seca poderiam aparecer relacionadas, mas sempre cercadas pelas disputas políticas.

A dimensão natural que envolve a solução da seca-crise refere-se principalmente à espera da chuva, que, por sua vez, depende do clima, dos ventos e da localização geográfica da região ou localidade afetada pela seca. A espera de chuva foi uma alternativa válida para a solução da seca-crise de 1877-79, até o mês de abril de 1877, quando a seca foi de fato confirmada. Contudo, mesmo que o inverno viesse, de abril em diante a safra já havia sido perdida e seus efeitos ainda seriam limitados; talvez nem mesmo água poderia ser acumulada satisfatoriamente, devido à carência excessiva. A possibilidade de inverno foi novamente cogitada em 1878, mas a seca-crise

recrudesciu e os problemas se intensificaram. Em 1879, o inverno se anunciou prometedora, mas seus efeitos foram limitados, o que vai provocar uma grande contenda entre liberais e conservadores sobre a confirmação do fim da seca-crise. A chuva é sempre bem-vinda durante uma estação de seca, mas nem sempre ela é abundante a ponto de sequer minimizar os problemas decorrentes da falta de água. O inverno, de fato, seria a primeira opção para a solução da seca-crise porque é mais cômodo para todos (elite política e demais grupos sociais), e não requer grandes esforços sociais e materiais, mas somente fé. Mas, na falta de chuva, a saída é cobrar do governo ações eficientes e imediatas para que todos os problemas da seca-crise sejam resolvidos.

A dimensão natural de combate à seca-crise aparecia freqüentemente relacionada com a governamental, quando os artigos jornalísticos abordavam a questão do acúmulo de água via construção de açudes, alternativa viável e que tinha larga aceitação entre a elite política cearense. Mas, como nesse momento de seca o inverno era limitado, a orientação era investir em precaução, como mostra o Cearense em artigo de 13/05/1877, cujo título é “Melhoramentos materiaes”.

Em regra, o grande empenho dos presidentes de província, em nossa terra, consiste em criar empregos para pequenos serviços, e prover-os com verdadeiras nullidades, transformadas, da noite para o dia, em capacidades administrativas.

O interesse publico, sob este regimem politico, não é o fim, porem a occasião de retribuir serviços partidários; sabe Deus

de que modo prestados e aceitos, em face dos princípios da moral social e da consciencia.

— (...).

A crise que actualmente devasta nossa infeliz provincia e confrange todos os corações humanitarios, ameaçando tornar-se tão calamitosa quanto a de 1845, deve ter ensinado rudemente as localidades e a publica administração, que a primeira medida preventiva e ao mesmo tempo salvadora para a agricultura, consiste na construção de lagos artificiais, depósitos d'aguas de chuva, para as estações seccas.

— (...).

O Ceará, como as demais provincias do Imperio, vive essencialmente do produto de sua acanhada lavoura, (...), é licito pensar-se que só tardiamente se desenvolverá as grandes industrias lucrativas.

— (...).

De fato a base de uma boa administração está na regular e pensada aplicação das rendas publicas ás necessidades occurrentes e indeclinaveis. (...).

— (...).

Não é só a agricultura quem aproveita com as aguadas e açudes, porem a criação, que em certas epochas do anno, soffre pela carência d'aguas e de pasto.<sup>209</sup>

Nota-se que a solução da crise passa insistentemente pela moralização da política e do governo, que deve aplicar bem os recursos disponíveis e mostrar prudência em suas ações. Uma necessidade urgente seria a construção de açudes para a acumulação de água e para a conseqüente sobrevivência da agricultura e da criação de gado. A construção de açudes seria uma alternativa viável

---

<sup>209</sup> Jornal Cearense, 13/05/1877, coluna Cearense.

para o Ceará, já que “as indústrias lucrativas” não haviam se desenvolvido ainda entre nós. Essa relação entre chuva, açude e governo ainda é válida e “muito eficiente” no combate às secas-crisis atuais, mesmo com o desenvolvimento das indústrias lucrativas desejadas em 1877. A indústria mais lucrativa para a elite política cearense foi a da seca, materializada em órgãos como a Inspetoria de Obras contra as Secas (IFOCS – 1909), Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS – 1945) e Comissão do Vale do São Francisco (CVSF – 1948).<sup>210</sup>

Quando a ilusão da chuva é descartada, a solução para os problemas provocados pela seca-crise é cobrada ao extremo do governo, exigindo-se medidas imediatas, eficientes e planejadas. As instâncias de governo as quais nos referimos são a provincial e a geral, igualmente cobradas pela elite política, embora as ações do governo provincial, do presidente da província, serão avaliadas com mais proximidade pela elite política, pois o governo provincial é uma referência de governo mais imediata e é, também, uma espécie de elo entre a província e o governo geral. A instância municipal de governo era pouco valorizada como uma referência para a formulação de soluções que a seca-crise demandava. O poder municipal era o primeiro a anunciar a seca e era uma espécie de executor dos projetos pensados pelo poder provincial e geral.

---

<sup>210</sup> COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 58-61. Amélia Cohn diz que a IFOCS, o DNOCS e a CVSF são órgãos criados para combater a seca e seus efeitos e que teriam recebido muita influência política. A CHESF, mesmo com uma preocupação voltada para a seca, teria sido um órgão mais independente, pouco influenciado pela política, voltando-se mais para uma administração técnica. O BNB e a SUDENE já expressariam preocupações com a região Nordeste, que tem a ver com o desenvolvimento econômico e não com a seca.

Ao aproximar-se o mês de abril de 1877, o Cearense publica um artigo, enviado de Sobral, com o título “A secca e o Governo”, em que a seca pela primeira vez se fez sentir com crueza. Nesta matéria levanta-se uma opção para a solução da crise, que não vai ter aceitação unânime no meio liberal da província. Segundo a matéria publicada:

“(…). Bate-nos á porta uma dessas seccas, tristemente celebres em nossos annaes porque então combinam-se no plano (...) de aniquilar a população da província – a fome e as epidemias.

(…).

O gado já morreu aos milhares (...). A carestia dos generos alimentícios começa a difficultar mais e mais a já escassa alimentação.

É, pois, chegado o tempo de a administração publica curar dos meios de evitar a província os horrores da fome e dos males que hão de seguir-se a elles, e que se a ordem social condemna o direito natural justifica, attenda-o o governo!

Se nos fosse licito lembrar um desses meios, não esqueceríamos o de ser facilitada uma corrente de migração de braços ainda validos para o valle do Amazonas e rios adjacentes. Satisfazendo assim a mais urgente necessidade d’aquelas regiões, prestaria o governo um relevante serviço a nossa população, e quiçá a ordem publica, de modo o mais proveitoso; isto é, enriquecendo as províncias mais setempronais do Império.

(…).

Mas seja como for; cumpre ao governo lançar mãos de medidas promptas, que evitem desde logo, as conseqüências da secca deste anno sobre uma população já bastante densa. O estado tem deveres morais aos quais não pode faltar

impunemente. Nada de perder tempo, a necessidade é urgente, e as medidas devem ser promptas”.<sup>211</sup>

Percebe-se que a ociosidade excessiva da maior parte da população é temida e a desordem, conseqüência imediata disto, é repudiada. Portanto, cabe ao governo agir no sentido de auxiliar a população necessitada, mas, fundamentalmente, manter a ordem. Toda a elite política deseja uma grande quantidade de pessoas voltadas para o trabalho e subordinadas a ele, mas quando a mão-de-obra excede em muito a oferta de trabalho, somada ao fator fome, acontece uma desestabilização da ordem social. Se o trabalho age regenerando os sujeitos e ele é escasso, é preciso arranjar uma solução: a migração incentivada para o Amazonas. Esse é um ponto sem acordo entre os liberais, pois, quando a seca-crise passasse, muitos braços válidos ficariam ociosos, o que acabaria acarretando outros problemas para a província. A valorização do trabalho vai ser um ponto muito incentivado pelos liberais, mesmo antes de eles assumirem o governo provincial em março de 1878 e de dar novo enfoque para as ações de combate à seca.

Os liberais valorizavam a idéia de incentivo ao trabalho como uma forma de solucionar a seca-crise, em contraposição à principal opção conservadora de combate: a formação de comissões de socorros. O Cearense, em artigo de 14/04/1877, depois de receber correspondências de várias localidades da província, denuncia que:

---

<sup>211</sup> Jornal Cearense, 18/03/1877, coluna Noticiário.

Alem da falta de viveres e da devastação causada pela secca, cresce o pavor de q'estão possuidos os cidadãos mais eminentes d'essas localidades de verem saqueadas suas casas e talvez mesmo de serem assassinados em seus próprios leitos.

O povo acha-se sobressaltado, em confusão e prestes a entregar-se a rapinagem de fera para saciar a fome que o devora. (...).

(...).

Bem razão tínhamos de tornarmo-nos inoportunos para com o governo, á pedir-lhe que olhasse para o quadro afflictivo das populações afastadas da capital, e tomasse sem demora medidas efficazes.

(...).

Desejariamos, porem, que o expediente ate agora empregado de nomear-se commissões fosse substituido de outros mais enérgicos e immediatos.

Tirar de uns para dar a outros não é boa política; primeiro os que podiam dar, em nossa terra, estão de tal sorte impressionado com a desgraça alheia, que, suppondo uma agravação do mal, apenas preparem-se para lutar com vantagem de sucesso contra elle; segundo porque sendo minguido o socorro que de taes commissões venha tirar-se quase nenhum beneficio trará á situação afflictiva do sertão.

Alem disto, o peor presente que se pode fazer a um povo é – o da esmola, porque o humilha e o afasta do trabalho, agente regenerador dos costumes e guarda da tranquillidade publica.<sup>212</sup>

---

<sup>212</sup> Jornal Cearense, 18/04/1877, coluna Cearense. Essa edição do Cearense é a primeira em que a coluna Cearense traz duas matérias sobre a seca.

Pelo que foi exposto no artigo, infere-se que os conservadores estão cometendo um erro grave na condução da solução da seca-crise, pois em vez de formar comissões de socorros – esmola oficial do governo – deveria promover o trabalho regenerador. O que os liberais querem não é o fim das comissões de socorros, mas a mudança do foco de sua atuação. Mais uma vez, diante do perigo da desordem, o diagnóstico passa pela ação enérgica do governo. Esse artigo ainda sugere, numa parte que não foi transcrita, que o governo lance mão de créditos extraordinários para a província para que fossem usados na compra de gêneros alimentícios, vendidos depois a preço baixo à população necessitada. Os famintos comprariam os alimentos com o dinheiro das frentes de serviço e logo não precisariam migrar para o Norte do Império.

A seca-crise, como foi dito anteriormente, foi confirmada definitivamente a partir de abril de 1877, e à medida que os meses avançavam os problemas se agravavam e as soluções iam sendo propostas. Porém, em uma edição de maio de 1877, o jornal Cearense lança uma proposta diferente e abre espaço para que os pedidos de socorros se voltem com mais força para o governo geral. Para a folha liberal:

Quando em um dos nossos números passados aconselhamos ao Sr. Dezebargador Estelita o adiamento da assembleia provincial, o fizemos convencido de que era essa uma medida util, que consultava a um tempo os interesses da provincia e a extrema situação financeira que ella atravessa.

(...). ha circunstancias que podem exigir seu adiamento.

(...).

A Constituição, porem, tomada dessa violência com que desenvolve suas novas paixões, agridiu-nos, (...).

— (...).

Certo, se da assembleia provincial dependesse qual quer medida; ou providencia para conjurar a crise actual, tão valiosa consideração imporia silencio a nossa palavra; e fariamos desistencia de tocar mais neste assumpto.

D'esde, porem, que só ao governo geral cabe prover de remedio a nossa infeliz situação; e somente d'elle dependem os socorros; e os recursos de que o povo necessita para forrar-se da fome e da miseria, com que vae lutando, é para concluir que nenhuma intervenção tendo a assembleia em tal assumpto, o espaçamento de sua reunião não é falta sensível para lamentar-se.

— (...).

Não ha a esperar d'elles uma só medida útil e proveitosa a província; (...).

De mais, com que meios fará o governo face as despesas que vae acarretar a reunião d'essa corporação?<sup>213</sup>

Avalia-se que as várias soluções que o governo provincial poderia propor para que a crise fosse superada tinham que ter a anuência do governo geral. Em um sistema de governo onde a centralização era valorizada, como no Império, restaria à administração provincial um certo status de executora das vontades e das disponibilidades administrativas centrais, mas, mesmo assim, a administração provincial seria uma instância administrativa mais próxima da elite política e ainda guardaria para si certa autonomia administrativa, preconizada nas funções do presidente da província. Contudo, se a

---

<sup>213</sup> Jornal Cearense, 27/05/1877, coluna Cearense.

fome impera e ainda há falta de recursos públicos, a solução achada pelos liberais foi cortar os gastos da administração provincial para que a seca-crise fosse combatida com mais eficiência. Os gastos deveriam ser cortados, inclusive com a assembléia provincial retardando sua reunião. Entende-se que a proposta liberal é ousada, mas de acordo com o ambiente político da década de 1870, onde as disputas políticas foram sempre muito intensas, especialmente no final da década. O adiamento da assembléia deve ter sido proposto, também, mediante a constatação liberal de que ela era majoritariamente conservadora e, como todas as disputas legislativas já estavam a princípio perdidas, era melhor o seu adiamento. Dessa proposta, pode-se avaliar ainda uma contradição no discurso dos liberais, pois eles criticam a centralização do poder como um mal, que acaba com as instituições políticas, mas propõem o adiamento de uma instância legislativa de poder, onde as discussões poderiam, mesmo na maioria das vezes perdidas, servir de crítica ao centralismo do poder imperial. Como já foi discutido no capítulo dois, o centralismo, para os conservadores, era a solução para os problemas do Império, pois era melhor que as instituições fossem fortes, o que não garantia sua eficiência e sim um controle limitado da administração, do que não ter projeto político definido, como os liberais. Centralizar ou descentralizar a administração foi um ponto de constante atrito entre liberais e conservadores, mas essa discussão foi também contraditória e repleta de conveniências administrativas e partidárias, como observaremos mais adiante, quando for feita a análise dos artigos liberais no momento em que eles assumem o comando da administração imperial e provincial.

No ano de 1877, observa-se também o início do processo de migração dos retirantes, que foram chegando em muitas localidades, principalmente no litoral e especialmente em Fortaleza, e ocasionando o agravamento da crise por conta das doenças, furtos e assassinatos<sup>214</sup>. Os flagelados, à medida que iam chegando nas áreas litorâneas, eram concentrados em abarracamentos, para evitar a sua dispersão incontrolável e os problemas advindos daí. Em Fortaleza, principal destino dos flagelados, o acúmulo de pessoas na periferia facilitou o início de uma epidemia de varíola. De acordo com Sebastião Rogério Ponte:

A grande seca de 1877-1879 não só secou os reservatórios d'água de Fortaleza como trouxe vários efeitos sanitários para a Cidade. (...). Nos três anos que perdurou, a estiagem expulsou mais de 100 mil sertanejos para a Capital, então com cerca de 30 mil habitantes. A maior parte desses habitantes famintos e depauperados ficou abarracada nos subúrbios. Sofrendo com o calor tórrido, expostos às intempéries e ali vivendo sem qualquer resquício de higiene, a multidão foi fulminada por uma devastadora epidemia de varíola que dali irrompeu e ameaçou se alastrar pela Cidade.<sup>215</sup>

Os liberais assumem o comando da política imperial no início do ano de 1878 e, na província do Ceará, a administração de José Júlio de Albuquerque e Barros (Barão de Sobral) passa a elaborar e

---

<sup>214</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 44.

<sup>215</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)*. - Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

organizar as soluções de combate à seca-crise. A administração de José Júlio durou muito<sup>216</sup>, algo pouco comum para um presidente de província, e na maior parte do período de seca o comando das ações para combatê-la ficou a cargo dos liberais. Os liberais tinham como propostas principais o incentivo à formação de frentes de serviços, o combate às precárias condições sanitárias e o levantamento de uma infra-estrutura que viabilizasse o desenvolvimento material da província. Tudo isso era planejado e executado levando-se em consideração o auxílio do governo geral, que era parte fundamental na solução da crise.

Antes de analisarmos a atuação dos liberais em relação à seca-crise, é necessário avaliarmos o comportamento deles diante da política-crise, já que eles, quando assumem o poder no início de 1878, não conseguem debelar a política-crise e passam até mesmo por um racha em suas fileiras. Para Abelardo F. Montenegro:

Nomeado o dr. José Júlio de Albuquerque Barros presidente da Província, a ala Paula Pessoa procurou dominar.

O presidente José Júlio e seu primo Rodrigues Júnior urdiam plano de fundar a oligarquia Paula Pessoa ou Rodrigo-Juliana, “de maneira que os Brígidos, os Montes e os Pompeus não dêem as cartas a seu talante”.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 112-113. José Júlio de Albuquerque e Barros foi presidente da província entre 08/03/1878 e 20/07/1880.

<sup>217</sup> MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980, p. 41. O que está aspeado é uma citação do jornal conservador Pedro II de 01/06/1879.

Os liberais, depois da morte do senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em 1877, dividiram-se em duas alas: a dos liberais pompeus, chefiada por Antônio Pinto Nogueira Accioly e a dos liberais paulas, chefiada por Vicente Alves de Paula Pessoa.<sup>218</sup>Essa relação entre pompeus e paulas viria a se precipitar durante a administração de José Júlio e culminaria com um acontecimento marcante em 18/12/1880, a criação do jornal Gazeta do Norte, administrado pelos liberais pompeus. Ainda segundo Montenegro, esse racha dos liberais traria uma situação controvertida para a política cearense, no início dos anos de 1880:

Nessa época, havia quatro partidos políticos na Província: liberais paulas, liberais pompeus, conservadores aquirazes ou miúdos e conservadores ibiapabas ou graúdos. No começo da década de 1880, os paulas estavam unidos aos aquirazes e os pompeus aos ibiapabas.<sup>219</sup>

Percebe-se, pelo exposto, que a unidade dos liberais começou a ruir a partir de 1877, com a morte do senador Pompeu, e agravou-se de 1878 a 1880. Contudo, quando nos referirmos aos artigos do Cearense, que avaliaram as ações do presidente José Júlio, usaremos as palavras liberal e liberais, levando-se em conta a facção que domina o governo, mesmo sabendo da falta de unidade que impera entre os liberais. Um outro fato pode ser avaliado pelo que foi exposto acima; os liberais foram mais uma vez contraditórios, só que agora

---

<sup>218</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op., Cit., p. 56.

<sup>219</sup> MONTENEGRO, F. Abelardo. Op., Cit., p. 43.

eles estão no poder e valorizaram internamente a intolerância política,  
o que é pior.

A intolerância política talvez fosse o menor dos problemas que  
marcaram os liberais. Uma vez no poder, eles agiram com a mesma  
falta de moralidade pública que criticavam nos conservadores,  
lembrando que agindo assim os conservadores teriam agravado a  
política-crise ao longo da década de 1870. É essa postura  
contraditória que vai orientar a solução da seca-crise, a partir de  
março de 1878. Para Montenegro:

Os Rodrigues-Julianos dispunham dos socorros públicos.  
Resolviam, por isso, afastar das comissões de socorros a  
todos os adversários, “que se sentiam com força e dignidade  
bastantes para não se sujeitarem a infâmias”. Implantaram,  
desse modo, “na distribuição das esmolas públicas o  
exclusivismo, o escândalo e o latrocínio”. Como se devia  
esperar, “este torpe sistema de socorrer aos famintos  
converteu-se logo em abundante califórnia para os amigos da  
administração, e em terrível flagício para os infelizes que,  
confiados nas garantias que promete a nossa constituição,  
recorriam pressurosos ao óbolo oficial para salvarem a vida. O  
resultado de tudo isso, sabem todos qual foi: - enriqueceram  
os agentes do governo, e aniquilou-se a população pela fome  
e pela peste”. (...).<sup>220</sup>

Ainda, segundo Montenegro:

---

<sup>220</sup> Id. Ibidem., p.41. O que está aspeado foi reproduzido da edição do jornal conservador Constituição de 16/01/1879.

O senador Jaguaribe, em discurso no Senado e publicado em Pedro II, na edição de 16 de fevereiro (1879 – grifo meu), declarava: “Há uma crença muito encarnada no partido liberal daquela província de que um partido que está de cima pode fazer tudo, e realmente ali o está fazendo...”<sup>221</sup>

Analisa-se, pelas informações de Montenegro, que os procedimentos dos liberais para enfrentar a crise política eram tão ineficientes ou quase inexistentes como o dos conservadores, se é que de fato existia vontade política de moralizar a administração pública e a própria política, já que passada a vez dos conservadores de mandar era a oportunidade dos liberais. É ainda nesse ambiente de disputa política acirrada e de persistência da política-crise que os liberais vão tentar implementar as propostas de solução da seca-crise.

Apesar das críticas aos conservadores, os liberais mantiveram a distribuição de gêneros alimentícios, mesmo depois que assumiram o comando da província. Não poderia deixar de ser diferente, pois a maior parte da população estava passando necessidades, mas a essa distribuição os liberais acrescentaram regras rígidas e orientaram os beneficiários para o trabalho.

A thesouraria da fazenda recomenda que a distribuição de generos, que fica á seu encargo, para ser regular, deve obdecer as seguintes instruções

1.<sup>a</sup> – O armazém do deposito de generos ficará cargo do collecter geral, o qual deverá ter um livro de entrada e sahida dos ditos gêneros.

---

<sup>221</sup> Id. Ibidem., p.42.

2.<sup>a</sup> – O commandante do destacamento, á requisição do referido collecter ou da commissão, prestara a guarda precisa para o deposito, e bem assim para a segurança dos generos, durante o seu desembarque e transporte.

3.<sup>a</sup> – A distribuição dos generos far-se-há publicamente (...).

4.<sup>a</sup> – Não poderá sahir do deposito volume algum para ser distribuído em outro lugar sem ordem, por escrito, assignada pela commissão.

5.<sup>a</sup> – Os homens validos, soccorridos pelo Estado, deverão ser empregados em obras publicas e, na falta d'ellas, em abrir e preparar roçados que, quando se fizerem, serão distribuidos equitativamente aos indigentes, que nelles trabalharem.<sup>222</sup>

Essa matéria refere-se ao expediente do governo do dia 23/08/1878, que saiu só em fevereiro de 1879, mas nota-se que a atuação do governo liberal sempre agia no sentido da valorização do trabalho. As regras são objetivas e rígidas, mas talvez pouco aplicadas, como já mostradas por Montenegro. Curiosamente, nesta mesma edição, o Cearense publica artigo que diz:

Um anno só de governo e o credito restaurado, a confiança restabelecida e, si nem todas as dificuldades estão superadas, não é preciso recorrer a medidas extremas para fazer entrar o paiz em vias normaes.<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> Jornal Cearense, 02/02/1879, coluna Parte Official. O Cearense publica o expediente do governo, referente ao ano de 1878, até a edição de 11/07/1879.

<sup>223</sup> Jornal Cearense, 02/02/1879, coluna Cearense.

Pode-se estabelecer uma relação entre os dois artigos, pois os liberais mostraram que após assumirem o comando dos negócios públicos provinciais a assistência aos flagelados foi racionalizada e a província teve a solução dos seus problemas acelerada.

A seca-crise foi intensa em 1877-78, mas a partir de 1879 mostra sinais lentos de recuperação, apesar dos efeitos ainda graves, como informa a edição do Cearense, de 02/02/1879, na coluna Noticiário. Nesta coluna aparecem notícias sobre as chuvas que aumentaram, sobre o fechamento de alguns abarracamentos e enfermarias, sobre a quase extinção da varíola e sobre a prisão de bandidos no interior. Se a seca-crise mostra sinais de recuperação, não é só porque a natureza está ajudando; é também pelas superiores qualidades administrativas que os liberais têm de sobra e:

Os adversários do governo, movendo-lhe uma guerra tenaz e constante, esquecem cedo as ruínas moraes, que de si deixou a situação passada e bem assim esse estado de quasi desespero em que ficou o paiz, arrastado pela imprevidência ás portas da bancarrota.

Não é só na ordem administrativa que avultam os serviços da actual situação: na ordem política ella ha de deixar um traço indelével de sua passagem, (...).<sup>224</sup>

Os debates ainda são acirrados e percebe-se a semelhança entre a defesa e a crítica dos liberais, quando estão na situação e na oposição, respectivamente. Em outra edição do Cearense, de 25/04/1879, na coluna Noticiário, a idéia de que a seca-crise vai sendo

---

<sup>224</sup> Jornal Cearense, 23/04/1879, coluna Cearense.

vencida aparece novamente; dessa vez, anuncia-se a ida de quase sessenta mil retirantes da capital para o centro da província, medida que visava diminuir as aglomerações em Fortaleza e evitar novas epidemias.

Se por um lado a seca recua lentamente, por outro as ações de combate continuam, tendo os liberais encontrado uma forma privilegiada de combater a seca- crise na construção de uma infraestrutura que viabilizasse o desenvolvimento material da província. Para isso, retirantes trabalharam nas obras da ferrovia de Fortaleza-Baturité e de Sobral, nas melhorias do porto de Fortaleza e também nas obras de calçamento em Fortaleza.<sup>225</sup> Esses melhoramentos materiais foram importantíssimos para os liberais porque empregaram os retirantes e prepararam para o futuro uma província já tão sofrida pela calamidade.

Nos meses de junho e julho de 1879, o jornal Cearense publica uma série de sete artigos sobre a administração de João José Ferreira de Aguiar (conselheiro Aguiar), que administrou a província do Ceará de 24/11/1877 a 21/02/1878<sup>226</sup>. O conselheiro Aguiar administrou a província antes de José Júlio e foi a última administração conservadora antes de os liberais assumirem o poder em março de 1878. Essa série de artigos é uma resposta dos liberais cearenses, que resolveram comentar os artigos que o Sr. Aguiar publicou em um jornal no Recife em defesa de sua administração, criticada na Câmara dos Deputados. Os liberais do Cearense criticam o conselheiro Aguiar

---

<sup>225</sup> As referências às obras ferroviárias (Fortaleza-Baturité e Sobral), de melhoria no porto e de calçamento em Fortaleza, aparecem nas edições do jornal Cearense de 20 e 30/04, de 02/05 e de 11/06, respectivamente, ambas na coluna "Parte Oficial".

<sup>226</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 112.

por ter cometido basicamente dois erros graves na condução da solução da seca-crise: ter incentivado a migração de cearenses para o sul e norte do Império e ter sido negligente com a distribuição de alimentos aos flagelados. Sobre a migração forçada de retirantes para fora do Ceará, os liberais afirmavam que ela diminuiria o custo com o combate à seca, fora os problemas posteriores de falta de mão-de-obra, que a província enfrentaria. Sobre a negligência na distribuição de alimentos, os liberais criticavam o pouco esforço da administração do Sr. Aguiar em levar comida aos lugares mais longe e necessitados, inventando desculpas como a falta de estradas adequadas, de animais de transporte, de pasto para a tropa e de água. Não que isso fosse supérfluo, mas os liberais criticavam mesmo era o abandono de uma população necessitada, que estava morrendo de fome, já que o conselheiro dizia, ainda, que os sertões já deviam estar desabitados e que os gêneros alimentícios ficavam com as comissões de socorros. A negligência na distribuição de gêneros alimentícios no interior teria acarretado, segundo os liberais, um outro problema causado também pela negligência do Sr. Aguiar – a migração excessiva de retirantes para Fortaleza. Para o Cearense:

S. Exc. o Sr. Conselheiro Aguiar Tacteu sempre, sem haver feito em beneficio do Ceará, cuja administração, elle aceitara em nome da religião, da nação e do governo (...).  
Não cumprio o seu dever, que elle proprio reconhecera ser ao mesmo tempo politico, social e de pura caridade, porque a sua indiferença systematica, ás numerosas reclamações feitas perante o seu governo deve-se haver morrido muita gente a fome, e até nas portas do palácio.

S. Exc. o Sr. Conselheiro Aguiar resumia tudo em fazer distribuir uma ração a cada indigente, nada o preocupando a reabilitação dos miseráveis, (...) – o trabalho.<sup>227</sup>

Mais uma vez vê-se a valorização do trabalho como algo regenerador e civilizador e a valorização dos aspectos morais elevados no trato das questões publicas, atitudes fundamentais para a solução da crise, segundo os liberais. Mesmo os conservadores e os liberais criticando-se mutuamente na atuação ao combate à seca-crise, deve-se analisar a mudança de perspectiva na condução do combate aos problemas graves da seca, em que o incentivo ao trabalho e tudo que pode vir dele exemplifica a ação dos liberais.

Analisamos, ao longo de item, que a solução da crise engloba uma quantidade enorme de possibilidades e que, de forma controversa, essa solução inicia-se com uma intensa disputa política entre liberais e conservadores sobre o reconhecimento da crise, que, dependendo da ótica – oposição ou situação –, faz o problema parecer não existir ou não ser muito grave. A crise, que marcou a década de 1870, ou a idéia de crise em alguns momentos, exigiu da elite política cearense ação e solução para que o controle sobre a sociedade não fosse questionado, nem por outro grupo da elite e nem por outro grupo social qualquer. Essa ação estratégica da elite política tinha que ter respaldo social, mas também tinha que passar pela proximidade com o governo geral, pois a maior parte dos recursos vinha dele. Dessa aproximação com o governo geral, a elite política cearense teve que

---

<sup>227</sup> Jornal Cearense, 06/07/1879, coluna Cearense.

definir responsabilidades para o governo provincial e geral, definir melhor o que era o Ceará dentro de um contexto nacional, como também definir uma certa ligação entre o Norte e o Império. Serão esses os fatores analisados no item seguinte.

### 3.3 – O PROVINCIAL E O NACIONAL

A elite política cearense passou por anos muito tumultuados na década de 1870, período em que ela teve que interagir, forçosamente, com uma série de problemas graves, que podem ser resumidos com o nome de “crise”. A crise se expressou, principalmente, em forma de uma discussão política acirrada, nem sempre coerente, entre liberais e conservadores; expressou-se também por meio da seca, que assolou a província do Ceará ao final da década. Durante o processo de discussão da crise, a elite política tentou estabelecer uma definição que pudesse torná-la inteligível, pensando em propostas que contribuíssem para sua solução. O processo de discussão da crise foi marcado por opiniões na maioria das vezes diferentes, resultado de uma abundante troca de insultos morais e acusações de improbidade administrativa. Contudo, se liberais e conservadores divergiram sobre muitos assuntos que envolviam a crise, um tema era pacífico entre eles: a necessidade da ajuda do governo geral para a solução da crise. Essa ajuda poderia variar quanto ao tempo que deveria vir, e quanto ao espaço onde deveria ser concentrada, mas sempre vinha do governo geral.

O auxílio do governo geral deve ser entendido dentro da lógica da centralização administrativa, além, é claro, do comprometimento moral que o Império tinha que ter com as províncias. A centralização administrativa promovia a troca de presidentes, a nomeação de magistrados e a transferência dos recursos

provinciais para o Rio de Janeiro. Acabou limitando, em parte, a autonomia das províncias e concentrando na Corte uma responsabilidade muito grande na gestão dos negócios públicos, mesmo que isso falhasse com freqüência, já que a centralização do poder construiu um esquema que tinha uma estrutura macrocefálica<sup>228</sup>. O comprometimento moral estabelecia uma ligação sentimental com as províncias; em caso de problemas graves, as imagens de sofrimento, de horror, de miséria e de atrocidades políticas faziam com que a atenção do governo Imperial fosse redobrada, no sentido de que a situação voltasse o mais rápido possível à normalidade, evitando assim a desestabilização da ordem. Durante a política-crise e a seca-crise, o governo central esteve muito próximo da província do Ceará e a elite política enxergou o quanto isso era interessante para os seus propósitos de preservar o seu poder de mando em certos moldes.

Os jornais políticos deram vazão aos reclames da elite política cearense e publicaram vários artigos, que originalmente tinham sido discursos parlamentares, representações de classe, críticas de jornais de outras províncias, ou mesmo artigos cotidianos da luta política entre liberais e conservadores. Nesses artigos, a elite política mostrou a crise em toda a sua extensão, deixando sempre claro o drama que envolvia a província, seja no começo ou no final da década de 1870, mas fundamentalmente durante a seca de 1877-79.

Os artigos jornalísticos sobre a seca-crise, até ela ser reconhecida definitivamente, em abril de 1877, limitavam os possíveis pedidos de auxílio ao governo provincial. De abril em diante, porém, tais artigos começaram a se voltar para o governo geral e, à medida que a seca avançava, a necessidade da ação do governo geral aumentava e recrudescia a idéia de que a ele cabia a principal responsabilidade na resolução da crise, cabendo à administração provincial um trabalho complementar, mas também importante. O Império responsabilizava-se basicamente por disponibilizar recursos financeiros, mas ele também promoveu estudos científicos, forneceu alimentos e enviou médicos.

---

<sup>228</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 118. Segundo Carvalho, esse esquema macrocefálico da centralização administrativa concentrava a burocracia na capital do Império, diminuindo-a nas províncias e nos municípios. Era uma estrutura que tinha uma “cabeça grande e braços curtos”.

Mediante o que foi exposto sobre a crise e sobre a necessidade da ação do governo geral para resolvê-la, o objetivo principal deste item é discutir o papel do Estado Nacional frente à crise que assolou a província do Ceará na década de 1870. Embora já tenha sido feita uma referência sobre esse papel, o da responsabilidade administrativa e moral, o que faremos é discutir a forma como a elite política cearense lidava com isso, analisando as estratégias traçadas por ela para se aproximar diferenciadamente do governo central. Nesse processo de análise, será privilegiada também a definição que a elite política cearense deu do espaço provincial, do espaço nacional e a relação desses espaços.

Com o intuito de analisar o objetivo principal desse item, uma questão importante deve ser abordada inicialmente: a da idéia de localização geográfica que a elite política cearense tinha na época. Podemos dizer que era uma idéia sem muita rigidez espacial e que, no final do século XIX, a idéia de que algo ficava ao norte ou ao sul dependia de onde se emitia o discurso ou a que espaço o discurso se referia. Durante a seca de 1877-79, o jornal Cearense publicou, por muitos meses, durante o ano de 1877, uma coluna intitulada “Revista das Províncias”; esta coluna era dividida em duas partes, uma dedicada às “Províncias do Sul” e outra dedicada às “Províncias do Norte”, e nelas se publicavam notícias variadas sobre as províncias brasileiras. A divisão feita pelo Cearense era interessante, pois o que ficava acima do Ceará pertencia ao norte e o que ficava abaixo pertencia ao sul. O Cearense noticiava as informações sobre a Paraíba e Pernambuco e se referia a elas como províncias do sul; quando informava sobre o Piauí, Maranhão e Amazonas, referia-se às províncias do norte. E o Ceará? Este não precisava ser identificado, pois era de onde se falava. Da mesma forma, se o Cearense se referisse ao Rio de Janeiro, o que ficasse acima dele era norte e o que ficasse abaixo era sul; nesse caso, o Ceará aparecia e ficava no norte do Império, pois se falava em relação à capital do Império e ao próprio Império como um todo. A idéia de que um determinado número de províncias pudesse fazer parte de um mesmo espaço geográfico e que estavam ligadas por alguma característica comum era algo ainda muito frágil, praticamente inexistente, mas que pode ser pensado a partir dessa época (década de 1870) em diante.

Independentemente dessa “fragilidade” na referência geográfica, quando o assunto era a política-crise ou a seca-crise, uma concepção estava muito esclarecida para a elite política cearense – a de que a parte, a província, o Ceará, estava ligada a um todo, ao Império. A parte, portanto, para voltar à normalidade, precisava do empenho do todo, mas tinha que mostrar suas necessidades para que a ajuda e sua intensidade se justificasse; à medida que a necessidade bem mostrada se transformou em recursos abundantes, o que era trágico e ocasional (seca na década de 1870) se transformou também em proveitoso e providencial. Nesse discurso da elite política, em que as necessidades foram mostradas, uma nova aproximação entre a província e o Império estava em curso. Segundo Michel de Certeau:

(...). A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças.<sup>229</sup>

Percebe-se que por motivos diversos (preservação do poder, imobilização das classes subalternas e identificação moral) a elite política cearense enxergou um potencial na crise que, além de ser trágica, se mostrou também útil. As imagens – durante e depois – da seca de 1877-79 foram muito bem trabalhadas e o medo da crise passou a ser constantemente uma possibilidade que requeria a ação imediata da elite política e do governo central.

O papel do Estado Nacional frente à seca-crise mereceu uma importante apreciação, de forma bem direta, com o envio de uma representação da Associação Comercial de Fortaleza ao governo geral, por meio da qual os comerciantes reclamavam medidas para não verem a província arruinada. Segundo a representação:

---

<sup>229</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Primeira Parte, capítulo III, Estratégias e Táticas.

Os abaixo assinados, (...) vem juntar os seus reclamos aos da população que pela imprensa, e por intermedio do delegado do governo de V. A. I. nesta provincia pede o auxilio dos poderes do estado para conjurar perigos, que ameação destruir a obra paciente de longos annos – a prosperidade desta provincia.

Senhora, depois de cinco annos de embarços de toda sorte, que tem experimentado o commercio do Ceará (...) sobreviver a falta de quase absoluta chuvas, que fez perder-se a colheita do anno, perecer o gado, que constitue a maxima parte da riqueza dos sertões, seccarem as fontes e ribeiros, finalmente ficarem os campos desprovidos de suas pastagens, o que importa vedar o transito, isolando as populações para perecerem a mingua de todo o socorro (...).

(...).

Nestas condições urge que o governo de V. A. I., venha em socorro d'uma população tão inteligente e laboriosa, ministrando-lha auxilios capazes de fazel-a supportar os males da quadra climatica, que tem de atravessar, não se desgraçando ou perecendo.

(...).

A esmola, que humilha o homem valido e consciente do seu vigor, e cabe somente aos infelizes que renuncião a toda esperanza de haver o pão pelo seu trabalho, não é certamente o que exige a população da provincia.

Reclama o trabalho, (...). O producto delle entrará para o commercio com uma força que se multiplicará, aproveitando geralmente, máxime as classes pobres.

É pois no intuito de haver trabalho para a população d'esta provincia que os abaixo assignados dirigem a V. A. I. as suas supplicas.<sup>230</sup>

O artigo segue reafirmando as vantagens do trabalho – sobre a esmola – de animar o comércio, ocupar o pobre e dar lucro para o Estado, com obras que melhorariam a infraestrutura da provincia (prolongamento da ferrovia de Baturité e melhorias no porto). Percebe-se que houve a nomeação de algumas idéias para a identificação e solução da crise; para esta última o governo geral era fundamental, pois cabia a ele o aporte de recursos e a preservação dos laços morais que uniam o Império. Chama a atenção as argumentações dos

---

<sup>230</sup> Jornal Cearense, 26/04/1877, coluna Cearense.

comerciantes de como eles mostraram a província ao governo central: próspera, construída com labor e de gente inteligente, mas prestes à destruição, pois a seca chegara e com ela vieram a fome, a morte do gado e das pessoas, a escassez de água e a desorganização do comércio. O trabalho proposto pelos liberais para a solução da crise passava pelos cofres do governo, e na província o trabalho deveria ser valorizado. Nota-se que havia no discurso dos comerciantes uma certa idéia de bem e mal, além de uma suposta identificação de todos os cearenses para combater a crise. Os reclamos do comércio parecem ter sido atendidos, pelo menos em parte, já que:

A província ficou arruinada: (...); só a Capital aumentara, devido em grande parte ao afluxo de emigrantes e ao desenvolvimento do comercio de gêneros alimentícios.<sup>231</sup>

Registra-se que o comércio de alimentos cresceu a despeito do flagelo, o que permite pensar que a solidariedade que unia os cearenses era limitada, pois se algumas pessoas ganhavam muito dinheiro outras morriam por falta de comida. Mostrar a província em uma certa situação de crise foi de fato muito útil para os interesses do comércio, que acabou reforçando o discurso da elite política, sendo muito comum a identificação desses dois elementos em uma só pessoa.

---

<sup>231</sup> BRASIL FILHO, Thomaz Pompêo de Sousa. O Ceará no Começo do século XX. Fortaleza: Typo – Lithographia a Vapor, 1909. In: PAIVA, Maria Aírair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 45. O crescimento das atividades comerciais ligadas aos gêneros alimentícios também foi verificado por TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995, p. 137. Takeya analisa o caso da Casa Boria Frères.

A necessidade do auxílio do governo geral para combater a seca é também percebida fora do Ceará; em matéria reproduzida pelo Cearense, do Jornal do Recife, isso fica evidente:

Terrível crise flagela o norte do Imperio – a fome, a miseria com todas as suas conseqüências, é o que nos antolha. Mais terrível ainda é a impassibilidade do governo geral, as meas medidas do provincial, a morosidade de sua acção e o pouco caso da miseria do povo!

(...).

Por aqui tambem a secca, e terrivel, (...).

(...). Maldito poder moderador que tudo corrompe, desvirtua e aniquila.<sup>232</sup>

Verifica-se que a necessidade da intervenção do governo geral para que a crise fosse debelada era de fato pertinente e que os liberais de Pernambuco acompanharam os do Ceará. Nota-se, também, que a referência ao norte do Império é destacada porque se fala em relação ao governo geral, que fica no Rio de Janeiro, sendo o poder moderador parte da política-crise que estava presente à época da seca-crise.

Nos meses de maio e junho de 1877, uma série de três artigos intitulados: “A secca e o governo geral”, “Ainda o governo geral e a secca” e “O governo geral e a secca no Ceara”, avaliaram a responsabilidade e as ações do governo geral diante da seca que assolava o Ceará. Segundo o Cearense:

---

<sup>232</sup> Jornal Cearense, 01/05/1877, coluna Interior.

Nem mais uma esperança, nem se quer uma consolação  
nos resta de inverno em nossa malfadada província no ano  
corrente.

(...).

Ao caminhos cobrem-se de famílias inteiras, compostas de  
velhos, moços e crianças, em quase estado de nudez, lividas  
de fome com os pés ensangüentados da marcha forçada e  
muitas vezes prostadas de cansaço e fadiga.

Parece que a província acorda de um horrível pesadelo

(...).

As cidades do litoral regurgitam de imigrantes, (...).

E no meio deste conserto lúgubre de gemidos e ais, ouve-  
se a voz severa do governo geral que zomba dos nossos  
males ou os olha com pouca compaixão.

Sabemos que o Sr. Estelita tem feito pedidos e  
reclamações ao governo geral, no sentido de enviar dinheiro  
para socorrer as despesas urgentes com socorros a pobreza  
desvalida, mas em vez de numerário, envia-se saques contra  
a thesouraria que não tem verba para pagar seus  
empregados.

Esse indifferentismo toca a zombaria. O pretexto da  
economia, não pode ser invocado por um governo que tem  
esbanjado milhares de contos, em construcções de  
encouraçados trancas que só servem para toldar as águas do  
Tamisa, e de outra inutilidade deste jaez.<sup>233</sup>

Percebe-se que nesse contexto da crise os liberais e também os  
conservadores – já que é citado o nome do presidente Estelita –  
optaram por uma fórmula para justificar o pedido de recursos ao  
governo geral: mostrar primeiro a desgraça com todas as suas

---

<sup>233</sup> Jornal Cearense, 24 /05/1877, coluna Cearense.

imagens impactantes, depois apresentar a conta para combatê-la e, para finalizar, lembrar a responsabilidade do governo geral frente à crise, criticando sua inércia e o pouco comprometimento com os necessitados, que estão morrendo aos poucos, durante suas marchas infelizes e quando chegam em Fortaleza. É um discurso muito bem elaborado pela elite política, pois ela se mostra, nas entrelinhas, necessária à condução do combate à crise e mais: ela esta fazendo “tudo” que pode para isso.

Continuando a série de artigos, que relacionaram a seca e o governo geral, os liberais do Cearense referem-se às províncias do Norte, um espaço sem muita definição e identidade, ainda disperso e pouco sistemático, mas que aparece no discurso da elite política nos anos de 1870, começando a formar um bloco diferenciado dentro do império, articulado pela crise. Não é ainda a idéia de crise eterna que vai marcar o discurso regionalista das décadas posteriores e que vai consolidar um significado para o norte e depois o nordeste. Segundo o

#### Cearense:

As províncias do norte atravessam uma dessas crises dolorosas, para as quais os remédios são impotentes e perniciosos, quando applicados tardiamente.

De afflictiva que era a condição dos sertões d’esta provincia; vae se tornando consternadora, (...).

(...).

Em outro paiz bem governado, e menos imbuído do espírito partidário, (...), o governo não teria abandonado aos horrores da miseria e as inclemencias da secca, como fez, uma parte de seus administrados em perfeita validez e pujança da força, quando sobrecarregando-a, com sabias

medidas poderia fazer a felicidade de muitas famílias, e dotar a província de sérios e proveitosos melhoramentos.

— (...).

Não é certamente obrigando os indigentes a receberem a esmola oficial que se conseguirá minorar os males causados pela secca..<sup>234</sup>

Avalia-se que o norte dos liberais do cearense, como o senador Pompeu, era o espaço da seca, do sertão, do gado e da fome. A partir do momento que o auxílio do governo central se fez necessário para resolver a seca-crise e a política-crise, foi preciso aumentar os reclamos pela ajuda; nesse processo a elite política cearense fala de outras províncias do norte em crise, como o Rio Grande do Norte e a Paraíba.

No ano de 1877 a seca aproximou, de forma diferenciada, a província do Ceará do governo central. Era o início de uma “batalha” que já havia superado algumas fases: a seca já tinha sido reconhecida e discutia-se a quantidade de recursos que estavam disponíveis e a prontidão com que eles chegavam à província. No ano de 1878, o fluxo de recursos parece que ganhou um ritmo contínuo, estavam sempre disponíveis, mas ainda em quantidade limitada. O que se discutia, então, era a pouca quantidade de recursos, mediante o agravamento da crise, e a sua desvirtuada aplicação. Em 1879, havia uma outra questão para a elite política, durante a seca: como as chuvas que caíram eram maiores do que nos anos anteriores, uma parte da elite política, os conservadores, dizia que a seca estava

---

<sup>234</sup> Jornal Cearense, 10/06/1877, coluna Cearense.

“caminhando” para o seu fim, falando até na diminuição dos recursos.

Para os liberais, o fim da seca e dos seus efeitos era uma possibilidade ainda descartada, mas em matéria reproduzida do Jornal do Recife, que publicou a fala do trono, a seca parecia ter minimizado em alguns aspectos, pelo menos para o governo geral.

Falla do Throno. – (Do Jornal do Recife de 5 do corrente).

Augustos e dignissimos Srs. Representantes da Nação.

— (...).

Em nenhum ponto do Império foi perturbada a tranqüilidade publica; é lastimável, porem, que em alguns lugares deixasse de haver segurança individual da propriedade. As causas notorias, por mais de uma vez trazidas ao vosso conhecimento, accresceram outras, provenientes da calamidade da secca e conseqüente mudança da condição e habito da população. O governo empenha-se em combater essas causas (...).

As copiosas chuvas que em fins do mez de fevereiro e março cahiram nas províncias do norte, geraram animadoras esperanças de que era chegado o termo de tanto soffrimento.

Infelizmente, porem, as ultimas noticias não são tranqüilizadoras. Nestas circumstancia, entende o governo que é dever sagrado continuar a auxiliar aquella população, enviando-lhe os socorros indispensaveis e chamando-a aos habitos do trabalho. Comprazo-me em declarar-vos que o estado sanitário embora não seja satisfatorio, como fora para desejar, está longe de justificar os receios que inspirava.<sup>235</sup>

---

<sup>235</sup> Jornal Cearense, 16/05/1879, coluna Noticiário.

Observa-se que houve uma aproximação entre as idéias de províncias do norte e a crise, na fala do trono, mas o norte não aparece especificado, limitado geograficamente: é ainda é o que está acima do Rio de Janeiro. Um outro ponto a ser observado, decorrente, em parte, da limitação geográfica acima, é que o norte aparece como um único espaço, sem referências individuais às províncias, pensado como um todo; mas não existia seca em todo o norte e em cada província a seca podia ter intensidade diferenciada, assim como soluções diferenciadas.<sup>236</sup>

O ano de 1879 marca de fato o fim da seca-crise que afetou a província do Ceará a partir de 1877. Ao final de 1879 observamos uma discussão política semelhante ao início de 1877. Se nos primeiros meses de 1877 a elite política cearense discutia o início da seca, no segundo semestre de 1879 discutia-se o fim da seca. No início da seca mandam os conservadores, que retardam quanto podem o reconhecimento do seu início, e no final mandam os liberais, que retardam quanto podem o reconhecimento do seu final. Contudo, a discussão política foi muito parecida e também muito intensa: os conservadores rejeitam a seca porque, principalmente, daria trabalho para combatê-la e os liberais divulgam a seca porque, fundamentalmente, ela traz recursos financeiros. Apesar de liberais e conservadores se comportarem de modo diferente diante da seca, isso não inviabiliza a idéia de que a elite política, como um todo,

---

<sup>236</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "A Questão Regional: Gênese e Evolução". In: *Ciência Histórica*. João Pessoa: nº 1, 1984. p. 03. As argumentações de Silveira são aplicadas ao caso nordestino, mas podem ser pensadas também para o caso do norte, na década de 1870, pela relação hereditária entre esses dois casos.

saísse lucrando com a seca-crise, pois liberais e conservadores queriam se preservar como elite dirigente.

O processo de superação da seca-crise era de fato lento e era preciso muito mais do que chuva, para a seca-crise ser solucionada.

O Cearense reproduz uma matéria intitulada “Secca do Ceará”, publicada originalmente no jornal do Comércio, de Recife, em que podemos observar mais algumas idéias que apontam para o fim da seca e para a aproximação entre a província de Ceará e o governo geral. De acordo com o artigo:

Desde que a secca no Ceara tomou a proporção de uma calamidade publica, e que a acção do governo em respeito a constituição, se tinha que fazer sentir para acudir aqueles, que sem abrigo e recursos se achavão voltados ao martyrio da fome e da miseria surgiu a benefica ideia, de que o trabalho fosse de preferênciã adoptado á esmola, (...).

(...).

(...), pergunto, em que obras se deverião enpregar estes braços, de que dispunha a província, que absolutamente sem recursos estavam a merce do pão e do governo?

Sem duvida em escolas, igrejas, açudes, estradas, aterros e outros (...).

(...).

Ahi se acha no parlamento a deputação cearense, que a par dos acontecimentos da provincia póde melhor do que ninguem, esclarecer a questão.

O aviso do ministerio da fazenda de 26 do passado, solicitando a suspensão dos fornecimentos de julho em diante, collocará a provincia em serios embarços, apesar de alguns recursos que produzirão as chuvas deste anno; mas estes não satisfazem ainda as necessidades da população

que se acha deslocada. A suspensão do chofre acarretará calamidades; (...) pelo amor de Deus, não abandone a uma população que ainda precisa dos socorros do Estado..<sup>237</sup>

O autor desse artigo, reproduzido pelo Cearense, foi Liberato de Castro Carreira, liberal e futuro senador do Império, que de Recife avaliou a situação do Ceará em relação à seca. Para ele, é necessário: valorizar o trabalho, aumentar a infra-estrutura e conservar a ajuda do governo central, que não pode ser suspensa a partir de julho de 1879. Ele segue um modelo já analisado anteriormente, mostra o problema e aponta a resolução, para a qual, mesmo com recursos financeiros e trabalho, é necessária a mão protetora do governo geral, pois se ele resolvesse “decretar” o fim da seca, uma grande parcela da população passaria extrema necessidade e a necessidade extremada resultaria em problemas sanitários, doenças, fome e ataques à propriedade. A relação da província com o governo geral parece ser sempre tensa durante toda a seca de 1877-79, especialmente no final de 1879 – um interesse da elite política nacional pelo fim da seca- crise aumenta a tensão porque se cogita a possibilidade do fim da seca e da suspensão dos recursos para combatê-la.

Em artigo do dia 09/07/1879, os liberais novamente abordam o tema do fim da seca e reafirmam o interesse do Senado em encerrar o envio de recursos para a seca. Segundo os liberais do Cearense:

---

<sup>237</sup> Jornal Cearense, 04/07/1879, coluna Transcrição.

Os que procuram longe desta provincia conhecer as suas verdadeiras circunstancias, certo hão de ficar vacillantes no meio das mais encontradas informações.

(...).

A julgar-se das discussões incessantes havidas no senado, tem tido nossa província mais do que fora o bastante para socorrer as necessidades ocasionadas pela secca, (...).

Se é induzido, alem de tudo, a acreditar pelo que já affirmou ali o Sr. Teixeira Junior, que nem mais secca existe,

(...).

(...).

Não haverá, estamos convencidos quem conhecendo o nosso verdadeiro estado, de boa fé aconselhe a cessão de socorros á esta província. <sup>238</sup>

Nota-se a insistência do senado em acabar com a seca e os liberais trabalhando para mantê-la. Para a manutenção dos recursos, os liberais convidam todos os que são contrários a essa ação para que conheçam a província, e ainda, apela para a boa fé dos que querem ver a província com recursos. Isso mostra também uma disputa política intensa sobre a disponibilidade dos recursos nacionais, para o combate da seca-crise.

Ainda sobre essa discussão no Senado, em que a casa se apressa em por fim à seca e aos recursos para combatê-la, os liberais cearenses afirmam que até o senador conservador pelo Ceará, Domingos José Nogueira Jaguaribe (Visconde de Jaguaribe), saiu em defesa da continuidade do reconhecimento de seca, mas criticou a má

---

<sup>238</sup> Jornal Cearense, 09/07/1879, coluna Cearense.

condução dos negócios da seca, em que as comissões de socorros eram sempre suspeitas de desvios. Segundo o Cearense:

Fallaram em S. Exc. sentimentos humanitarios e os males que ainda affligem a provincia natal não permittiram que lhe ficasse abafada a voz da consciência.

De tudo se tem feito arma de opposição contra o governo e a secca do norte é o vasto campo em que actualmente respigão largamente os opposicionistas senadores.

Faz-se o governo directamente responsavel pelo excesso de despesas, que tem havido com a prestação de socorros as provincias flageladas pela secca (...).

(...).

Si o Sr. senador Jaguaribe se tivesse limitado em seu discurso a levar a verdade ao espirito rebelde de alguns de seus colegas, (...), não teriamos senão que agradecer esse serviço (...).

Mas S. Exc. foi alem.

Declamando contra o serviço da distribuição de socorros na provincia, (...) por fim o Sr. Jaguaribe denunciante de depredações, (...).

Occupou-se também o illustre senador cearense da conveniência da expatriação de seus comprovincianos para a fundação de uma colonia em terras do sul, o que importa condemnar como maldita esta região pelo facto das seccas periodicas.

(...).

Peza-nos que S. Exc. não tivesse encarado a questão das estradas de ferro no Ceará debaixo de seu verdadeiro ponto de vista, rebatendo convenientemente os seus co-religionarios, dominados de espirito estreito para tudo

negarem ao norte como signal ao mesmo tempo de  
desconfiança do governo.<sup>239</sup>

Depreende-se, pelo artigo exposto, que houve um intenso debate em  
nível nacional, mas também provincial, sobre o fim ou não da seca-  
crise. No Senado, o Sr. Jaguaribe, como um cearense, afirmou a seca,  
mas condenou a condução desonesta de sua solução na província do  
Ceará. Percebe-se, ainda, que aparece nesse artigo uma certa  
indisposição do Senado contra a seca do norte. Para reforçar isso, os  
liberais reclamam que a migração de cearenses para o sul condenaria  
a província à desgraça por causa da seca (imagem forte, mas  
necessária a elite política) e que os senadores conservadores tudo  
negam ao norte e desconfiam do governo. Ao se referir ao norte, o  
senado comete os erros descritos anteriormente. O norte como um  
espaço diferente e articulado, marcado pela crise, vai aos poucos  
ficando visível.

O que foi exposto neste item sobre a relação do governo  
provincial com o governo geral deixou evidente que em momentos de  
crise a elite política cearense se aproximou demasiadamente do  
governo central. Essa aproximação era patente em um momento de  
crise pelas várias responsabilidades do governo geral, mas durante a  
década de 1870 ela se fez diferente, procurando, além de tudo, definir  
a província, o norte e a nação.

A proximidade com o governo geral fez com que a elite política  
enxergasse o potencial que tinha na idéia de crise, e a partir da seca-

---

<sup>239</sup> Jornal Cearense, 16/07/1879, coluna Cearense.

crise a elite definiu espaços de atuação e preservação do seu poder de mando. Essa proximidade é vista por Maria Arair Pinto Paiva da seguinte forma:

Durante esse tempo atroz, o governo central foi fortemente pressionado para vir em socorros às vítimas do enorme flagelo. O grupo de pressão teve um líder natural na pessoa do senador cearense Thomás Pompeu de Sousa Brasil, (...). Sob o seu comando, senadores e deputados gerais, primeiro somente os da Província do Ceará e, em seguida, também os do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul (...), num total de 23 representantes, reivindicaram a utilização do Fundo de Socorros das Províncias, (...) e apresentaram, na Câmara dos Deputados, projeto de lei dando um reforço de 2.000 contos às verbas de auxílio. O projeto foi aprovado por ambas as Casas do Parlamento e serviu de ponto de partida para iniciativas posteriores.<sup>240</sup>

Observa-se que a ação conjunta da elite política deu a ela um poder a mais dentro do contexto social; não que isso fosse novidade para a elite brasileira, mas é que agora a união deu-se em torno da crise, tendo como referência a pior de todas as secas-crisis que aconteceu em uma determinada região: o norte.

## **CONCLUSÃO**

O presente trabalho teve por objetivo investigar a elite política cearense na década de 1870 e partiu-se do pressuposto que durante

---

<sup>240</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. Cit., p. 45.

esta década a elite teria apontado para uma mudança no seu discurso político em relação a si a ao Estado Nacional, mediante as transformações que afetaram, não só a província do Ceará, como também o Império brasileiro. Essas transformações, que marcaram a política, a economia e a sociedade cearense, podem ser representadas pela discussão em torno da Lei do Ventre Livre, pela mudança de comando na política imperial, pelas questões que envolveram a produção algodoeira e a pecuária, pela expansão da cafeicultura no sul do Império, pelo aumento do comércio de exportação e por um contado maior com o continente europeu.

O discurso político da elite teria apontado para uma mudança ressaltando o aspecto da política-crise e da seca-crise, em meio a essas mudanças que marcaram os anos de 1870. A partir dessa idéia de crise, a elite se aproximou de forma diferenciada do governo geral, no sentido de não só recriminar a centralização do poder, como também de pedir a sua ajuda para que a crise fosse resolvida, principalmente, a seca-crise. Embora, que no contexto geral das últimas décadas do Império e nas primeiras da República, o Ceará tenha passado por um crescimento econômico, representado pelas mudanças na cidade de Fortaleza, na década de 1870, esse crescimento conheceu uma limitação e destacou-se a crise. A despeito do crescimento, que tomaria novo impulso depois dos anos de 1870, a idéia de crise parece ter ficado, pela possibilidade que ela tinha de garantir os recursos necessários para que a elite política aumentasse o seu poder de mando. Vimos o quanto foi útil a força política da idéia de crise, que propôs a união dos cearenses em torno de um objetivo comum – solucionar a crise – e nomeou um culpado, o governo geral; conduzindo esse processo estava a elite política cearense, “isenta”, mas colhendo dividendos.

Os problemas levantados acima foram investigados na imprensa política, que pela sua vinculação partidária deu vazão para os discursos de liberais e conservadores. O jornal Cearense e o Constituição traziam em suas colunas os intensos debates pelos quais passava a elite política e foi a partir dessa fonte que

se verificou que a política era o espaço da moralidade, mesmo ocorrendo na maioria das vezes o contrário, que o partido político era o espaço por excelência das boas opiniões e que a relação amoral do público com o privado era criticada, mesmo acontecendo com muita facilidade. Os jornais foram fundamentais, também, para que fossem definidas a crise e sua solução e para que fosse estabelecida a relação entre o nacional e o provincial.

A crise foi definida pela elite política, nos jornais, como algo sempre muito grave e que afetava a normalidade das relações políticas, econômicas e sociais. Ela se expressava pela falta de moralidade pública, pela centralização administrativa, pela quase ausência de direitos individuais e pela seca. A solução da crise envolvia uma multiplicidade de fatores: o fim da centralização excessiva do poder, que tudo corrompia, a garantia das liberdades individuais e a valorização da justiça, tudo isso no caso da política-crise. No caso da seca-crise, era preciso formar comissões de socorros, distribuir alimentos, garantir a ordem e a propriedade, incentivar o trabalho entre os flagelados, conter os retirantes na periferia das cidades em abarracamentos, cuidar da questão sanitária para evitar epidemias, amenizar as lutas políticas e, principalmente, clamar pela ajuda do governo central.

O governo central era, praticamente, o ponto de partida para que a crise fosse debelada e na insistência disso houve uma aproximação renovada entre a província do Ceará e o governo imperial. O governo do Império deveria disponibilizar recursos e reforçar os laços de solidariedade. Quando isso não acontecia, a elite política cearense, habilmente, culpava-o pela persistência dos problemas gerados pela crise.

A “nova” idéia de aproximação, que ligava a província do Ceará ao governo central, durante a seca-crise, fez também com que a elite política cearense refletisse sobre um outro nível de aproximação entre espaços: a relação entre as províncias do norte e o centro administrativo no Rio de Janeiro, o sul. Essa discussão começou a dar ao norte, como um todo, um novo sentido, onde a marca de destaque passava a ser a crise. Contudo, devemos destacar, que é o início de um processo ainda disperso e pouco sistemático, que nas décadas seguintes vai

dando suporte ao discurso regionalista. Nesse momento, o norte ainda é mal definido pelo Império e pela elite política cearense; estamos falando de um espaço em formação, que começa a entrelaçar-se com a crise.

A identificação de que as províncias do norte têm uma posição diferenciada dentro da nação estava presente desde o início da década de 1870 e não apareceu só no discurso da elite política cearense durante a seca-crise. O senador Pompeu, em discurso no senado, reproduzido em cinco edições de julho de 1871, do *Jornal Cearense*, analisou a relação diferenciada das províncias do Brasil com o governo geral. Faremos a análise das três primeiras edições do *Cearense*, que mostram os principais argumentos do referido senador, que tiveram como motivação a “discussão da proposta sobre o empréstimo de 35,000:000U000 para o prolongamento da estrada de ferro de D. Pedro II”. Para ele:

Porem, Sr. presidente, na questão sujeita para que eu dê um apoio franco ao governo seria mister, primeiro que elle demonstrasse a conveniencia, a utilidade incontestável dessa medida: segundo, que, demonstrada a conveniencia, esse beneficio, que se vae fazer a uma provincia, se estendesse, com equidade, a todas as mais do Brazil, principalmente as do Norte, que ate hoje são as enjeitadas, ou as menos consideradas nos favores do Estado. (...).

(...).

(...). Esta condição é de equidade com relação ao resto do Império; é de rigorosa justiça com relação ao Ceará.<sup>241</sup>

O senador Pompeu seque com o seu discurso e diz:

Senhores, não é por espírito de bairrismo que advogo aqui os interesses das províncias do Norte; pelo contrario (...); é para que essas desigualdades e preferências odiosas não tendam a afrouxar os laços que eu e todos os meus amigos desejam que permaneçam firmes e unidos.

O que é que se tem dado até hoje, Sr. presidente, ás províncias do Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte e Parayba? Pois ellas não fazem também parte deste Império, (...)? Não comprehende neste numero as províncias da Bahia

---

<sup>241</sup> *Jornal Cearense*, 07/07/1871, coluna Senado.

e Pernambuco, porque gozam de certos beneficios do Estado, que até hoje não tem tocado as menos felizes.

(...).

(...) e entretanto, Sr. presidente, se ha provincia que deva merecer o concurso dos poderes públicos é a provincia do Ceará. Ela foi tambem a primeira que iniciou o trabalho livre no paiz; (...); ella quase que já eliminou de seu seio esse cancro que flagella as provincias do Sul, (...).

(...).

Entretanto a provincia do Ceará tem lutado com serias difficuldades da natureza. V. Exc. sabe que ella é sujeita a seccas periodicas, flagello que muitas vezes reduz a sua população e todas as suas fontes de riqueza; (...).

Existem, porem, no seu centro, no rico Valle do Cariri, (...), terras de fertilidade a mais espantosa, talvez as mais uberrimas que ha em todo o Brazil. (...).

(...).

Mas este grande centro productivo não tem sahida, porque infelizmente o immenso Valle do Cariri dista do litoral 80 leguas, não é possível uma viação regular que conduza para o litoral os generos produzidos naquelle valle senao por uma estrada de ferro, que iria alli desenvolver uma immensa produção e commercio em vantagem de todo o sertão do Norte do Brazil; (...).

(...).

Mas ainda não é tudo, Sr. presidente; a justiça que eu reclamo é a satisfação de uma necessidade mais imperiosa para a minha provincia: quero fallar da necessidade urgente que tem o Ceará de um porto onde se possa fazer o embarque e desembarque sem perigo e sem grande custo.<sup>242</sup>

Para finalizar as suas argumentações o senador Pompeu afirma:

(...). Quero somente articular algumas palavras em fórma de protesto contra a preterição injusta dos interesses legitimos de minha e de outra provincias, que foram esquecidas, ou antes, excluidas do lauto banquete do orçamento que o nobre presidente do conselho offerece ás provincias morgadas ou aos filhos primogênitos deste Império.

(...).

(...) eu vejo na solução deste negocio uma especie de partilha leonina em que os fortes e poderosos foram bem aquinhoados e os fracos excluidos. (...).<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup> Jornal Cearense, 09/07/1871, coluna Senado.

<sup>243</sup> Jornal Cearense, 21/07/1871, coluna Senado.

Conclui-se que o discurso do senador Pompeu já identificava, no início da década de 1870, o tratamento diferenciado que o governo central dispensa às províncias do Brasil e as suas regiões e isto incrementou, ao final da década, o discurso da seca-crije, que reivindicava a atenção do governo Imperial para que os problemas colocados para a província do Ceará e para o norte fossem resolvidos. Interessante, porém, foi a semelhança entre os discursos do senador Pompeu e um artigo publicado pelo Cearense, em maio de 1877, com o título “Ainda o governo geral e a secca”. Para os liberais do Ceará:

A centralização traz consigo este grande defeito (má administração – grifo nosso), que em relação a nós se faz sentir de um modo especial e doloroso.

Impossibilitada de acudir às próprias e urgentes necessidades moraes e materiais por falta de meios, as províncias do Norte, aquem de Pernambuco, são apenas lugares de recreio para deputados enfatiados da corte ou dos ares frios do sul ou burgos podres por onde o governo faz eleger suas affeioados e servidores.

(...).

A regra invariável, constante e quasi dogmatica – é que as províncias do norte devam viver como o bom Deus o quizer, na santa paz da miséria e do esquecimento.

(...).

Em parallelo com o sul, as províncias do norte soffrem verdadeiras humilhações e dissabores a todo instante, devidos ao extremo rigor com que as trata o governo geral.

Sem querermos tirar aqui as consequencias moraes e materiaes que semelhante proceder pode resultar para a unidade ou solidariedade do Império, (...).

Na triste e penosa emergencia porque passam algumas províncias do norte, quando a secca reduz a desertos os sertões outr’ora verdejantes e ricos (...), é que o governo geral deixa criminosamente ir a torrente dos acontecimentos esses pobres brasileiros que tiveram a desdita de nascer nessas terras de cá.

(...).

Ninguém mais ignora, nesses bons domínios de El-rei – que o Ceará, Rio Grande do Norte e Parayba

passam por uma dessas violentas crises economicas, (...).

(...).

Já que se esbanja sem proveito milhares de contos de reis com inúteis machinas de guerra, (...), não era muito que se empregasse algumas dessas sobras em dotar o Ceará de alguns melhoramentos indispensaveis e urgentes, como sejam o prolongamento da estrada de ferro de Baturité, e o porto, cadeias, represas d'agua, açudes, estradas de rodagem etc.<sup>244</sup>

Observa-se que as argumentações dos liberais do Cearense, durante a seca, são praticamente as mesmas do senador Pompeu, quando este abordou a deficiência da infraestrutura da província, no início da década, mas independentemente disso, a elite política cearense percebia a diferença no tratamento das províncias pelo governo central e para que eles pudessem se aproximar com mais “eficiência” do governo imperial, a opção foi mostrar a crise.

Na década de 1870 a elite política cearense elabora seu discurso de ação, influenciada por uma série de mudanças em curso. A idéia de crise é considerada prioritária e a elite política defendeu seu espaço provincial e o norte do Império. Esse discurso elitista, que tem a ver com o espaço da pecuária e do algodão, indica as bases de um novo projeto em andamento, para o Ceará, o Norte e para a Nação, que ainda precisa ser avaliado sob muitos aspectos: *o discurso regionalista*.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE JR, Durval M. *A Invenção do Nordeste*. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. “*Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste*.” Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPHU/Marco Zero. vol. 15. nº 28. 1995.

---

<sup>244</sup> Jornal Cearense, 31/05/1877, coluna Cearense.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e Getúlio Vargas, 1998.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política. In SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. *I. A Construção da Ordem (A elite política imperial). II. Teatro de Sombras (A política imperial)*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos de 1930*. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998.

DUARTE, Nestor. *A Ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERNANDES, Ana Carla S. *A Imprensa em Pauta: entre as contendas e as paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.*- 34ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_ *Manifesto Regionalista.* Recife : Fundação Joaquim Nabuco, 1967.

\_\_\_\_\_ *Nordeste.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste.* Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste Brasileiro.* 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará.* Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

GUAZELLI, Cesar; PETERSEN, Sílvia (et alli). *Questões de Teoria e Metodologia da História.* Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História.* São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias.* Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MARTINS, Roberto. "Cultura Nordestina em Debate: um ensaio preliminar". In: PIMES. *Nordeste: Questão Aberta.* Recife: UFPE, 1977. (Série Comunicações nº 19).

MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste.* 3ª ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1995.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Os Partidos Políticos do Ceará.* Fortaleza: Ed. UFC, 1980.

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional.* Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

NEVES, Frederico de Castro. et alli. *Nordeste: identidades, imagens e literatura.* Fortaleza: UFC-NUDOC, 1996. (Cadernos do NUDOC nº 17).

OLIVEIRA, Almir Leal de. *Universo Letrado em Fortaleza na década de 1870.* In SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Intelectuais.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PENNA, Maura. *O que Faz Ser Nordestino?* São Paulo: Cortez, 1992.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Epoque*. Fortaleza: FDR/Multigraf, 1993.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira". Anhembi, vol. XXIV-XXV, 1956.

RECIFE. *Congresso Agrícola 1878*. Recife: CEP/PE, 1978.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "A Questão Regional: gênese e evolução". *Ciência Histórica*. João Pessoa: nº 1, 1984.

\_\_\_\_\_ *O Regionalismo Nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984.

SOUZA, Simone de (org). *Uma Nova História do Ceará*.- Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

\_\_\_\_\_ (Coord.) *História do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

THEOPHILO, Rodolpho. *Secas do Ceará (2ª metade do séc. XIX)*. Ceará: Typ. Moderna/Ateliers Louis, 1901.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_ *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ *Peculiaridade dos Ingleses e outros Ensaios*. Campinas: Edunicamp, 2001.

URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

ZICMAM, Renée Barata. *História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas*. Revista Projeto História, n.º 4 São Paulo: Editora da PUC/SP, 1985.

## **FONTES**

Jornal Cearense: 1871-1873 e 1877-1879.

Jornal Constituição: 1871-1873.